

**n. 1 2018**

**SOUZA EAD**  
**Revista Acadêmica Digital**



**Periodicidade - Mensal**

## INDICE

<b>Filosofia Existencial: Um Curso para Estudantes do Ensino Médio.</b> Barreto, Marcelo Wollenhaupt Menna, Págs 03 – 11.....	03
<b>Mais Que Ler, Compreender</b> Spinelli, Cibele De Aquino. Págs. 12 – 21.....	12
<b>Neurolinguística E Educação</b> Spinelli, Cibele De Aquino. Págs. 22 – 31.....	22
<b>Entrevista Operatória Centrada na Aprendizagem E.O.C.A. – Uma Importante Ferramenta para a Avaliação Diagnóstica Psicopedagógica.</b> Benini, Josemari. Págs. 32 – 44.....	32
<b>A Escola Regular Numa Perspectiva Inclusiva</b> Catarina, Rosimere Aparecida Gomes. Págs. 45 - 60.....	45
<b>A Contabilidade de Custos e a Gestão.</b> Guedes, Emílio Bezerra. Págs. 61 –75.....	61
<b>A Importância da Gestão Escolar para uma Boa Qualidade da Educação.</b> Silva Júnior, Jorge Castanheira da. Págs. 76 – 84 .....	76
<b>O Trabalho e a Alienação na Filosofia de Karl Max.</b> Pacheco, Soraia Coelho. Págs. 85 – 106.....	85
<b>Dependência Química e Suas Consequências.</b> Ribeiro, Fernanda Cristina Barreto. Págs. 107 – 118.....	107
<b>Dependência Química Incidência entre os Jovens.</b> Gaiotti, Elda Letícia Seabra. Págs. 119 – 128.....	119
<b>Performance Do Educador Musical E Seu Descompasso Na Realidade Das Escolas Regulares.</b> Pachón, Ana Cláudia Machado Salum. Págs. 129 – 140.....	129

# FILOSOFIA EXISTENCIAL: UM CURSO PARA ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO

Barreto, Marcelo Wollenhaupt Menna<sup>1</sup>

## RESUMO

Este estudo apresenta uma experiência de ensino e aprendizagem do curso de Filosofia existencial para 30 estudantes do ensino médio da rede de Ensino do Município de Rio Branco, Acre, desenvolvida no Instituto de Matemática, Ciências e Filosofia do Acre (IMCF). Desde 2016, o Instituto vem ofertando cursos de filosofia, tendo como linha metodológica, a reflexão-na-ação de Donald Shön (1997), referencial teórico de base, Cortella (2016); Cracel (2016); Foucault (2005); Aspís (2004); França (1988); que tratam sobre a temática da existência humana. Os dados foram coletados por intermédio de aplicação questionário para levantar grau de satisfação com o curso de Filosofia Existencial com abordagem de temas comportamento humano nas organizações; a percepção do outro; existencialismo e comportamento destrutivo e construtivo; a memória e tipos; os princípios do existencialismo; relacionamento interpessoal e a importância das regras para o bom convívio; os processos de influência social: normatização, conformismo e obediência e os processos de influência no comportamento. Como instrumento de coleta de dados e informações aplicação duas formas de avaliação institucional para levantamento do interesse pela área com questões de múltipla escolha e escrita para que o aluno apontasse aprendizados pontos positivos e negativos do curso a partir de narrativas. Os resultados revelam que o curso teve boa aceitação pelos estudantes e a temática tratada despertou o desejo de falar e de se posicionar, a partir de lentes internas para perceber-se enquanto ser situado, individualizado com sua história, mas também, multifacetado com a história do outro, despertou o senso crítico e analítico, ponto considerado chave para o desenvolvimento do pensamento autônomo.

**Palavras-Chave:** Filosofia. Existência. Senso crítico.

---

<sup>1</sup> Professor de filosofia do IMCF-Ac

E-mail: marcelowollenhauauptmennabarreto@gmail.com

## **Introdução**

O Instituto de Matemática, Ciências e Filosofia do Acre (IMCF)<sup>2</sup>, desde 2016, vem ofertando cursos de filosofia para estudantes do ensino médio da Rede de Ensino do Município de Rio Branco, Acre. Os cursos ofertados como ética, viver e conviver e filosofia existencial na busca de tecer um espaço de reflexão sobre a temática da ética na convivência social e liberdade versus escolhas que o jovem trava na adolescência, palco de conflitos ao longo do desabrochar para a vida adulta.

Neste cenário, o propósito da filosofia é chamar o jovem a refletir pela compreensão de que ensinar é uma construção subjetiva relacionados a realidade de cada um. Para Cerletti (2009) "o ensino da filosofia é basicamente uma construção subjetiva". Para esse autor, "um bom professor é aquele capaz de levar adiante de forma ativa e criativa, essa construção", e, portanto, só se pode ensinar filosofia a partir de algum lugar e certas perspectivas e os múltiplos elementos que envolvem os protagonistas (CERLETTI, 2009, p.8).

Neste estudo, o jovem protagonista advém de escolas urbanas de ensino médio. Possui sonhos, tem ideias de liberdade e, como todo jovem, é cheio de receios, angústias e medo. O medo que Aldous Huxley (1971) acredita ser "a base e fundamento da vida moderna" e pós-moderna, dado que ao mesmo tempo que se vive em uma sociedade altamente tecnológica, ao mesmo tempo que "eleva o nosso padrão de vida, aumenta a probabilidade de nossa morte violenta" pela exclusão social e ausência de perspectivas de geração de emprego e renda aos egressos do ensino médio ou cursos técnicos profissionalizantes (HUXLEY, 1971, p. 35).

No cenário posto, a reflexão acerca da liberdade é imperiosa na sociedade globalizada, por emergir termos como autonomia, emancipação e liberdade relacionados entre si. É travar debates entre a maioria do homem, no sentido da responsabilidade pelos seus atos e escolhas. Neste sentido, a filosofia constitui-se em "disciplina do pensamento" para despertar o desejo

---

<sup>2</sup> O Instituto de Matemática, Ciências e Filosofia foi fundado em julho de 2014 ligado ao Centro de Referência de Inovações Educacionais (CRIE) da Secretaria de Estado, Educação e Esporte do ACRE (SEE) que tem por objetivo propor metodologias inovadoras que possam ser replicadas na Rede de Ensino Básico.

de pensar eu-outro no mundo permeado pelas relações. Neste sentido filosofar é entendido neste curso como (ASPIS, 2004 p.308).

Entende-se, pois, que pensar é algo em construção e que aprender é um ato de liberdade. Dessa forma, curso propôs gerar condições para o diálogo entre os jovens e a temática da liberdade relacionadas os problemas fundamentais sobre a existência e a condição humana, em encontros de estudos.

### **Algumas reflexões teóricas e filosóficas sobre liberdade**

De acordo com Cortella (2016), o filósofo espanhol Ortega y Gasset afirma que todo indivíduo não é uma mera identidade, mas, é sua circunstancia na relação afetiva com os outros, porque carrega sua história (CORTELLA, 2016). Na convivência eu-outro emerge o tema da liberdade, a relação afetiva com o outro permeado pelo questionamento,

“por que faço o que faço? Traz outra pergunta na sequência: “Porque não faço o que não faço. Há coisas que eu posso fazer, mas não devo. E há coisas que eu não faço porque considero indecentes. E porque acho indigno fazê-la-mesmo que alguém faça e isso seja uma regra não escrita de mercado- eu continuo preferindo não fazer” (CORTELLA, 2009, p.101)

Cortella (2009) chama a atenção para a liberdade de escolher trilhar esse ou aquele caminho. Ser livre é um tema presente na literatura grega e remete a múltiplos significados: livre do medo, da ameaça do inimigo, mais que isso, no sentido do desenvolvimento pleno, com possibilidades de sucesso, em decorrência das condições de igualdades de acesso ao trabalho, ao lazer, a vida econômica, política, social e cultural para que realmente possa ser considerado livre (CORTELLA, 2009).

Os vários significados de liberdade permeiam o cotidiano dos jovens entre a adolescência e a transição para a vida adulta, os leva a questionar o sentido de ser livre. No campo da filosofia, problematizar sobre a identidade do indivíduo e sua relação com o grupo não objetiva dar respostas a um problema (DELEUZE, 2007 apud CRACEL, 2016) mas sim, como apregoa Foucault (2005) o de procurar na história de cada um -numa reflexão mais interiorizada - as condições que podem vir a possibilitar variadas soluções

práticas a um determinado domínio da ação para responder aos questionamentos: por que faço o que faço? Ou porque não faço o que não faço? O que é ser livre? Onde começa e onde termina minha liberdade?

Na esteira das ideias de Foucault, o curso não teve por pretensão dar respostas, mas sim, inquietar o espírito dos estudantes na busca de repostas sobre si mesmos, na perspectiva da construção de um pensamento autônomo. Neste sentido, apresenta-se o curso de Filosofia Existencial na perspectiva dos estudantes, no que tange as contribuições e aprendizados.

### **O curso filosofia existencial**

Esses encontros ocorreram em uma sala de aula do IMCF na em dois dias da semana com tempo de 1 (uma) hora e 30 minutos. Assim, os estudantes estiveram imersos em 40 horas aulas de diálogo sobre liberdade envolvendo debates sobre angustias, escolhas, referências, exemplos, atitudes e consequências, envolvendo neste cenário de reflexão, 30 (trinta) jovens entre idades de 13 e 17 anos, realizado no segundo semestre de 2016.

A base teórica e metodologia teve como base o reflexão-na-ação de Donald Shön (1997) voltado a questionar estruturas de pressupostos, uma reflexão sobre nossa ação na dimensão do eu-outro (SHÖN,1997). Nesta mesma direção França (1988) assegura que é um "ato de refletir a existência", ou seja, de tomar consciência daquilo que já se é dono. Neste sentido, o curso se constituiu-se em um espaço de reflexão sobre a própria existência. (FRANÇA, 1988, p.65).

Como forma de coleta de informações e dados, aplicou-se avaliação institucional para levantar grau de satisfação dos estudantes pelo curso e pelos conteúdos tratados, bem como, avaliação sobre os aprendizados adquiridos o que releva a importância o tema, aos egressos do curso, por meio de aplicação dos seguintes questionamentos: aprendizados adquiridos, o que considerou pontos positivos e negativos.

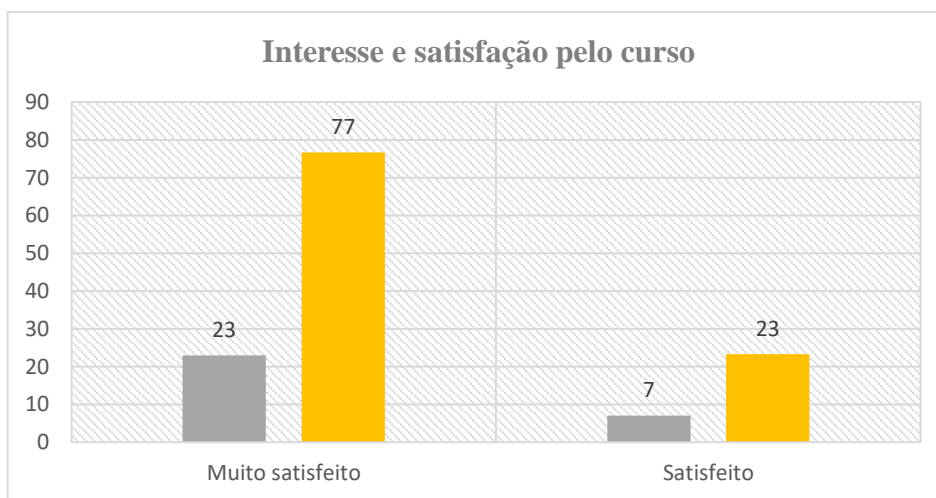
Os dados foram sistematizados e analisados, utilizou-se projeção de gráficos estatísticos e narrativas de 06 (seis) dos 30 estudantes envolvidos na formação que reflete o processo formativo desenvolvido. Assim, neste

estudo, as narrativas dos estudantes são identificadas como E,1, E2, E3 e E4.

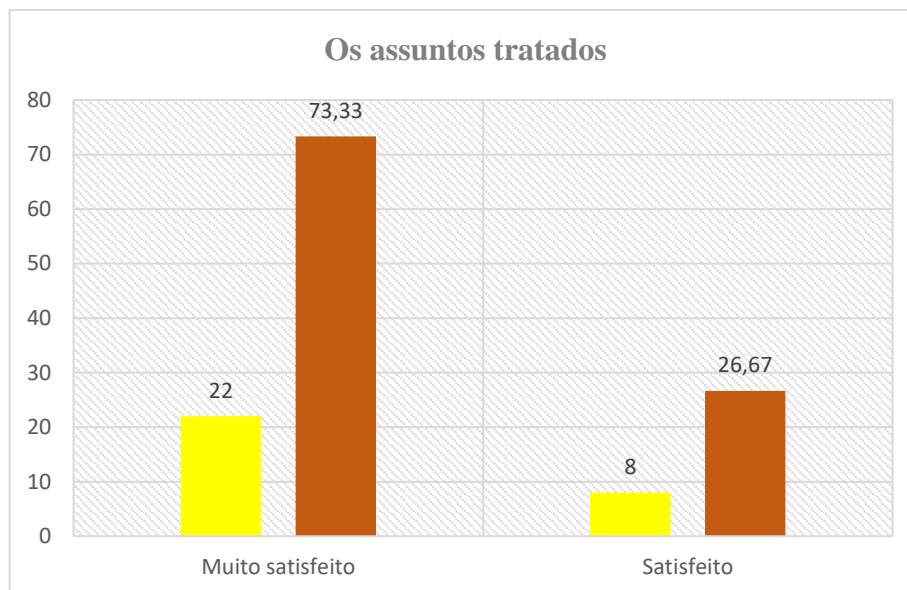
### **O curso de filosofia existencial na perspectiva dos estudantes.**

Os cursos ofertados pelo IMCF são avaliados pelos estudantes através de questionário semiestruturado com questões de múltipla escolha para conhecer o grau de aceitação ou rejeição pelos estudantes, dado que é notório que a disciplina de filosofia no currículo do ensino médio, não é aceita de pelos estudantes. É comum a pergunta: para que serve estudar filosofia? Essa pergunta que geralmente acompanha os professores nas escolares regulares, não foi realizada no primeiro dia de curso.

No entanto, ao aplicar avaliação institucional ao término do curso nota-se o grau de satisfação com o curso e os conteúdos e subtemas tratados, conforme ilustra Figura 1 e 2.



**Figura 1.** Resultado da avaliação Institucional  
Fonte: . Extraído avaliação ICMF 2016.



**Figura 2.** Resultado da avaliação Institucional  
 Fonte: . Extraído avaliação ICMF 2016.

Pode-se perceber nos dados em tela, que o curso e os assuntos tratados no tema liberdade obteve ótimo nível de aceitação. Não sendo considerado enfadonho, expressos esse pensamento nas avaliações escritas, aqui descritos os pensamentos de alguns estudantes. Neste estudo apresenta-se apenas de cinco, denominados de estudantes 1,2,3 e 4:

**Estudante 1.** “ O curso em si, vivi como um abrir de janelas para a mente, porque muitos conceitos e bases visto fora daqui são esclarecidos [...] uma coisa que gostei muito foi ponto de visão do próximo. Julgar é fácil, mas entender o outro nem tanto [...] O curso proporcionou uma visão melhor sobre o mundo [...] o professor de um jeito brincalhão tinha palavras seguras e severas que **nos faziam pensar e repensar** [...] explorar o mais profundo conceito gerado em si e analisá-lo para observar se está construindo ou destruindo uma área de sua vida particular [...]” (Avaliação escrita E1. Grifo nosso)

**Estudante 2.** “ O curso de filosofia existencial contribuiu bastante no **meu senso crítico e analítico, me proporcionando novos olhares para o que acontece comigo e ao meu redor.** Me fez questionar certas certezas minhas e encontrar respostas para algumas das minhas dúvidas. Além das amizades que fiz, o curso também me fez perceber que devo mostrar a minha opinião e questionar quando necessário se houver dúvidas. Os pontos positivos do curso são vários, desde os usos de imagens, os textos. Tudo de certa forma se encaixava, o que nos trazia compreensão e nos fazia entender o que estava sendo passado [ assunto tratado]” (Avaliação escrita E4. Grifo nosso).

**Estudante 3.** “ O curso de filosofia existencial foi muito útil para dentro e para fora de minha casa. Durante **o curso procurávamos**



*aliar emoção e razão, conhecendo assim um pouco mais de temperamentos e comportamentos; aprendendo assim a lidar com as pessoas próximas de nós e até conosco mesmo. A positividade em todos os assuntos foi sempre. A turma chegou a uma mesma opinião e durante todo esse processo colocávamos, nós mesmos em análise” (Avaliação escrita E5. Grifo nosso).*

**Estudante 4.** “*Em tudo o que fazemos em nossa vida a filosofia está presente. E ao longo das aulas, **eu pude me aprofundar nas reflexões propostas** no curso. Dessa forma, pude aprender a ter autoconhecimento. Entender o que se passa dentro de si é o primeiro passo para compreender o que acontece ao nosso redor. As aulas de filosofia relacionadas ao curso foram muito interessantes, pois trouxeram meu olhar sobre assuntos da atualidade. Acho que poderia ter mais aulas com essa metodologia [...] as analogias teóricas com temas atuais foram muito boas. **O que mais gostei no curso, forma as rodas de conversa e debates entre os próprios alunos, que puderam fazer respeitar opiniões dos outros, por mais divergentes que sejam que sejam [...]**” (Avaliação escrita E4. Grifo nosso).*

Percebe-se nas narrativas que os estudantes, pensar e repensar sua existência, **na** relação eu-outros importantes para compreensão do que é ser livre (DELEUZE, 2007 apud CRACEL, 2016); (CORTELLA, 2016) exercitando o “pensar e repensar” presentes nas narrativa de E1 o que representa fator importante para o desenvolvimento do pensamento autônomo.

As narrativas revelam ainda que o curso ter se constituído espaço de reflexão e debates que oportunizou a manifestação de opiniões e respeito a pontos de vista contrários, o senso crítico e analítico sob a perspectiva do olhar do estudante e não do professor-mediador do processo. Acredita-se que o IMCF através deste curso ofereceu condições precípuas para o desenvolvimento do pensamento autônomo (ASPIS, 2004).

Nas palavras como “[...] aprofundar reflexões proposta [...] respeito a opinião dos outros por mais divergentes [...]” presente na narrativa de E4 reforça a importância do curso de filosofia existencial para despertar o desejo o jovem externar seu pensamento, seu ponto de vista, suas angústias, seu modo de ver e sentir e estar no mundo, trazendo para o centro do processo de ensino e aprendizagem a dimensão do “senso crítico e analítico” nas narrativas de E2 e E3.

Por fim, entende-se que a construção do pensamento autônomo requer uma reflexão interiorizada que se circunscreve na história de cada um, numa viagem reflexiva ao seu interior (FOUCAULT ,2005) que como descrito na narrativa de E4, “aliar razão e emoção”, que reforça que o curso atingiu o seu ápice quando o estudante rompe com o silêncio e abre-se para a palavra no exercício de refletir sobre a sua existência, a nossa existência.

### **Considerações finais**

Os resultados colhidos durante o curso de Filosofia Existencial vêm de encontro a proposta feita aos jovens para que usufríssem desse momento para viver sua liberdade enquanto ser que busca o conhecimento de si dentro de um contexto. Poder falar sem receio de que suas palavras serão mal interpretadas ou tolhidas pela presença de pessoas mais experientes ou de parentes fez com que as discussões fluíssem naturalmente de acordo com as necessidades de cada um e juntos compusessem um mosaico de diferentes olhares e leituras de mundo.

O espaço proposto pelo Instituto atende uma necessidade que as escolas não conseguem sanar. A disciplina de Filosofia precisa de espaço e tempo para que os jovens possam exercer sua liberdade de expressão, de falar o que sentem e como sentem, de perguntar sobre o que não está no livro didático e sobre o que não está previsto pelo plano de curso. Nesse sentido, o curso de Filosofia Existencial adquire uma importância para discussão sobre a existência e suas individualidades dentro de uma sociedade globalizada.

### **REFERÊNCIAS**

HUXLEY. Aldous. **O Macaco e a Essência**. Trad. João Guilherme Linke. 4ª ed. Editora. Civilização Brasileira S.A: Rio de Janeiro, 1971.

ASPIS. Renata Pereira L. **O professor de filosofia: o ensino de filosofia no ensino médio como experiência filosófica**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 24, n. 64, p. 305-320, set./dez. 2004, Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 17 de mar. 2017.

CERLETTI, Alejandro. **O ensino de filosofia**: como problema filosófico. Tradução de Ingrid Müller. Xavier. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. 101 p.

CRACEL, M. L. L. P. **Para uma filosofia do acontecimento**. 2016. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

SCHÖN, D. Educating the reflective practitioner; Donald Schön's presentation to the 1987 meeting of the American Educational Research Association. Washington, DC, 1987. Disponível em: <<http://educ.queensu.ca/~russelt/howteach/schon87.htm>.> Acesso em mar. 2017.

FOUCAULT. Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio - 12ª ed. - São Paulo: Edições Loyola, 2005.

FRANÇA. Elvira Eliza. Do **Silêncio à palavra: uma proposta para o ensino de filosofia da educação**. 2ªed: UNIJUÍ: Rio Grande do Sul, 1988.

## **MAIS QUE LER, COMPREENDER**

Spinelli, Cibele De Aquino

### **RESUMO**

O presente trabalho ressalta a importância da leitura, não apenas circunscrita no âmbito escolar, mas aplicada de forma genuína no cotidiano. Os benefícios da leitura são inúmeros: adquire-se uma criticidade sobre o mundo, seja ele no macro ou no microcosmo, compreende como diferentes pensadores viam os fatos, adquire vocabulário, torna-se capaz e mais preparado para os desafios do dia-a-dia.

A grande questão que se vive nos dias atuais é como formar bons leitores, como vencer o analfabetismo funcional, que assusta a sociedade a ponto de diplomados em faculdade sofrerem deste mal.

A escola, em sua formação como um todo, é também responsável pelo estímulo a leitura, porém não a única, deve-se criar este hábito desde cedo, no cerne da família.

A escola, muitas vezes não está preparada para formar bons leitores, pois a formação dos docentes é falha, e muitas vezes os mesmos não cultuam o ler, apenas decodificam letras, mas não são críticos ou produtores de opiniões consistentes. Fato este muito lamentável, uma das soluções citadas seria, em um primeiro momento melhorar o preparo do profissional antes de lecionar, somente assim se iniciará um ciclo produtivo.

**PALAVRAS CHAVES:** Leitura, bons leitores, analfabetismo funcional, criticidade, benefícios da leitura.

### **INTRODUÇÃO**

Para que ler? Com esta pergunta se inicia uma enorme discussão de grandes dimensões. A leitura é um meio de transformação, de poder. Segundo Dutra (2011), ler é uma das competências mais importantes a serem trabalhadas com o aluno, principalmente após recentes pesquisas que apontam ser esta uma das principais deficiências do estudante brasileiro. Uma leitura de qualidade representa a oportunidade de ampliar a visão do mundo. Através do hábito da leitura o homem pode tomar consciência das suas necessidades, promovendo assim a sua transformação e a do mundo.

Esta competência mal trabalhada durante a vida acadêmica, gera pessoas analfabetas funcionais, que leem, mas não conseguem compreender o que

está escrito, e este é um mal que está cada vez maior, chegando ao ponto de se ter nos dias atuais profissionais com diplomas de faculdade que são analfabetos funcionais.

Sendo assim, a reflexão sobre o ensino e incentivo da leitura na escola é de extrema importância, aliás um questionamento atemporal, leva-se em consideração que o incentivo ao literato pode também se desenvolver em casa, no seio da família. Segundo Kleiman (2008), " a leitura precisa permitir que o leitor apreenda o sentido do texto, não podendo transformar-se em mera decifração de signos linguísticos sem a compreensão semântica dos mesmos. "

Em um último momento, é mencionado o despreparo do corpo docente para preparar o pupilo desde cedo ao literato. Para isso é preciso interromper um ciclo e começar um novo, através da reciclagem dos mestres.

Para conceber este artigo foram feitas pesquisas em textos e artigos. De acordo com Freire (1989), " a leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquele. A leitura é associada à forma de ver o mundo. É possível dizer que a leitura é um meio de se conhecer". Nosso grande e querido mestre Paulo Freire, de uma brilhante forma já despertava em seus felizardos alunos a paixão pelo coletivo das letras e sua magia de dar nova visão ao cotidiano do aluno, ampliar o seu diâmetro de vida.

### **PARA QUE LER?**

A leitura é incumbida de ajudar a contribuir, de forma significativa, à formação do ser como um todo, exercendo nele capacidade de análise da sociedade, o seu cotidiano e, de modo particular, ampliando e diversificando visões e interpretações sobre o mundo, com relação à vida em si mesma. Para que este fato aconteça, é primordial que o hábito da leitura ocorra em ambientes favoráveis à sua aquisição, como a escola e em casa, através de exemplo de seus familiares, e acima de tudo, sejam sempre respeitados o gosto e o nível sociocultural do leitor. O hábito de ler, se cria

gradativamente, através de texto mais simples até chegar ao ponto em que o leitor é capaz de ler e compreender ideias mais complexas, porém não necessariamente fazendo com que seja assíduo leitor de textos clássicos e eruditos, apenas os conheça para dar uma maior dimensão ao seu diâmetro de cognição.

Um precedente essencial é o domínio da linguagem, adquirido a partir da leitura e da escrita. A leitura, parte fundamental do saber, fundamenta nossas interpretações e viabiliza a compreensão do outro e do mundo. É por meio dos textos que se adquire, formas e posicionamentos, questionando acerca da potencialidade e opiniões de autores e assim refletir e formar conceitos próprios e consequentes conclusões.

O hábito da leitura permite o aguçar de sentimentos e emoções, inspirando-nos a um ambiente repleto de possibilidades formuláveis, haja vista, o leitor, permitir-se conhecedor da sua aptidão em maior escala de pretensões, estabelecendo desta maneira, uma sólida relação de dados concisos, e através destas informações conhecer melhor o ambiente no qual está inserido, permitindo-se inferir, comparar, questionar, relatar e observar a essência do conteúdo. Justifica-se ainda, que o leitor, é agente ativo da constante busca de conhecimento, e necessita afirmar sua posição social, cultural e humana dentro do contexto que preconiza, sem fragilizar a pluralidade intelectual, apenas na ânsia constante por novos saberes.

### **COMO ADQUIRIR O HÁBITO DA LEITURA NO AMBIENTE ESCOLAR**

O hábito da leitura como qualquer hábito requer um esforço primário. No meio escolar, levando em conta de que a escola é responsável direta pelo ensino da leitura, cabe-lhe refletir e redirecionar sua postura diante da prática. Dependendo de como for conduzida, ela poderá transformar o aluno em um leitor ou distanciá-lo do processo e, na maioria das vezes, para sempre.

Cabe a escola organizar, criar e adequar, em sua grade curricular, propostas e estratégias efetivas de leitura, favoráveis à formação de leitores

competentes, estando atenta às questões sociais em que ela estiver ausente. Tal situação torna-se mais presente com o passar dos dias, confirmando-se como um dos motivos relacionadas à exclusão social e cultural dos membros de uma sociedade detentora de inúmeros contrastes. Como se pode observar, analisar as estratégias desenvolvidas pelo professor, no ambiente de aprendizagem, as quais desencadeiam e/ou desencadearão, diretamente no seu exercício da leitura, permitirá, resultados pedagógicos com consequências determinantes para o aluno, tanto quanto para o próprio profissional e sua instituição de ensino.

Pode-se entender que a função da escola consiste em desenvolver no educando a capacidade de "aprender a aprender", estruturando suas práticas pedagógicas com vistas à formação moral e social do indivíduo, incluindo a estruturação de um sistema contínuo de troca de informações, amparado por uma biblioteca com acervo capaz de suprir as demandas da leitura, bem como por outros ambientes de apreciação da escrita onde haja circulação e aproveitamento do conteúdo de livros, recorrendo a profissionais qualificados, o que não acontece na escola dos dias de hoje. Para uma massa da população, na grande maioria das vezes, a única proximidade com o livro, faz-se no encontro com colegas, professores e escola. Aqui, deparamo-nos com o maior desafio do mediador da leitura, que consiste em perceber, pensar, orientar e executar a mesma, parte substancial do processo de ensino-aprendizagem, com ampla expressividade, agregando diferenciais ao que será projetado e sua execução, possibilitando intimidade com coerência diante do hábito de ler, fortalecendo vínculos do leitor com tal prática, eliminando, portanto, a tão percebida aversão pelo mundo das letras.

Cabe ao professor atrair o aluno ao mundo da leitura, usando para isso criatividade e traquejo. Causar anseio, pela sensatez à leitura, a fim de torná-la agradável e, com efeito, exigirá do preceptor, perspicácia e autenticidade ao fazê-lo com encantamento e devoção, munindo-se de

artifícios persuasivos, os quais envolverão o leitor, levando-o a relacionar-se sincera e verdadeiramente com a narrativa. Todavia o que infelizmente se constata hoje, é a formação cada vez mais falha de professores, sem o hábito da leitura, o que dificulta o despertar desta prática em outras pessoas.

O docente deverá elaborar estratégias significativas para que ocorra a formação do leitor, de forma consciente pela prática concreta e efetiva do ler, pois somente quem se relaciona com livros, de maneira verdadeira, será detentor do poder de gerar novos bons leitores. Para tanto, como mediador deste processo de transformação de hábitos, o professor deverá explicitar aos seus alunos que, ao ler-se, realiza-se um exercício amplo de raciocínio, tornando-nos indivíduos praticantes da categoria, sujeitos cultos, justos, solidários, sábios e criativos.

Um profissional da educação sem preparo, que pouco conhece os textos em circulação, desprovido de recursos para conduzir seus alunos ao caminho da leitura, desconhecedor de técnicas e metodologias adequadas, não se efetivará nesse processo. Ele, como mediador do hábito de ler, deverá propiciar atividades práticas que se fundamentem nessa lógica, criando diferentes momentos de leitura alicerçadas em estratégias capazes de promover distintos níveis de letramento. Sabe-se que a mediação da leitura ocorre, principalmente, na escola e pelo professor, que por sua vez, tem a incumbência de formar-se professor leitor e posteriormente, profissional leitor.

Para tanto, caberá a ele desenvolver-se enquanto pessoa e profissional, de direitos e deveres, usufruindo da prática da leitura, a fim de contribuir com o exercício de uma cidadania crítica e justa. Ao buscar novas práticas leitoras, o professor obterá oportunidades, sempre renovadas, melhorando, significativamente, estruturas textuais disponibilizadas em seu dia a dia, além de refinar seu conhecimento literário. A escolha de bons livros, em especial os literários, favorecerá sua capacidade de criar, sensivelmente,



sua individualidade cultural, comportando-o com demais práticas fundamentais do ato de ler, porém para que alcance o seu público o docente deverá também conhecer o popular em voga, pois para despertar uma paixão pelas letras tem-se que respeitar o nível em que está o corpo discente. Tão importante quanto ensinar a ler, é formar um bom leitor. Vivenciar nos dias de hoje, o acelerado crescimento de estratégias e mudanças, submete-nos à implantação de novas práticas pedagógicas, que visem atender os interesses e necessidades das crianças e jovens, frente a um mercado acirrado de trabalho.

Apesar de tantas transformações, os pequenos e os jovens, dominam, habilmente as novas tecnologias, mais até que professores por vezes. Leva-se em consideração que a informação nos dias de hoje ela aumenta de forma vertiginosa, devido aos avanços da tecnologia. Sendo assim, deve-se provocar não somente o resgate pelo gosto da leitura, mas também e em especial, a compreensão da mesma. Nesse processo, o professor identificará interesses e dificuldades do ato de ler em seus alunos, proporcionando-lhes ampliar e estreitar o diálogo. Com isso, reforçará a leitura, frente às modificações modernas que se vive nos dias atuais.

A leitura, constitui por vezes, uma interpretação unilateral, sugerindo que os valores proporcionados por ela, são aqueles ditos pelas classes dominantes, as quais veem a leitura como fruição, lazer, alcance de horizontes e experiências, definitivamente diferenciados das classes dominadas, que a percebem como instrumentos de sobrevivência cultural, facilitadora do mundo competitivo de trabalho e das condições de vida. Além disso, a sociedade capitalista aceita tal diferenciação do valor que a leitura possui, conferindo à escrita, a função de discriminação, privilegiando o ato de ler e escrever, de forma a produzir e franquear a diversidade do conhecimento. A escola muitas vezes é a principal geradora de discriminação da sociedade, pois ressalta a desigualdade.

Constituir a leitura, a partir de experiências, é reconhecer as diferenças sem discriminá-las, facultando ao leitor, à medida que fazer uso dela, torna-se um sujeito ativo e participativo num determinado grupo social, e posicionado perante o seu universo.

### **MAIS QUE LER, COMPREENDER**

Ainda por meio da leitura é possível encontrar alunos que ao ler um texto, não conseguem compreender o que leu, diante disso, significa afirmar que dessa forma a leitura não foi concebida, processada pelo aluno, existiu apenas um processo de decodificação e ele não soube se posicionar sobre o tema lido, certamente não absolveu o contexto.

Neste sentido, constata-se que a leitura deve ter um significado para o leitor, ela engloba um conjunto de conhecimentos relevantes para a compreensão do texto e do mundo. De tal forma, que quando não existe leitura o indivíduo não tem palavras para se expressar, expor suas ideias. Contudo, isso acontece quando só existe o processo de decodificação, deixando-o sem contexto, sem nexos, sem comunicação.

Aquele que apenas decodifica as letras, sem meditar no que está escrito, não favorece o entendimento do texto; a leitura deve fluir junto com um mundo cheio de desejos e vontades por parte do leitor. Atividades como cópias desenvolvem apenas a parte motoras. É preciso que a leitura seja uma referência para transmitir informações, atualizar vocabulário e usar a linguagem adequada a qualquer ambiente. Considerando ainda que a aprendizagem da leitura proporciona ao indivíduo identificar e analisar criticamente os usos da língua ao meio social. Em poucas palavras, é preciso saber ler para estudar. Além de fundamentais para a vida cotidiana, essas competências são essenciais para que os alunos se tornem, de fato, questionadores de textos e não meros tradutores de trechos de referências, como muitas vezes costumam acontecer. Compartilhar um texto ou um tema abordado para escrever um artigo ou uma redação é bem mais contagiante para a realizar a produção e até mesmo para desenvolver a

aprendizagem, pois, quando se escuta a opinião de outras pessoas, poder dialogar sobre o assunto em discussão é mais prazeroso para o leitor, sendo do qual é apontado o modo reflexivo de conseguir demonstrar a realidade do hábito de ler. Por essa razão, aprender a ler com diferentes intenções é o principal caminho para se alcançar objetivos diversos. É preciso ir além do analfabetismo funcional.

### **ANALFABETISMO FUNCIONAL**

A alfabetização pode ser classificada em quatro níveis: analfabetos, alfabetizados em nível rudimentar (ambos considerados analfabetos funcionais), alfabetizados em nível básico e alfabetizados em nível pleno (esses dois últimos considerados indivíduos alfabetizados funcionalmente). Define-se por analfabeto funcional aquele que é incapaz de compreender textos simples, mesmo capacitados a decodificar minimamente as letras, geralmente frases, sentenças, textos curtos e os números, não desenvolvem habilidade de interpretação de textos e de fazer operações matemáticas.

Vê-se hoje que o Brasil optou pela quantidade a qualquer custo. E o resultado disso é a enorme quantidade de analfabetos funcionais com diploma. O nosso país deveria se esforçar em alfabetizar com qualidade. Não é aumentando para 9 anos o Ensino Fundamental que a qualidade do ensino irá melhorar, ou seja não é apenas colocando mais tempo de estudo que o problema será solucionado. Se não for despertado o interesse pela leitura, teremos pessoas com muitas horas de escola e poucas horas de leitura.

Ler é bem diferente de decodificar. O analfabeto funcional, na sua maioria, sabe somente decodificar letras, palavras e períodos curtos. Quando os períodos se tornam mais longos, as dificuldades começam a aumentar. A leitura logo vira um tormento nada desafiador, especialmente, quando os textos se tornam um pouco mais extensos e comportam ideias mais

complexas. Percebe-se uma enorme dificuldade de contextualização e compreensão, sobretudo, em interpretá-lo de uma forma mais reflexiva.

### **INCENTIVO AO PRAZER POR LER**

Deve-se entender que ao incorporar o hábito da leitura, esta se torna prazerosa, e traz inúmeros benefícios para o leitor, porém para que isso se torne algo natural, é preciso incorporar algumas atitudes:

Primeiramente respeitar o gosto pessoal e o nível sociocultural em que se encontra o futuro leitor, pois de pouca valia, apresentar de prima para alguém que nunca leu, os livros eruditos, na qual ela além de não compreender, tomá-los-ia por aversão, ao contrário apresentar títulos atrativos para ela.

Nos dias atuais as mídias digitais são uns excelentes aliados na leitura, pois se consegue ter acesso a diferentes títulos, quando não grátis por um preço bem irrisório.

Dentro do ambiente escolar, preparar o professor para que através dele o hábito de ler se crie. Por muitas vezes o docente não está preparado, então primeiro se faz um trabalho com a fonte primária, para logo depois desenvolver um prazeroso trabalho com o corpo discente.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como podemos concluir através da leitura deste artigo, ler é como respirar, atividades vitais para o bem viver. Ler é: dar vida aos olhos cegos, apresentar um novo mundo a quem sempre viveu da mesma forma, redescobrir a vida, ter acesso a opiniões de grandes pensadores, conhecer a mente de outras pessoas, é aprender a aprender.

A importância do desenvolvimento da leitura não se restringe ao mundo escolar, ela precisa ser trabalho em todos os diâmetros da vida. Uma grande fonte do despertar para a paixão por ler é na escola, porém não é o único lugar aonde deve ser incentivado, no seio familiar também, através de livros sempre a mão e exemplos de leitores assíduos e apaixonados. Para se criar

um bom leitor, primeiramente se deve sempre respeitar o gosto pessoal e o nível sociocultural em que a pessoa se encontra.

Uma grande questão que aponta este artigo é como a escola acaba tornando esta atividade em algo maçante e chato. Para se mudar este quadro há uma necessidade urgente de modificarmos o algoritmo do corpo docente, inculcá-lhes primeiramente o gosto pelas letras, para que assim preparado ele possa passar este amor para os discentes.

É preciso uma maior conscientização por parte dos educadores. Alguns tentam e conseguem encontrar o caminho certo, já outros cruzam os braços por acharem sua prática correta, sem se preocuparem em buscar novas formas alternativas de trabalho. O interesse em ler e o conseqüente o envolvimento em leituras, além do exigido pelo professor, são muitas vezes considerados como algo intrínseco ao aluno, dependendo exclusivamente de suas motivações internas e de sua boa vontade. A leitura traz benefícios permanentes para o bom leitor. Quem lê amplia seus conhecimentos e será expulso de forma permanente do mundo da ignorância.

## **REFERÊNCIAS**

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam**. 23ª Ed. São Paulo: Cortez, 1989.

ROCCO, Maria Thereza Fraga. **A importância da Leitura na Sociedade Contemporânea e o Papel da Escola Nesse Contexto**. Série Ideias nº 13. São Paulo: FDE, 1994.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **O Ato de Ler**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1987.

SOARES, Magda. **ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: CAMINHOS E DESCAMINHOS**. Revista Pátio, n. 29, fevereiro de 2004.

# NEUROLINGUÍSTICA E EDUCAÇÃO

Spinelli, Cibele De Aquino

## RESUMO

O presente trabalho ressalta a importância sobre o estudo da neurolinguística, algumas questões de deficiência cognitiva na área educacional e o campo de abrangência da neurolinguística, ou seja, quais os fatores que ela abrange no estudo, seja na formação da linguagem ou seja a mesma formação dentre as condições de uma patologia, lesão cerebral.

Alguns problemas enfrentados no cotidiano da sala escolar, como o fracasso na aprendizagem podem ser minimizados ou em alguns casos até sanado, levando em consideração alguns princípios já elaborados dentro da neurolinguística.

Algumas situações de deficiência no domínio da cognição, muitas vezes são vistas como patológicas, porém há que se levar em conta alguns fatores, que farão com que se percebam que muitas vezes é uma questão de percepção do que a criança tem a maturidade para adquirir. Levando-se em consideração o ambiente no qual a criança foi criada na vida "pré-escola" algumas metodologias são mais apropriadas para despertar as habilidades e desenvolvimentos da sua própria linguagem de codificar o mundo.

**PALAVRAS-CHAVES:** Neurolinguística. Construtivismo. Tradicionalismo. Educação. Afasia.

## INTRODUÇÃO

O que a neurolinguística pode fazer pelo discente com problemas de concentração? Este artigo visa trazer uma visão geral do que abrange a neurolinguística e como usar a sua metodologia para trabalhar os problemas de aprendizagem em sala de aula. De acordo com Minayo (1998, p.89), o conhecimento teórico "[...] é construído a partir de outro e sobre os quais se exercitam a apreensão, a criticidade e a dúvida", ou seja, a formação da linguagem depende de vários fatores, do micro para o macro e vive versa.

Os apontamentos de alguns fatores que prejudicam o processo educacional, bem como alguns aliados que a neurolinguística nos dá uma visão um pouco mais ampla do que se pode fazer pelo processo educacional, segundo Freire (1996) que traz como proposta a busca pela igualdade apostando numa educação que tem como pressuposto o diálogo (ou seja, a construção de uma linguagem), em que todos têm direito à voz e se educam mutuamente. Este diálogo promove uma reflexão que pode conduzir qualquer indivíduo a um nível crítico elevado que gera uma ação, que é capaz de emancipá-lo(s) em conjunto.

Os problemas detectados em sala de aula, muitas vezes podem ter uma nova concepção se adequarmos a maturidade do indivíduo com a sua capacidade cognitiva, por isso levantou-se em conta as principais linhas pedagógicas.

Em um primeiro momento se trouxe uma visão geral do campo de abrangência da neurolinguística e em um segundo momento os principais problemas confrontados no sistema de ensino atual.

De acordo com Freire (1989), "a leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquele. A leitura é associada à forma de ver o mundo. É possível dizer que a leitura é um meio de se conhecer". Nosso grande e querido mestre Paulo Freire, de uma brilhante forma já despertava em seus felizardos alunos a paixão pelo coletivo das letras e sua magia de dar nova visão ao cotidiano do aluno, ampliar o seu diâmetro de vida, ele trabalhou desde o início o quanto a emancipação da própria linguagem é libertador para o processo de vivência e criticidade do cotidiano.

### **UM BREVE HISTÓRICO DA NEUROLINGUÍSTICA**

A Neurolinguística é uma disciplina que estuda os mecanismos do cérebro humano, compreender isto, significa, que em um primeiro momento, vamos circunscrevê-la ao campo de estudo das perturbações verbais decorrentes de lesões cerebrais, mas não podemos restringi-la apenas a parte patológica, buscar uma compreensão para a produção e o conhecimento da linguagem, tanto a falada como a linguagem escrita. O caminho no qual o indivíduo produz a sua cognição e se comunica com o mundo, possui um caráter interdisciplinar, afinal aborda todos os ângulos de vivência do ser.

Na parte da patologia, se denomina de afasia, ou seja, a carência linguística relacionada a alguma lesão cerebral.

Através deste estudo, junto como avanço da medicina, tem-se hoje técnicas modernas para se obter imagens formadas pelo cérebro, pode-se compreender em parte como a linguagem é formada em vários tipos de situações, porém abrangem-se também a neurociência cognitiva e a linguagem computacional, para poder estudar o que acontece no cérebro humano durante o processo de formação, codificação e transmissão da linguagem.

O início do estudo da neurolinguística se deu com a publicação do livro: "Le Syndrome de Désintégration Phonétique", de Alajouanine, Ombredane

(neurologistas) e Durand (foneticista) em 1993. No qual havia a preocupação para mapear esta habilidade de formar a linguagem do ser.

Em um outro momento, as autoras: Menn e Obler (1990), procuraram definir a área por meio de seu objetivo, que é, teorizar sobre o “como” a linguagem é processada no cérebro.

Em um novo trabalho sobre a Neurolinguística, Ahlsén define a Neurolinguística como o estudo da relação entre diferentes aspectos da função cerebral estreitamente ligados à linguagem e à comunicação tanto interna quanto externa. De acordo com estudos realizados por ela, se deve explorar como o cérebro compreende e produz linguagem e comunicação.

Deve-se considerar este ramo de estudo como: o que faz o cérebro produzir determinadas imagens e como elas são decodificadas para o próprio indivíduo, e como este as traduz para o mundo. O que diferencia uns dos outros?

### **A IMPORTANCIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA A FORMAÇÃO COGNITIVA DO SER**

Define-se educação infantil, como a fase que envolve a criança desde o 0 aos 5 anos, é considerada a fase crucial, pois é onde a formação para o processo de embasamento para cognição das habilidades desenvolvidas ao longo da vida.

É nesta fase que a criança começa a perceber que o mundo como uma extensão externa do seu ser, e para isso desenvolve a linguagem para adquirir a capacidade de estar inserido nele, porém paralelo a isto outras habilidades estão velozmente sendo estimuladas e desenvolvidas, como a parte mecânica da criança, o gatinhar, equilíbrio, desenvolvimento das coordenações motoras, o reconhecimento do que lhe é familiar e do meio ao qual está inserido, e naturalmente o desenvolvimento da linguagem na qual ela vai traduzir tudo o que ela vê, para o seu mundo interno, codificar para poder haver a comunicação, devido a tantos desenvolvimentos simultâneos e essenciais esta fase requer uma grande visibilidade e atenção por parte dos estudiosos.

### **NEUROLINGUÍSTICA E EDUCAÇÃO**

Alguns pedagogos têm usados as técnicas da PNL (programação neurolinguística) e obtido bons resultados em sala de aula, pois através da linguagem consegue atingir a mente e se chegar a um resultado satisfatório. Como fazer com que o aluno tenha um grande interesse com aquilo que está sendo explanado.



Percebeu-se que, as pessoas têm um dos cinco sentidos com mais destaque que outros, por exemplo: se a pessoa tem a parte visual mais destacada, quando a explicação for com figuras, aquele assunto chamará mais atenção para ela do que se a postura do docente for apenas com palavras.

O primeiro passo para que o educador consiga ajudar os estudantes em seu processo de aprendizado é identificar em si mesmo o tipo de sistema representacional predominante naquele aluno. O sistema representacional é composto por diferentes canais corporais que captam informações externas, como os sentidos visual (visão), auditivo (audição) e cinestésico (sensação corporal). As pessoas têm todos os sentidos, mas o cérebro escolhe um como predominante.

Depois de identificado em si mesmo o sentido predominante, o professor deve observar seus alunos, e então elaborar técnicas para resgatar o interesse pelo aprendizado se baseando no sentido do qual este é mais destacado. Desta forma a explanação tende a ter resultados mais certos, pois falará na linguagem ao qual o discente está acostumado.

### **ALUNOS INQUIETOS EM SALA DE AULA**

Os alunos mais inquietos da sala são cinestésicos. Eles aprendem pelo movimento e sensações do corpo, precisam tocar em objetos, andar, fazer arte... O aluno que dispersa na aula é geralmente considerado rebelde, inquieto, com déficit de atenção. O que acontece, em muitos casos, é que ele só não está com a atenção voltada para o que o professor quer. Algo que se consideram muito desafiador, haja vista em que uma sala de aula é composta por 25 a 30 alunos, ter um cinestésico, é uma situação que se requer muita habilidade para fazer com que ele consiga se concentrar na atividade proposta.

Os cinestésicos, são os que mais se destacam na área de Educação Física e de Artes, pois a parte de estudo na qual está inserida a educação física requer habilidades em que nestes alunos já são destacadas, assim como a sensibilidade para as artes.

### **ALGUMAS TÉCNICAS DE AUXÍLIO**

Para o professor ter um melhor resultado em seu trabalho, algumas técnicas como ser aplicadas, como é o uso do método da ancoragem, que consiste em trazer os momentos positivos já vivenciados pelo aluno que está com dificuldade de aprendizado para o presente. Para fazer isso é necessário identificar suas crenças,

que podem ser motivadoras ou limitantes, ou seja, reproduzir com eles as experiências que já deram certo. O professor deverá pedir ao aluno fechar os olhos e recordar de um momento em que ele tenha sido muito bem-sucedido em sua vida, tenha recebido algum elogio que o deixou muito feliz, algo que tenha sido uma conquista para ele. Quando o aluno mudar a expressão do rosto, sorrir, demonstrar uma ótima sensação, o professor deve fazer um estalo com os dedos e pedir para o aluno abrir os olhos. Já com os olhos abertos, a experiência deve ser repetida e novamente o professor pode dar um estalo com os dedos no momento em que observar um semblante agradável no aluno. A partir de então, todas as vezes que o aluno não se sentir capaz de tirar boas notas, ele próprio poderá fazer um estalo com os dedos pois o cérebro resgatou uma informação de vitória que poderá ser sempre lembrada dessa forma. Isso é ancoragem.

Para que estas técnicas apresentadas sejam de efetivo sucesso, ela deve estar de mãos dadas com a capacidade empática da relação professor-aluno, esse é um dos ingredientes chaves para que isso aconteça.

Além da ancoragem, existe a técnica chamada rapport, que significa demonstrar receptividade ao outro. Ela consiste em demonstrar a sincronia mental com o outro, mesmo que para isso se recorra ao uso de gírias e outras situações de modinhas, geralmente não bem aceitas no contexto escolar, isso seria uma adequação do comunicador com o seu público.

O uso da empatia é essencial, quando se está construindo uma cognição, deve-se conhecer a linguagem corporal para se adequar àquela situação, como quando se dirige uma fala mais importante a uma criança, deve-se abaixar para falar com ela e isso deve ser feito no mesmo tom, para que se crie uma sintonia e os resultados pretendidos com o colóquio sejam mais eficazes.

Esta técnica deve ser usada com cautela, pois deve se ter bem definido na cabeça do docente que ele não é o aluno e mesmo para criar a empatia deverá manter uma distância na qual ele é o responsável para apresentar os métodos de aprendizagem, do contrário, excesso de gírias e solilóquios muito coloquiais fará com que haja uma confusão e o docente se perderá na tentativa de sintonia com o outro, sendo visto por ele com mais um comum, deve haver uma aproximação, mas não tão próxima na qual não se pode distinguir um do outro.

## **A PATOLOGIA COMO EPIDEMIA**

Como já citado em capítulos anteriores, a educação infantil, é a fatia mais importante no desenvolvimento das cognições e habilidades para toda a vida, porém é cada vez mais comum o uso e a discussão dos termos patologização da educação e medicalização da infância em congressos acadêmicos nas áreas da Educação e da Linguística no contexto brasileiro.

Diagnósticos de patologias como a Dislexia e o Distúrbio/Dificuldade de Aprendizado são emitidos por profissionais da área da saúde (médicos, fonoaudiólogos, psicopedagogos, psicólogos) a partir de testes padronizados que são aplicados para todas as crianças, independentemente de sua idade e de seu contexto socioeconômico e cultural, porém há que se fazer uma nova análise, mais flexível levando em consideração outros fatores, do contrário muitas crianças serão medicadas e diagnóstica sem o resultado tão fiel a sua realidade.

Para se ter um diagnóstico no qual haja de fato a necessidade do uso de medicamento, deve-se fazer uma análise em três momentos: primeiramente, o nível linguístico/conceitual, que nos revela como o léxico envolvido na área médica por si só daria conta de definir os problemas apresentados e excluiriam então o envolvimento de profissionais das demais áreas (Educação, Linguística, etc.) no processo de encontrar uma solução para as queixas indicadas. O segundo nível é o nível institucional: todas as organizações passaram a adotar abordagem médica para tratar problemas de diversas esferas. Por fim, o nível interacional: no qual o médico tem papel principal, uma vez que envolve o momento no qual interage com o paciente, nomeia seus problemas e prescreve tratamento médico para um problema pertencente à ordem do social.

Cada vez mais, professores, coordenadores e orientadores pedagógicos, são capturados pelo discurso médico patologizante e sentem a obrigação de encaminhar para uma avaliação clínica qualquer questão relacionada ao aprendizado apresentada por crianças e adolescentes, principalmente quando se tratam de problemas de leitura e escrita.

A forma pela qual as hipóteses de escrita construídas pelas crianças em fase de alfabetização, dependem do grau de maturidade e vivência letrada na vida anterior ao ingresso escolar, porém cada vez mais cedo é cobrado que as cognições das crianças estejam prontas para conhecimentos muito elaborados, quando os resultados não são satisfatórios com as expectativas, há que se levar em

consideração que quando se trata da imaturidade das habilidades, o tempo irá resolver, paralelamente com o desenvolvimento de outros saberes. É muito complicado hoje, exigir que uma criança esteja alfabetizada aos cinco anos de idade, do contrário ela apresenta algum tipo de distúrbio que será sanado com medicações, algumas crianças tem esta maturidade, porém outras não, e não se pode generalizar um padrão de comportamento logo em uma fase de tantas transformações e descobertas, há que se respeitar a maturidade de cada indivíduo. É essencial ao educador conhecer as peculiaridades de um momento anterior à entrada da criança na escola, porém determinante do sucesso ou do fracasso de seu aprendizado de leitura e escrita. Faz necessário conhecer a gênese da vida pré-história da escrita, no qual ela envolve os primeiros anos de vida, em que a criança vivencia um conjunto de experiências simbólico-cognitivas materializadas principalmente nos jogos, brincadeiras e brinquedos infantis, nos rabiscos e desenhos, e através deste levantamento se busca a melhor técnica de alfabetizar: o tradicionalismo ou construtivismo, não se pode igualar um ser que teve uma experiência rica com a linguagem, com uma criança que vem de experiências precárias. A partir deste diagnóstico da vida "pré-escola" cria-se situações de representação simbólica presentes em cada uma dessas atividades, estes trabalhos devem ser vistos como momentos diferentes de um processo essencialmente unificado de desenvolvimento em direção à linguagem escrita, juntamente com todas as outras situações nas quais a leitura e a escrita estão envolvidas no cotidiano familiar e através das quais a criança possa perceber as funções sociais de ler e escrever: a observação do momento em que os pais se dedicam a escrever/ler ou ler para a criança, os livros disponíveis na casa, os textos escritos por familiares, etc. Tais vivências simbólico-cognitivas que envolvem o desenho, o brinquedo, mídias sociais, mídias eletrônicas, contatos com aparelhos modernos que tem a sua própria linguagem para o acesso e o contato com a língua escrita mediado pelos adultos são fatores constitutivos do processo de letramento da criança e preparam para o trabalho escolar sistemático com a escrita.

Pode-se afirmar que a pré-história da escrita é fundamental para a ampliação que acontece no uso da linguagem quando as crianças começam a ser familiarizadas com a linguagem no contexto escolar, muito comum no contexto brasileiro,

especialmente na vida das crianças inseridas em segmentos sociais pouco letrados (pais analfabetos, sem condições financeiras para comprar brinquedos, sem papéis, sem desenhar, etc.) e que estudam nas escolas públicas, afeta negativamente o processo de alfabetização. Este efeito negativo gera diversas dificuldades para a criança quando começa a aprender a ler e escrever.

### **HIPÓTESES SOBRE A DISLEXIA**

Essas dificuldades surgem principalmente no processo de alfabetização e a principal delas é a chamada troca de letras na escrita, um dos principais sintomas descritos na caracterização da Dislexia e do Transtorno Específico de Aprendizagem (popularmente chamado de Distúrbio ou Dificuldade de Aprendizado).

Este diagnóstico é comumente atribuído no Brasil a crianças de faixa etária entre cinco a doze anos e, por isso, traz alguns questionamentos: o que é trocar letras? Quais letras são trocadas? São trocas aleatórias, arbitrarias? Quando acontecem e com que frequência acontecem?

Deve-se separar se há patologia no cerebral ou se o contexto social no qual este indivíduo foi inserido foi pobre de estímulo, feito esta cisão, trabalhar na construção de um modelo, no qual se propõe um aparelho de linguagem que é marcado pela possibilidade de fazer associações. Há que se ressaltar que mesmo as crianças que viveram em um ambiente pobre em linguagem, não vivenciaram nenhuma experiência de letramento, nem mesmo entender que um ambiente pouco letrado seja um ambiente sem práticas culturais (letradas ou não) ou com práticas culturais ruins. A estas, chamadas trocas soma-se o ato de inserir ou omitir letras. Deve-se haver abertura para a análise de outras hipóteses, como a carência de estímulos durante a formação da linguagem.

### **A ESCOLHA DO MÉTODO DE ENSINO**

O meio e a vivência na qual o indivíduo está inserido, interfere muito na capacidade de produzir e desenvolver a linguagem, tanto interna como externa. Em meio a estas vivências contemporâneas há que se levantar qual a pedagogia será trilhada, hoje se tem duas grandes vertentes que são o construtivismo, representada principalmente pela Emília Ferreiro, na qual se acredita que a criança irá pouco a pouco construindo o seu conhecimento, partindo do macrocosmo para o microcosmo, o que se vale ressaltar aqui, é que nem todas as crianças vieram

contextualizadas e com bagagem para a construção do seu próprio conhecimento de acordo com as expectativas do ambiente escolar, pois se foram inseridas para aprendizagens diretamente neste método será facilmente defasada e classificadas com algum distúrbio. Neste caso há que se fazer uma mescla entre as linhas de pensamentos construtivista e tradicionalistas, para que se incentive os alunos a aprendizagem, sempre respeitando o seu tempo de maturidade e a capacidade de acumular e desenvolver o processo cognitivo.

O tradicionalismo, muitas vezes visto como retrogrado para a época atual, se torna eficaz a medida que o contexto em que o meu discente vive em condições parecidas com as antigas, em um mundo onde os livros, mídias e outros recursos, não eram tão abundantes como são hoje.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como podemos concluir através da leitura deste artigo, podemos utilizar os conceitos da neurolinguística reverter alguns problemas educacionais tão recorrentes no cotidiano do professor, como a troca de letras, a desatenção durante a aula.

Em um primeiro mostramos que a neurolinguística é a linguagem que se forma do macrocosmo com o microcosmo do indivíduo, permeado por vários fatores, ou seja, é um ramo interdisciplinar, que ganhou destaque com o estudo da afasia, que é, quando há um lesionamento da parte do cérebro que compromete a comunicação.

Vivemos hoje uma era em que os remédios para o tratamento de distúrbios são muitos comuns, porém há outros fatores que devem ser considerados antes de rotularmos um indivíduo portador de uma patologia. A educação se inicia cada vez mais cedo, portanto a expectativa sobre o que a criança deve estar dominando também, com isso se cria uma expectativa que muitas vezes ela não está pronta para dominar.

A educação nos dias de hoje, quanto ao fator alfabetização, segue principalmente duas grandes linhas de pensamentos, que é o construtivismo e o tradicionalismo. Dependendo do meio no qual o indivíduo foi concebido no mundo "pré-escola", cada linha tem um papel preponderante. Se a criança veio de um ambiente rico em estímulos a linha de Emília Ferreiro funcionará muito bem para ela, pois ela terá elementos dentro de si para florescer do macro para o micro, ou seja, de

textos para partículas menores da língua, e assim a criação da sua própria linguagem, o seu próprio sistema de ensino. Todavia, uma grande fatia da sociedade brasileira, teve uma vivência pobre de estímulos, nota-se que pobre de estímulo, não significa que não teve estímulos, e sim com uma frequência muito abaixo do seria ideal, como exigir maturidade cognitiva deste ser?

A neurolinguística nos mostra ainda que a linguagem para ser formada depende de muitos fatores, e que o cérebro elege em nós um sentido de destaque, através do descobrimento deste, pode-se em sala de aula, usar a favor da aprendizagem, se o aluno é mais visual, haver mais explicações com figuras por exemplo.

O aluno que é mais cinestésico, é aquele que não consegue se atentar durante a aula, pois ainda não tem o domínio que o lugar exige, e aquilo que nele não é estimulado se torna algo obsoleto, geralmente são crianças que se destacam em educação física e artes, onde estes sentidos são mais trabalhados.

Concluimos que nem todos os problemas da aprendizagem devem ser tratados como patológicos, muitas vezes apenas são a imaturidade da criança em adquirir determinada cognição, seja ela pela idade, pela vivência ou falta de estímulos. Outro fator levantado aqui é o modo como podemos abordar a metodologia de ensinar, pois se torna vital uma forma na qual a linguagem do docente entre em sintonia com o discente, e sempre usar a empatia, no momento da apresentação do ensino.

## REFERÊNCIAS

Azenha MG. **Construtivismo: de Piaget a Emília Ferreiro**. 7ª ed. São Paulo:Ática;2002.

Freire P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 10ª ed. São Paulo:Paz e Terra;1999.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam**. 23ª Ed. São Paulo: Cortez, 1989.

Ganzeli P. **Gestores - Estudo, pensamento e criação - Livro II**. Campinas:Universidade Estadual de Campinas;2005.

SOARES, Magda. **ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: CAMINHOS E DESCAMINHOS**. Revista Pátio, n. 29, fevereiro de 20046. Soares L. Com a palavra, o professor. São Paulo: Revista Veja, nº13, seção:Educação, 5 de abril de 2006.

# **ENTREVISTA OPERATÓRIA CENTRADA NA APRENDIZAGEM - E.O.C.A. UMA IMPORTANTE FERRAMENTA PARA AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA PSICOPEDAGÓGICA**

Benine, Josemari

## **RESUMO:**

O presente artigo teve como objetivo principal estudar o funcionamento da ferramenta de investigação da avaliação diagnóstica psicopedagógica conhecida como EOCA - Entrevista Operativa Centrada na Aprendizagem. Dessa forma buscou-se através de uma pesquisa bibliográfica qualitativa responder questões como: O que é a EOCA? Quais os instrumentos que a compõe? Como utiliza-la, entre outros aspectos importantes. A pesquisa se torna relevante a partir do momento que essa importante ferramenta de investigação funciona como ponto de partida para ação diagnóstica da dificuldade de aprendizagem, é de fácil acesso, e pode ser utilizada para todas as idades. Através desta entrevista estruturada, é possível levantar hipóteses referentes aos aspectos cognitivo e afetivo da aprendizagem, direcionando o melhor caminho a seguir no processo de diagnóstico e intervenção psicopedagógico.

**Palavras Chave:** EOCA. Avaliação Diagnóstica. Dificuldade de Aprendizagem.

## **INTRODUÇÃO**

O processo de avaliação diagnóstica psicopedagógica, é de extrema importância para uma correta proposta de intervenção na busca por quebrar as barreiras que atrapalham a correta aprendizagem da criança.

Para que se obtenha esse diagnóstico o psicopedagogo utiliza-se das inúmeras ferramentas propostas dentro dos diversos campos teóricos existentes. E entre essas ferramentas, uma que se destaca pela sua eficiência, é a EOCA – Entrevista Operativa Centrada na Aprendizagem, criada por Jorge Visca com base na psicologia social de Pichon-Rivière, nos postulados da psicanálise, e no método clínico da escola de Genebra, na

32



qual busca estudar as manifestações cognitivo-afetivo da criança no momento em que ela aprende.

Diferente das demais correntes teóricas, Jorge Visca propõe que não se inicie um processo diagnóstico pela Anamnese, e sim pela EOCA, pois desse modo, o profissional não sofrerá influências dos pais, preservando dessa forma o problema do paciente para um diagnóstico partindo de um ponto neutro.

De modo geral, a EOCA é composta por materiais pedagógicos que devem estar dentro de uma caixa de modo a fazer com que a criança escolha com quais deseja trabalhar. Através desta ferramenta, o psicopedagogo irá observar na criança a sua reação, organização, apropriação, imaginação, criatividade, preparação, regras utilizadas, entre outros; explorando três aspectos fundamentais que são: a temática, a dinâmica e o produto.

### **EOCA – CONCEITO**

A E.O.C.A. – Entrevista Operatória Centrada na aprendizagem é uma das etapas do processo diagnóstico, trata-se de uma entrevista estruturada, e tem como principal objetivo verificar as manifestações cognitivo afetiva da criança em situação de aprendizagem.

Uma forma de primeira sessão diagnóstica é proposta por Jorge Visca (1987, p. 72) através da EOCA. "Em todo momento, a intenção é permitir ao sujeito construir a entrevista de maneira espontânea, porém dirigida de forma experimental. Interessa observar seus conhecimentos, atitudes, destrezas, mecanismos de defesas, ansiedades, áreas expressão da conduta, níveis de operatividade, mobilidade horizontal e vertical etc". (Weiss apud Visca, 2007, p. 57).

Ou seja, a EOCA é uma entrevista estruturada, porem aberta conforme a necessidade do momento, que acontece enquanto o entrevistado interage com a caixa produzindo através dos materiais ali existente um produto de sua escolha, que servirá, assim como toda sua atitude de subsídios para o levantamento de hipóteses pelo entrevistador.

## 2.0 – CAIXA EOCA

A caixa EOCA é composta em geral por uma caixa de tamanho pequeno ou médio, que pode ser de material plástico, madeira, papelão, etc, composta por itens pedagógicos, sendo modificada conforme a idade do paciente atendido. De modo geral tem-se:

Tabela 1

Idade	Material
Abaixo de 5 anos	Folhas coloridas, almanaque, sulfite, borracha, vareta, (tudo nas embalagens), canetas coloridas, lápis sem apontar, apontador, borracha, lápis de cor, giz de cera, etc
Acima de 5 anos	Massa de modelar, cubos, jogos de encaixe, livros, revistas, caderno, cola, tinta, guache, toalha de papel, pincel, borracha, tesoura, cartão de 15 cm, diversos tipos de papel, cola, colas coloridas, jogos de quebra cabeça, soletrando, etc

Material Básico para caixa EOCA –

Fonte: Apostila: Clínica Psicopedagógica – Epistemologia Convergente–Jorge Visca

É preciso ter em mente que o material da caixa deve estar de acordo com a idade do paciente, assim sempre haverá variações, não sendo possível uma lista fixa.

Para adolescentes por exemplo torna-se interessante a inclusão de revistas *teens*, ou ligadas à assuntos do momento como os astros de canais do youtube; assim como para adultos, ter algo que chame atenção deles como revistas femininas, carros, novelas, sociedade etc

### CONSIGNAS E INTERVENÇÕES

Consignas e intervenções são as perguntas e ordens que devem ser passadas ao paciente durante a sessão da EOCA, ou seja, são os comandos e questionamentos para que a entrevista ocorra conforme o esperado, de modo que o paciente explore os produtos da caixa, escolhendo um tema específico e produzindo um produto final, e conseqüentemente fornecendo subsídios para a elaboração das primeiras hipóteses diagnósticas.

Segundo Anderle (2010, p.11 -12):

As consignas e intervenções possibilitam observar: - a possibilidade de mudança da conduta; a desorganização ou reorganização do sujeito; as justificativas verbais ou pré-verbais; a aceitação ou a recusa do outro (assimilação, acomodação, introjeção, projeção)

Ainda segundo Anderle existem vários tipos de consignas de intervenção:

De abertura: "Gostaria que você me mostrasse o que sabe fazer, o que lhe ensinaram e o que você aprendeu. Esse material é para que você utilize como desejar, pode escolher e usar o que quiser."

Para mudança de Atividade: Consigna aberta: "Gostaria que você me mostrasse o que quisesse com esses materiais".

Consigna Fechada: "Gostaria que você me mostrasse outra coisa que não seja..." ou "Gostaria que você me mostrasse algo diferente do que já me mostrou".

Consigna Direta: "Gostaria que você me mostrasse algo de ... (matemática, escrita, leitura)".

Consigna Múltipla: "Você pode ler, escrever, pintar, recortar, desenhar, etc?".

Consigna para pesquisa; para que serve isso, o que você fez, que horas são, que cor você está utilizando?".

Como resposta das consignas de abertura de modo geral tem-se:

- a) O sujeito começa a desenhar, pintar, recortar, etc.
- b) Solicita informações do que fazer. A resposta deve ser "O que você quiser".
- c) Fica sem atitude, paralisado, mesmo após as consignas múltiplas.

Independente do que tenha ocorrido, todos dados são significativos para a avaliação, ou seja toda atitude, ação, fala, gestos, precisam e devem ser anotados para a elaboração da hipótese, pois em muitas vezes esses se tornam mais expressivos do que o próprio produto produzido.

## **POSTURA DO EXAMINADOR DURANTE A ENTREVISTA- DA OBSERVAÇÃO**

O examinador durante a entrevista deve ser apenas um observador da conduta do entrevistado, intervindo e limitando, somente quando for necessário. Devem utilizar-se do maior número possível das consignas para um resultado mais rico; bem como utilizar-se de consignas múltiplas como ajuda para que o entrevistado entre na tarefa. Salienta-se que a dificuldade de entrar na tarefa também se trata de uma postura a ser analisada.

35

É importante que durante e após a produção haja um questionamento a respeito da produção, como apresentando um problema, solicitando que relate o que leu, escreveu, desenhou. Como também é importante a observação durante a entrevista explorando 3 fatores importantes, sendo:

- 1 - Temática: composto por tudo que o sujeito diz, o que terá, como toda conduta humana, um aspecto manifesto e outro latente;
- 2 - Dinâmica: consiste em tudo que o sujeito faz e não e estritamente verbal: gestos, voz, postura corporal, etc; a forma de sentar ou pegar o lápis podem ser mais reveladoras que o produto;
- 3 - Produto - é o que o sujeito deixa gravado no papel na dobradura, na colagem, etc, incluindo a sequência em que foram feitos. (ANDERLE, 2010, p12).

Ainda é possível observar através da EOCA alguns indicadores de ordem: Afetiva como: distração, inadequação da postura, fugas, etc.; defensivas como: medos, resistências a tarefas, etc.; Reativas como choro, ansiedade, etc.; Cognitiva; leitura de objetos e situações; entre outras. Segundo Acampora apud Visca (2015, p.74-75),

A EOCA, tem uma determinada sequência proposta pelo autor, mas não é uma forma rígida pois pode variar segundo as consequências. É um instrumento simples, mas rico em seus resultados. Três aspectos são importantes na EOCA: 1) A temática: aquilo que o sujeito traz, nas formas manifestadas e latentes; 2) A dinâmica - aquilo que o sujeito faz e não é verbal (gestos, tons de voz, postura, etc); 3) O produto - o que o sujeito apresenta no papel. Através da observação do tema, da dinâmica e do produto, pode se observar o sintoma e as causas histórias coexistentes (ansiedade, defesa, funções, nível de pensamento utilizado, grau de exigência, aquisições automáticas, aspectos da lateralidade, organização, ritmo de trabalho, interesse, etc. (ANDERLE, 2010, p.12),

## **DO REGISTRO E LEVANTAMENTO DAS HIPÓTESES**

O levantamento das hipóteses é baseado nas informações registradas, dessa forma o registro precisa ser correto e rico em informações, assim toda ocorrência deve ser anotada. É aconselhável que se use um roteiro para a realização da EOCA, de modo que surgirão as primeiras anotações, (tabela2), depois anota-se toda informação na tabela de hipóteses (tabela3), facilitando dessa forma a visualização das hipóteses encontradas

que ocasionam esse déficit na criança., que poderão seguir a três linhas de pesquisas: 1- cognitiva, 2 – afetiva e orgânica e a 3- funcionais.

É de extrema importância que se identificado hipóteses que levar a áreas específicas como as psicológicas, neurológicas, fonoaudiológicas, deve-se encaminhar o entrevistado para uma avaliação com devido profissional.

## Tabela 2

EOCA	
Entrevista Operatória Centrada na Aprendizagem	
Nome:	_____
Idade	_____
Gostaria que você mostrasse o que sabe fazer, o que te ensinaram e o que aprendeu...	
Escolaridade do aluno:	_____
Alguma repetência? ( ) sim ( ) não Qual?	_____
Disciplina favorita?	_____
Por quê ?	_____
Desde quando?	_____
Disciplina de que não gosta?	_____
Por quê?	_____
Desde quando?	_____
Disciplina(s) indiferente(s)	_____
Sempre foram essas? ( ) sim ( ) não	
Por quê?	_____
O que deseja fazer quando crescer?	_____
Por quê?	_____
Como foi sua entrada na escola atual?	_____
Teve outras? ( ) sim ( ) não Como foi?	_____
Você sabe por que está aqui comigo hoje? ( ) sim ( ) não	
O que achou da ideia?	_____
Você quer estar aqui ou veio porque sua mãe, o colégio ou o seu professor o obrigou?	
Eles têm razão? ( ) sim ( ) não	

Se pudesse e tivesse que fazer algo para um aluno que se parecesse com você em sala de aula, o que aconselharia a fazerem:

Aos pais: \_\_\_\_\_

Aos professores: \_\_\_\_\_

Você gosta de:

Use este material, se precisar para mostrar-me o que você sabe a respeito do que sabe fazer, do que lhe ensinaram e o que aprendeu. Desenhe, escreva, faça alguma coisa que lhe venha à cabeça.

### ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO

Marque as questões observadas

Em relação à temática:

- fala muito durante todo o tempo da sessão
- fala pouco durante todo o tempo da sessão
- verbaliza bem as palavras
- expressa com facilidade
- apresenta dificuldades para se expressar verbalmente
- fala de suas ideias, vontades e desejos
- mostra-se retraído para se expor
- sua fala tem lógica e sequência de fatos
- parece viver num mundo de fantasias
- tem consciência do que é real e do que é imaginário
- conversa com o terapeuta sem constrangimento

Observação: \_\_\_\_\_

Em relação à dinâmica (consiste em tudo que o cliente faz)

- o tom de voz é baixo
- o tom de voz é alto
- sabe usar o tom de voz adequadamente
- gesticula muito para falar
- não consegue ficar sentado
- tem atenção e concentração
- anda o tempo todo
- muda de lugar e troca de materiais constantemente
- pensa antes de criar ou montar algo

- apresenta baixa tolerância à frustração
- diante de dificuldades desiste fácil
- tem persistência e paciência
- realiza as atividades com capricho
- mostra-se desorganizado e descuidado
- possui hábitos de higiene e zelo com os materiais
- sabe usar os materiais disponíveis, conhece a utilidade de cada um
- ao pegar os materiais, devolve no lugar depois de usá-los
- não guarda o material que usou
- apresenta iniciativa
- ocupa todo o espaço disponível
- possui boa postura corporal
- deixa cair objetos que pega
- faz brincadeiras simbólicas
- expressa sentimentos nas brincadeiras
- leitura adequada à escolaridade
- interpretação de texto adequada à escolaridade faz cálculos
- escrita adequada à escolar

Observação: \_\_\_\_\_

Em relação ao produto (é o que o sujeito deixa registrado no papel)

- desenha e depois escreve
  - escreve primeiro e depois desenha
  - apresenta os seus desenhos com forma e compreensão
  - não consegue contar ou falar sobre os seus desenhos e escrita
  - se nega a descrever sua produção para o terapeuta
  - sente prazer ao terminar sua atividade e mostrar
  - demonstra insatisfação com os seus feitos
  - sente-se capaz para executar o que foi proposto
  - sente-se incapaz para executar o que foi proposto
  - os desenhos estão no nível da idade do entrevistado
  - prefere matérias que lhe possibilite construir, montar criar'
  - fica preso no papel e lápis
  - executa a atividade com tranquilidade
  - demonstra agressividade de alguma forma em seus desenhos e suas criações
- ou no comportamento
- é criativo(a)

Observação:

---

---

---







## **CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

O processo diagnóstico psicopedagógico é complexo e necessita de várias ferramentas que levantem hipóteses a serem investigadas para o possível fechamento de diagnóstico. Dentre as inúmeras ferramentas existentes uma que merece destaque é EOCA – Entrevista Operatória Centrada na Aprendizagem, criada por Jorge Visca, tendo com base na psicologia social de Pichon-Rivière, nos postulados da psicanálise e no método clínico da escola de Genebra, na qual busca estudar as manifestações cognitivo-afetivo da criança no momento em que ela aprende.

Uma das grandes diferenças entre o campo teórico proposto por Visca dos demais, é o fato dele propor que a ação psicopedagógica comece pela EOCA, como forma de não haver nenhuma chance do entrevistador ser influenciado pelos pais durante a anamnese, como é de praxe nas demais correntes psicopedagógicas.

O material necessário para a execução da EOCA é simples porém muito eficaz, podendo ser utilizado para todas as idades e proporcionando importantes informações, que poderão ser observadas e anotadas durante o percorrer da entrevista. O material básico é de fácil acesso, pois é composto por canetas, lápis, lápis de cor, apontador, cola, régua, sulfite, caderno, revistas, entre outros que deverão ficar em uma caixa ou expostos em uma mesa, de modo a deixar a criança escolher aquilo que desejar utilizar, e preparando-o conforme sua necessidade, como apontar o lápis sem ponta por exemplo. Durante a entrevista são realizados questionamentos constantes em uma entrevista estruturada, mas que pode ser modificada conforme a necessidade da situação. Toda ação deve ser anotada para a criação das hipóteses. Há três importantes aspectos que precisam ser observados, que são o tema, a dinâmica, e o produto. Outro aspecto importante a observar são as consignas e intenções das quais

possibilita observar a reação da criança. As anotações realizadas levam a três hipóteses: Cognitiva, Afetiva e Orgânica, e funcional. Quando as hipóteses levarem a aspectos pertinentes a psicologia, fonoaudiologia entre outros é preciso realização de uma nova avaliação do profissional em questão, para real verificação da hipótese levantada e para um diagnóstico concreto.

A EOCA quando bem aplicada é capaz de levantar as reais hipóteses que ocasionam a dificuldade de aprendizagem da criança, sem que ocorra influências das queixas dos pais, levando em conta todos aspectos que a envolvem, abrindo caminhos importantíssimos na busca do real problema da criança.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ACAMPORA, Bianca. **Psicopedagogia clínica, o despertar das potencialidades**. 3º ed., Rio de Janeiro, Wak Editora, 2015.

ANDERLE, Salete Santos. **Compilação de Instrumentos para avaliação diagnóstica psicopedagógica clínica**. Site: Calameu - Apostila online. Março 2010. Acessado em 20/05/18 as 14:00 hs. Disponível em <https://pt.calameo.com/books/0007288608f4aad0e9442>

CARVALHO, Carla. **EOCA – Entrevista Operativa Centrada na Aprendizagem**. Blog Psicopedagogia online - Acessado em 19/05/2018 as 23:27h  
<http://psicopedagogiaonlineparatodos.blogspot.com.br/2012/09/eoca.htm>  
↓.

OLIVEIRA, Daliane. **EOCA – Entrevista Operativa Centrada na Aprendizagem**. Blog Psiqueasy. Publicado em 13/09/17 – Acessado em 10/05/18 as 23:40h. Disponível em <http://blog.psiquery.com.br/2017/09/13/e-o-c-a-entrevista-operativa-centrada-na-aprendizagem/>

RABEL, Sandra. **A relevância do diagnóstico psicopedagógico**. Publicado em 30 de outubro de 2016, Site: Psicopedagogia online. Acessado em 10/05/2018 as 23:10h. Disponível em <https://pt.linkedin.com/pulse/relev%C3%A2ncia-do-diagn%C3%B3stico-psicopedag%C3%B3gico-sandra-rebel>

SAMPAIO, Simira. **Manual prático do diagnóstico psicopedagógico clínico**. Rio de Janeiro: Wak Editora; 2009.

VISCA, Jorge. **Clínica Psicopedagógica: epistemologia convergente**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985

WEISS, Maria Lúcia Lemme. **Psicopedagogia Clínica – Uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar**. 13 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2003.

## A ESCOLA REGULAR NUMA PERSPECTIVA INCLUSIVA

Catarina, Rosimere Aparecida Gomes<sup>3</sup>

### Resumo

Este artigo propõe a reflexão e a conscientização das pessoas quanto a um novo paradigma da educação: a escola regular como um espaço inclusivo, compromissada com as minorias, cujo grupo inclui os portadores de necessidades educativas especiais. Tem como objetivo reafirmar a necessidade de se fortalecer nas escolas estratégias pedagógicas diferenciadas, orientadas para uma educação de qualidade, que respeite as diferenças, com práticas heterogêneas e inclusivas que permitam uma aprendizagem eficaz, onde a formação do educador seja associada a uma prática reflexiva e à mudança de postura, para que produza resultados significativos. Neste sentido, busca ainda refletir sobre a atuação do sistema educacional do Estado quanto à formação continuada de professores frente ao desafio da educação inclusiva.

**Palavras-chave:** educação inclusiva, escola regular, portadores de necessidades especiais.

### INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos seus objetivos fundamentais promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º, inciso IV). Define, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a igualdade de condições de acesso e permanência na escola como um dos princípios para o ensino e garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente, na rede regular de ensino (art. 208).

No período compreendido entre a promulgação da Constituição e a edição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9.394/96, que destinou um capítulo (V) para a educação especial, houve um momento histórico internacional no campo da educação: a Conferência Mundial sobre

---

<sup>3</sup> Rosimere Aparecida Gomes Catarina é Professora de Apoio (AEE) na Rede Estadual de Minas Gerais; Licenciada em Pedagogia pela FINOM/Prominas; Pós Graduada em Supervisão Escolar pela FINOM e Pós Graduada em Educação Especial pelo Instituto Souza/Facel.- Ipatinga-MG.

Educação para Todos, 1990, em Jontiem, na Tailândia e em 1994, a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, em Salamanca, na Espanha. Com o objetivo de promover a Educação para Todos, foi aprovada nesta última a Declaração de Salamanca, cujos princípios norteadores foram: a promoção da aprendizagem, o reconhecimento da importância de “escolas para todos” e a formação dos professores.

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994. p. 17-18).

Neste novo paradigma, a educação inclusiva tem sido conceituada como um processo de educar conjuntamente e de maneira incondicional, nas classes de ensino regular, alunos ditos normais com alunos – portadores ou não de deficiências – que apresentam necessidades educacionais especiais. Para tanto, a sociedade precisa assumir mais concretamente o seu papel, criando as condições necessárias para a equalização de oportunidades.

Desta forma, o estudo que se segue traz uma abordagem dentro da perspectiva da inclusão. Propõe esclarecer pontos que apontam para a implementação de práticas educacionais sólidas e conscientes, visando aumentar a igualdade de oportunidades no ensino regular, e faz ainda uma reflexão à luz dos programas e discussões em torno do tema que visam prioritariamente à inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais de aprendizagem na rede regular de ensino e na sociedade.

Esta pesquisa traz ainda um breve histórico sobre o tratamento dispensado às pessoas portadoras de deficiência desde os tempos mais remotos, analisando o ontem e o hoje da instituição escolar. Faz também uma abordagem à escola contemporânea que caminha para um novo horizonte, objetivando democratizar o sistema, procurando torná-la um espaço não só de acesso, mas de permanência de seu alunado, independentemente de

suas possibilidades, ou seja, uma escola verdadeiramente aberta, pluralista e democrática.

Esta é uma pesquisa de cunho bibliográfico, individual, a partir de uma observação sistemática, baseada em leituras de diversos textos, livros e artigos de revistas contendo entrevistas abordadas por educadores e pedagogos, buscando o que de melhor se apresenta sobre o tema.

## **BREVE HISTÓRICO SOBRE AS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA**

Ao longo da história, diferentes teorias e definições foram elaboradas a respeito das deficiências humanas. Os relatos, contudo, parecem ter sido iniciados apenas a partir do século V, pois pouco se sabe sobre as pessoas com deficiência do período anterior à Idade Média. Nesta época o preconceito era tão aflorado que as pessoas que não faziam parte da nobreza eram consideradas sub-humanas, desnecessárias. O mesmo acontecia com as pessoas deficientes: bastava ser cega, surda, muda, ser deficiente físico ou mental para ser abandonado, ficar esperando única e exclusivamente pela morte. Isso porque, na antiguidade, a sociedade era composta pela nobreza e pelo povo, assim, quem não servia para produzir riquezas para os nobres ou para guerrear, não servia mais para nada. Podia ser eliminada sem nenhum problema de ordem ética, moral ou religiosa.

Com o nascimento de Cristo e, com as suas peregrinações, há uma mudança de comportamento originada pelos acontecimentos milagrosos, quando curava doentes e pessoas com deficiência. Jesus pregava então a igualdade entre os seres humanos. A partir de então, essas pessoas não podiam mais ser assassinadas, mas as que podiam trabalhar eram compradas pelos nobres e as outras viviam como mendigos, à mercê da caridade alheia.

Já no período medieval, a igreja católica foi ganhando terreno e mudando o cenário político. Essa época representou para as pessoas portadoras de deficiência um tempo de forte discriminação, pois para a igreja eram as

peças com deficiência os “endemoniados”, os escolhidos para receber os castigos divinos.

Lamentavelmente, a sociedade, desde a antiguidade, não fez outra coisa senão discriminar as pessoas com deficiência. No entanto, as mudanças aconteciam de acordo com o que a Ciência trazia como novidade. A partir de então, as causas das deficiências deixaram de ser vistas como espirituais e começaram a ser entendidas como fator orgânico, produto de causas naturais. Assim concebida, a deficiência passou a ser tratada através da alquimia, da magia e da astrologia, métodos da iniciante medicina.

Até a primeira metade do século XX, as pessoas com deficiência ainda eram consideradas doentes e suas doenças eram tidas como incuráveis e permanentes. A partir dos anos 60, com as novas descobertas científicas, o centro do problema deixa de ser a deficiência do indivíduo e passa a ser as suas necessidades particulares. A pessoa deficiente passa a ser tratada em instituições especiais, assim como as crianças deficientes em fase escolar passam a ser atendidas em escolas especiais.

Nas últimas décadas do século XX, a educação especial surgiu como parte de uma proposta de educação para todos, que denunciava a discriminação e a exclusão social de crianças pobres e deficientes. Introduziu-se nesse momento a ideia de inclusão no Brasil sob a forma inicial de integração, devido às escolas especiais estarem trabalhando com as necessidades e dificuldades das pessoas com deficiência de forma que elas pudessem ser integradas à escola regular. A partir desse movimento de integração, surgiram avanços importantes como a Linguagem Brasileira de Sinais – LIBRAS, o Braile, e todo o empenho da Ciência para compreender, tentar prevenir e facilitar a vida das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais.

O século XXI está aí e é o século do futuro. As condutas e pensamentos que marcaram a vida dessas pessoas ao longo dos tempos, felizmente evoluíram. Hoje é possível obter orientações e explicações, talvez ainda não definitivas, mas ao menos sensatas, sobre a maioria das deficiências.



## **HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL**

Para Mazzota<sup>2</sup> (1996), a evolução da educação especial no Brasil pode ser subdividida em dois períodos distintos: de 1854 a 1956 (iniciativas oficiais e particulares) e de 1957 a 1993 (iniciativas oficiais de âmbito nacional).

No primeiro período, datam da década de 20 as primeiras medidas voltadas para os portadores de deficiência física e mental, como, por exemplo, a Reforma Francisco Campos Mário Casassanta, instituída pelo Decreto-Lei nº 7.870 A, de 15 de outubro de 1927 (Ensino Primário), que prescreve a obrigatoriedade de frequência à escola para crianças de 7 a 14 anos. O decreto, porém, isentava as crianças que comprovadamente não tinham condições de estudar.

No segundo período, ao qual se refere Mazzota (ibid. p.49), e que vai de 1957 a 1993, destacam-se inicialmente as campanhas voltadas especificamente para os portadores de deficiência, patrocinadas pelo governo federal, que tinham por finalidade promover as medidas necessárias à educação e assistência, no mais amplo sentido, em todo o território nacional. Essas iniciativas, somadas às pressões de entidades públicas e filantrópicas, como a APAE, foram essenciais para a inclusão de um capítulo sobre a educação das pessoas portadoras de deficiências na primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024/61, de 20 de dezembro de 1961. Reafirmando o direito dessas pessoas, a LDB, em seu artigo 88, indica que, para integrá-los na comunidade, sua educação deverá, dentro do possível, enquadrar-se no sistema geral de ensino.

Após a aprovação da Lei nº 5.692/71, que previa "tratamento especial aos excepcionais", começaram a se desenvolver numerosas ações com vistas à implantação de novas diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus.

Após oito anos de intensa discussão no Congresso Nacional, foi sancionada em 20 de dezembro de 1996 a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96, na qual merecem destaque os artigos 58, 59 e

60, que tratam da educação especial. A nova LDB reafirma a preferência do atendimento aos portadores de necessidades especiais na rede regular de ensino.

## **HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO SOB O PARADIGMA DA INCLUSÃO**

No Brasil, a história nos mostra que a educação foi centro de atenção apenas nos momentos em que segmentos dominantes da sociedade sentiram necessidade. [...] quando a alfabetização se tornou fator condicionante de voto, ampliou-se o acesso ao saber escolar. Quando a economia passou a exigir mão-de-obra instrumentalizada, as massas populares foram chamadas à escola. A educação popular foi sendo concedida na medida da necessidade para a subsistência do sistema dominante, até que os movimentos populares passaram a reivindicar a educação como um direito. (FONTES, 2003, p.31)

Ao se analisar a expectativa da sociedade em relação à instituição escolar, verifica-se que até o final do século XX, o que se propunha para a escola de um modo geral é que ela desenvolvesse um trabalho voltado para a seleção, dentre a população, de um certo número de indivíduos que fossem capazes de suprir o setor produtivo da sociedade. Neste contexto era necessário distinguir indivíduos que pudessem operar o processo de desenvolvimento. Assim a escola colocava à disposição dos selecionados um universo de conhecimentos e a sociedade lhes abria as portas para o mercado de trabalho. Ao se chegar a esta conclusão, é importante destacar a natureza excludente da escola tradicional, pois, ao selecionar indivíduos, muitos eram excluídos.

Entretanto, a sociedade brasileira, nas últimas décadas, tem previsto uma nova perspectiva, como a criação da escola inclusiva, a que todos tenham acesso e direito de nela permanecer. O movimento de inclusão escolar revelou que a educação, com seus métodos tradicionais, exclui cada vez mais alunos, ao invés de incluí-los (FREITAS, 2006. p.).

Dessa forma, fica evidenciado que considerar as especificidades de cada aluno é fundamental para garantir a qualidade de ensino para todos os alunos, e não apenas para aqueles que apresentam dificuldades mais evidentes.

A luta que mobilizou os educadores brasileiros ao longo do século passado, na qual destacou Anísio Teixeira como um símbolo, foi pela

universalização do acesso à escola. Essa está praticamente vencida. Hoje já se pode dizer que quase a totalidade das crianças brasileiras tem vaga na escola. A luta desse novo século é pelo direito de permanecer na escola, o direito de não ser excluído do processo educacional. A escola seletiva/excludente, ao marginalizar os indivíduos que nela ingressaram por força da universalização do acesso, impede o exercício da cidadania. (GUIMARÃES.org. 2002, p.9)

Assim, enquanto a escola continuar nesse processo de seleção, será excludente, desrespeitando os direitos explicitados no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Neste contexto, o mais difícil e demorado a fazer é mudar a concepção das pessoas quanto à natureza da escola. Porque a escola inclusiva será aquela em que ninguém, sob nenhum pretexto, será negado o direito de nela permanecer e todos – professores, funcionários, pais e alunos – estarão em condições de viver e conviver com as diferenças.

### **A ESCOLA REGULAR FRENTE AO DESAFIO DA INCLUSÃO**

A educação enfrenta hoje um grande desafio: garantir a escolarização adequada aos alunos, inclusive àqueles com necessidades especiais. Isto significa garantir não apenas o acesso a uma educação de qualidade a todos os alunos, mas a permanência desse alunado sem nenhuma distinção.

É preciso que seja efetivada a transformação da escola regular em um espaço democrático e competente para trabalhar com todos os educandos. Segundo conceitua Margareth Diniz<sup>3</sup>:

Inclusão pressupõe o acolhimento de toda e qualquer diferença, seja ela de gênero, de raça e etnia, de condição econômica e social, de condição física e mental, das populações indígenas, das minorias linguísticas. Ou seja, inclusão é um conceito que pressupõe o acolhimento a todo e qualquer diferente (DINIZ, 2004. p.21).

Neste sentido, a inclusão beneficia a todos, uma vez que sadios sentimentos de respeito à diferença, de cooperação e de solidariedade podem se desenvolver.

### **SUBSÍDIOS PARA IMPLEMENTAR A INCLUSÃO**

Historicamente, o aluno com necessidades especiais tem sido alvo de discriminação social, sendo-lhe negados direitos básicos necessários à sua

cidadania. Faz-se necessário ampliar a discussão coletiva na busca de alternativas, considerando as dificuldades, potencialidades, direitos e deveres desses cidadãos.

O eixo norteador da educação inclusiva é a atenção à diversidade, a fim de evitar rótulos e preconceitos. O respeito e a valorização da diversidade dos alunos exigem que a escola defina sua responsabilidade no estabelecimento das relações, envolvendo seus profissionais em um amplo processo de discussão, estudo e reflexão sobre a inclusão. Não basta simplesmente colocar o aluno na escola e sim dar-lhe condições de acesso e permanência

### **PRESSUPOSTOS LEGAIS – PROGRAMAS E AÇÕES**

O direito à educação para todos os brasileiros foi estabelecido na constituição Federal de 1824, à época do Brasil Império. O nosso atual texto constitucional (CF/1988) igualmente consagrou no seu artigo 205 a educação como direito de todos e dever do Estado e da família; no artigo 206 anunciou princípios democráticos que nortearam a educação com igualdade de condições não só para o acesso, mas para a permanência na escola, com pluralismo de ideias e concepções pedagógicas; e em seu artigo 208 potencializou o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Cabe ressaltar que as linhas estabelecidas pela Constituição Federal foram regulamentadas pela LDB nº 9.394/96 – Capítulo V, artigo 58, onde reafirma a garantia de matrículas para portadores de necessidades especiais preferencialmente na rede regular de ensino; a criação de serviços de apoio especializado para atender às peculiaridades da clientela de educação especial e a especialização de professores.

A partir deste documento a rede regular começou a matricular alunos deficientes nas classes comuns e iniciou-se uma série de discussões sobre o assunto. Alguns defendem a proposta, pois reconhecem que a convivência entre alunos ditos “normais” com alunos “deficientes” será benéfica para todos. Outros se posicionam contra, pois acreditam que a

escola regular não possui ainda estrutura física e profissionais preparados para atender uma clientela tão diversa.

Dez anos após a edição da LDB 9.394/96, o esforço rumo a uma sociedade inclusiva fez brotar diversos movimentos. Entre esses, vale destacar a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), aprovada pela ONU em 2006, ratificada pelo Brasil em 2008 e sancionada pelo Presidente da República em 2009, através do Decreto 6.949, que determina em seu Artigo 24º, sob o título Educação:

[...] Para efetivar esse direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, os Estados Partes assegurarão sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida, com os seguintes objetivos: a) O pleno desenvolvimento do potencial humano e do senso de dignidade e autoestima, além do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos, pelas liberdades fundamentais e pela diversidade humana; b) O máximo desenvolvimento possível da personalidade e dos talentos e da criatividade das pessoas com deficiência, assim como de suas habilidades físicas e intelectuais; c) A participação efetiva das pessoas com deficiência em uma sociedade livre. 2. Para a realização desse direito, os Estados Partes assegurarão que: a) As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino primário gratuito e compulsório ou do ensino secundário, sob alegação de deficiência; b) As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino primário inclusivo, de qualidade e gratuito, e ao ensino secundário, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem (Decreto Nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Brasília-DF)

Para que a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência passasse a vigorar internamente, o texto foi submetido ao processo de ratificação, mediante aprovação do Congresso Nacional em 2008, passando ainda pela sanção do Presidente do Brasil, em 2009, através do Decreto Nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, para depois ser depositado junto à Secretaria Geral das Nações Unidas.

Vale destacar também a Resolução CNE/CEB Nº 04/2009, de 2 de outubro de 2009, que “Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial”, que assim determina em seu Artigo 1º:

Art. 1º Para a implementação do Decreto nº 6.571/2008, os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos. (RESOLUÇÃO CNE/CEB 4/2009. Diário Oficial da União, Brasília, 5 de outubro de 2009, Seção 1, p. 17)

O documento apresenta o AEE – Atendimento Educacional Especializado como um “serviço” da Educação Especial, assegurado pela Constituição de 1988.

E para fechar os pressupostos legais, destaca-se a *Meta 4 do Novo Plano Nacional de Educação* (PNE 2011-2020). Este documento, proposto como diretriz para todas as políticas educacionais do País para esta década, elaborado durante a Conferência Nacional de Educação (CONAE) em 2010, é composto por 12 artigos e um anexo com 20 metas para a Educação, sendo que a *Meta 4* diz respeito especificamente à redução das desigualdades e à valorização da diversidade, caminhos imprescindíveis para a equidade:

Meta 4: universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. (<http://pne.mec.gov.br/programas-metas>)

Segundo o Novo PNE (2011-2020), a política pública deve fortalecer sistemas educacionais inclusivos em todas as etapas, viabilizando acesso pleno à educação básica obrigatória e gratuita.

### **PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS**

Segundo Perrenoud (2001), grande parte das estratégias de ensino utilizadas pelo professor deve ser adaptada às características dos alunos, à composição da classe e à história das relações entre os educandos e entre eles e o professor.

Pressupõe-se que, na condição de pensadores críticos, os professores não precisam de receitas prontas e sim, de habilidades para avaliar situações novas, desenvolver estratégias e encontrar respostas educativas às necessidades de cada aluno. Trabalhando como membros de equipe integradamente com outros profissionais, atuam no papel de facilitadores da aprendizagem. Entre esses profissionais estão: pedagogos, psicólogos, psicopedagogos, intérpretes da língua de sinais, instrutores da língua de sinais, assistentes sociais, etc.

A transformação da escola envolve o compromisso de educadores, pais, especialistas, agentes do poder público e demais agentes sociais para assumir desafios e constituir uma rede de solidariedade. Trata-se, pois, de um amplo movimento de transformação e de democratização da educação como direito de todos, tendo como perspectiva a construção de uma sociedade inclusiva.

### **ADAPTAÇÕES CURRICULARES**

A vivência escolar tem demonstrado que a inclusão pode ser favorecida quando se observam as seguintes providências: preparação e dedicação dos professores; apoio especializado para os que necessitam e a realização de adaptações curriculares e de acesso ao currículo, se pertinentes.

De modo geral, o currículo pode se constituir um grande obstáculo para os alunos com necessidades educacionais especiais na escola regular, especialmente quando ele impõe uma referência homogênea a ser alcançada por todos os educandos, independentemente das condições particulares que possam apresentar.

De acordo com Blanco (2004), a escola, tradicionalmente, focalizou sua atenção em satisfazer necessidades comuns, delineando objetivos sem considerar as características específicas de cada aluno:

Essa postura tradicional, no âmbito curricular, é demonstrada por propostas rígidas e homogeneizadoras, que desconsideram os diversos contextos nos quais ocorrem os processos de ensino e aprendizagem. Como consequência, é possível observar a alta ocorrência de dificuldades de aprendizagem, repetências, absenteísmo e fracasso escolar (BLANCO, 2004).

Segundo o documento SABERES E PRÁTICAS DA INCLUSÃO – Estratégias para a Educação de Alunos com Necessidades Especiais – da Secretaria de Educação Especial, do Ministério da Educação:

[...] as adequações curriculares constituem, pois, possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos. Pressupõem que se realize a adequação do currículo regular, quando necessário, para torná-lo apropriado às peculiaridades dos alunos com necessidades especiais. Não um novo currículo, mas um currículo dinâmico, alterável, passível de ampliá-lo, para que atenda realmente a todos os educandos. Nessas circunstâncias, as adequações curriculares implicam a planificação pedagógica e a ações docentes fundamentadas em critérios que definem: - o que o aluno deve aprender; - como e quando aprender; - que formas de organização do ensino são mais eficientes para o processo de aprendizagem; - como e quando avaliar o aluno. (Brasília. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. 2003. P.34)

Assim sendo, tais adaptações realizam-se de acordo com as necessidades dos alunos, podendo ser dispensadas ou aplicadas de forma reduzida, ou ainda, em alguns casos, de forma mais intensiva, dependendo das necessidades que forem identificadas. As modificações necessárias devem abranger atitudes, perspectivas, organização e ações de operacionalização do trabalho educacional.

### **FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

Os educadores têm visto a educação inclusiva como a entrada de muitos alunos diferentes na escola, o que tem gerado certo medo ou receio desta nova realidade educacional. Lidar com alunos com necessidades especiais é visto de duas formas: ou eles são encaminhados para as escolas especiais ou se traz os profissionais especializados para trabalhar com eles dentro da escola regular, devido ao despreparo dos professores da escola comum, o que precisa ser revisto diante dos desafios propostos pela educação inclusiva.

Assim, a educação de discentes com necessidades Educacionais Especiais, seja no contexto do ensino regular, seja em formas de atendimento especializado, permite aos professores em atuação rever os referenciais teórico-metodológicos e os incentiva, face ao enfrentamento das diferenças de seus alunos, a buscar uma formação continuada (FREITAS, 2008. p.21)



Neste sentido, além dos profissionais especializados para atuar diretamente com os alunos especiais, deve-se pensar na formação de todo o corpo docente, de modo a prepará-lo para uma prática reflexiva e mudança de postura, para que as legislações que regem a inclusão não sejam vistas como uma imposição, mas como garantia do direito de todos a uma educação de qualidade.

O atual e grande desafio posto para os cursos de formação de professores é o de produzir conhecimentos que possam desencadear novas atitudes que permitam a compreensão de situações complexas de ensino, para que os professores possam desempenhar de maneira responsável e satisfatória seu papel de ensinar e aprender para a diversidade. Para tanto, faz-se necessário elaborar políticas públicas educacionais voltadas para práticas mais inclusivas, adequar a formação de professores às novas exigências educacionais e definir um perfil profissional do professor, ou seja, habilidades e competências necessárias aos professores de acordo com a realidade brasileira (NUNES SOBRINHO; NAUJORKS, 2001).

Pensar a capacitação dos docentes hoje é um dos modos de começar a mudança na qualidade do ensino com vistas a criar contextos educacionais inclusivos, capazes de propiciar aprendizagem a todos os alunos, respeitando ritmos, tempos, superando barreiras físicas, psicológicas, espaciais, temporais e culturais. Esta adaptabilidade docente é um processo de construção que deve ser implementado nas novas práticas de sua formação.

### **ESCOLA E FAMÍLIA – PARCERIA PELA INCLUSÃO**

Os pais são os principais associados no tocante às necessidades educativas especiais de seus filhos, e a eles deveria competir, na medida do possível, a escolha do tipo de educação que desejam seja dada a seus filhos. [...] Deverão ser estreitadas as relações de cooperação e apoio entre administradores das escolas, professores e pais, fazendo com que estes últimos participem na tomada de decisões, em atividades educativas no lar e na escola e na supervisão e no apoio da aprendizagem de seus filhos. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994)

Não resta dúvida, portanto, que hoje em dia, mais do que nunca, a família deve ser vista e tratada como um parceiro a mais no processo de quebra

das barreiras que impedem a participação e a inclusão social de seus integrantes, por quaisquer motivos que sejam.

Assim, a participação da família é de suma importância no movimento da inclusão. Seja de forma individualizada ou por meio de suas organizações, é imprescindível a sua participação para que a continuidade histórica da luta por sociedades mais justas para seus filhos seja garantida.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Sasaki (2002) aponta várias ações possíveis para se implementar a inclusão. Estão entre elas uma campanha contínua de esclarecimento ao público em geral, aos alunos e familiares das escolas regulares e especiais, aos professores e às autoridades educacionais. O autor considera indispensável “o treinamento dos atuais e futuros professores das escolas comuns e especiais, devendo focar conceitos inclusivistas como autonomia, independência, equiparação de oportunidades, inclusão social e rejeição zero”.

A educação inclusiva constitui, assim, um processo de mudança estrutural, envolvendo flexibilização curricular, acessibilidade de prédios, adequação aos sistemas de comunicação oral e escrita, etc. Uma das ações consideradas como prioritárias é conscientizar os professores – mesmo aqueles que ainda não têm alunos com necessidades especiais em suas salas de aula – que eles também precisam se adequar aos novos rumos da educação.

Sempre que se fala nos benefícios que a inclusão pode trazer, tanto para aqueles que possuem necessidades especiais quanto para os que não possuem, o primeiro pensamento que surge é de que as pessoas com deficiência têm mais chances de se desenvolver, mas todos ganham ao exercitar a tolerância e o respeito pelo outro, ao viver a experiência da diferença. E as experiências de professores que convivem em escolas inclusivas confirmam que quem mais aprende são os próprios professores, além disso, sabe-se que o maior benefício para a escola de modo geral está em garantir a todos o direito à educação. Dessa forma, percebe-se que só

quem tem contato com as pessoas portadoras de necessidades especiais sabe que lidar com as diferenças não é difícil e sim um privilégio para aqueles abertos às mudanças sociais.

Um dos papéis da escola é praticar a responsabilidade pelo outro, estimulando a comunidade escolar a fazer o mesmo, fazendo com que os alunos que sempre estiveram nas salas regulares aprendam a viver e a conviver com as diferenças, desenvolvendo o respeito pela individualidade de cada pessoa, pela potencialidade de cada um.

Qualquer escola que se convencer da necessidade de se adequar aos novos tempos e novos valores sociais estará iniciando uma desafiadora jornada de inclusão escolar, cuja principal mensagem é a de que a educação de crianças com necessidades educacionais comuns e crianças com necessidades educacionais especiais, juntas, desenvolvendo relacionamentos positivos através de experiências educacionais e sociais, é fundamentalmente vantajosa.

## **REFERÊNCIAS**

BLANCO, R. *A atenção à diversidade na sala de aula e as adaptações do currículo*. In: COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J.A. (org.). Porto Alegre: Artmed editora, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL, Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961. *Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, DF. 1961

BRASIL. Lei 5.692, de 1971. *Fixa diretrizes e bases para o ensino de primeiro e segundo graus, e da outras providencias*. Diário Oficial da República federativa do Brasil, Brasília, DF, 12 de ago. 1971.

BRASIL. Lei 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 31 de dez.1996.

BRASIL, Lei 13.005, de 25 de junho de 2014. **Novo Plano Nacional de Educação – PNE**. <http://pne.mec.gov.br/programas-metas>  
DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: *Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais*, 1994, Salamanca-Espanha.

DECRETO 6.949, de 25 de agosto de 2009.

DINIZ, Margareth. *Respeitar a diversidade e acolher as diferenças: Isso é possível?* Belo Horizonte, Sind-Ute/MG, 2004.

FONTES, Rejane de Souza. História da Educação Especial no Brasil. *Presença Pedagógica*. Belo Horizonte, v.9, nº 54, nov/dez.2003, p.31-39.

FREITAS, S. N. *A formação de professores na educação inclusiva: construindo a base de todo o processo*. In: RODRIGUES, D. *Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva*. São Paulo: Summus, 2006.

FREITAS, S. N. *Sob a ótica da diversidade e da inclusão: Discutindo a prática educativa com alunos com dificuldades educacionais especiais e a formação docente*. In: FREITAS, S. N. (Org.). *Tendências Contemporâneas de Inclusão*. Santa Maria: ED. da UFSM, 2008.

GUIMARÃES, Tânia Mafra (org.). et al. *Educação Inclusiva: construindo significados novos para a diversidade*. Belo Horizonte: SEE-MG. (Lições de Minas, 22).

INCLUSÃO. *Um princípio igualitário e democrático*. Base Editora e Gerenciamento Pedagógico LTDA. Home Page: [www.base-editora.com.br](http://www.base-editora.com.br).

MAZZOTA, M. J. S. *Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 1996.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. *Saberes e Práticas da Inclusão - Estratégias para a Educação de Alunos com Necessidades Especiais*. Secretaria de Educação Especial. Brasília. 2003.

NAUJORKS, M. I.; NUNES SOBRINHO, F. de P. (Orgs.). *Pesquisa em Educação Especial - O desafio da qualificação*. Bauru: Edusc, 2001.

PERRENOUD, P. *A pedagogia na escola das diferenças: fragmentos de uma sociologia do fracasso*. Porto Alegre: Artmed, 2001

RESOLUÇÃO CNE/CEB 04/2009. *Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial*. Diário Oficial da União, Brasília, 5 de outubro de 2009, Seção 1, p. 17.

SASSAKY, Romeu K. *Inclusão. Construindo uma sociedade para todos*. 4. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2002.

## **A CONTABILIDADE DE CUSTOS E A GESTÃO**

Guedes, Emílio Bezerra

### **RESUMO**

A temática do presente trabalho consiste na Contabilidade de Custos e a gestão. O objetivo deste artigo é evidenciar a Contabilidade de Custos como uma ferramenta auxiliadora ao processo de organização e planejamento financeiro em organizações empresariais e industriais. Este trabalho justifica-se mediante a necessidade de pontuar uma ciência que auxilie as entidades empresariais e industriais a atuarem sob uma gestão financeira nas quais as informações obtidas sejam próximas da possível realidade. A problemática relativa a este trabalho baseia-se na seguinte indagação: a Contabilidade de Custo pode favorecer de forma qualitativa e quantitativa na gestão das empresas? Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, onde foram selecionados escritores e pensadores como Martins (2006), Hoog (2007), Oliveira et al (2008), Campelo et al (2008), Leone (2009), Cruz (2010) e tantos outros aqui previamente não citados. Dividido em subtítulos o referido trabalho primeiramente está intitulado como "Conceitos básicos da contabilidade de custos", onde conceitua os aspectos principais da Contabilidade de Custos. O segundo subtítulo é "A contabilidade de custos como instrumento de gestão", apresentando importantes considerações sobre a Contabilidade de Custos frente à gestão das entidades. Percebe-se que a Contabilidade de Custos articulada à administração das organizações tem agregado intervenções e planejamento no setor financeiro de forma a contribuir significativamente para o crescimento das entidades.

**PALAVRAS-CHAVE:** Contabilidade. Custos. Gestão. Empresas.

### **INTRODUÇÃO**

Com a globalização e a competição acirrada de preços, as organizações industriais e empresariais têm sido obrigadas a adotarem medidas que contribuem para melhor estruturação financeira e econômica das entidades. A Contabilidade de Custos articulada à gestão tem sido uma importante ferramenta para a tomada de decisões das empresas, afinal o exercício de ações que controlam, identifica e projeta os custos tem favorecido no crescimento das entidades em questão.

A temática na qual o presente trabalho aborda é a Contabilidade de Custos e a gestão. O objetivo geral é evidenciar a Contabilidade de Custos

como uma ferramenta auxiliadora ao processo de organização e planejamento financeiro em organizações empresariais e industriais.

Este trabalho justifica-se mediante a necessidade de pontuar uma ciência que auxilie as entidades empresariais e industriais a atuarem sob uma gestão financeira nas quais as informações obtidas sejam próximas da possível realidade. Afinal, um dado financeiro errôneo, totalmente irreal, pode acarretar em comprometimentos financeiros da empresa e conseqüentemente ruins avaliações e aceitação popular do produto ou serviço prestado. A indagação a seguir exprime de forma enfática a problemática na qual o trabalho se baseia: a Contabilidade de Custo pode favorecer de forma qualitativa e quantitativa na gestão das empresas?

O referido trabalho é caracterizado como uma pesquisa bibliográfica, onde foram selecionados escritores e pensadores cuja abordagem teórica esteja vinculada à proposta aqui direcionada. Nesse sentido, escritores como Martins (2006), Hoog (2007), Oliveira et al (2008), Campelo et al (2008), Leone (2009), Cruz (2010) e tantos outros aqui previamente não citados contribuem significativamente para esta pesquisa.

Este trabalho está dividido em subtítulos nas quais no que se refere à fundamentação teórica deste feito, primeiramente está intitulado como "Conceitos básicos da contabilidade de custos". A proposta do primeiro subtítulo é conceituar de forma clara e objetiva os aspectos principais da Contabilidade de Custos, evidenciando pontos substancialmente essenciais e corporativos a essa ciência. O segundo subtítulo é designado como "A contabilidade de custos como instrumento de gestão", apresentada por meio deste item importantes considerações sobre a Contabilidade de Custos frente à gestão das entidades.

Portanto, a Contabilidade de Custos articulada à administração das organizações tem possibilitado uma gama de ações e intervenções no setor financeiro, criando condições para análise de custos, despesas e toda forma de estimativa de crescimento comercial.

## **A CONTABILIDADE DE CUSTOS E A GESTÃO**

Falar em Contabilidade de Custo é fundamental para a busca de compreensão quanto a um dos setores da Contabilidade. Nesse sentido, pontuar alguns aspectos da Contabilidade, é essencial para a compreensão da essencial particular presente na Contabilidade de Custos. Sob essa perspectiva, o autor Marion (2003, p. 24) afirma que “a Contabilidade é a linguagem dos negócios. Mede os resultados das empresas, avalia o desempenho dos negócios, dando diretrizes para tomadas de decisões”. A afirmativa expressa por Marion revela muito mais do que aspectos particulares da Contabilidade, mas sim, também evidencia sua extrema importância para o marco empresarial, afinal, avaliar negócios e determinar diretrizes para futuras tomadas de decisões, são ações de caráter fundamental para o avançar dos negócios.

Autores como Hoog (2007) pontuam o objetivo na qual a Contabilidade desenvolve-se,

“O objetivo da contabilidade é o registro da movimentação, da geração e distribuição da riqueza das células sociais, além da interpretação análise e geração de relatórios econômicos, financeiros e sociais fazendo com que os bens, direitos e obrigações estejam demonstrados e valorizados dentro das práticas contábeis definidas pela política contábil ou pela ciência contábil”. (HOOG, 2007, p. 29).

A abordagem de Hoog (2007) esclarece que a Contabilidade objetiva organizar e administrar tudo a que se refere ao setor econômico, permitindo assim, uma constante análise econômica, financeira e social na qual se vivencia determinada empresa. Evidenciado isso, afinal, de onde surge a Contabilidade de Custos? Ramificada do setor da Contabilidade Financeira, Martins (2006) afirma que a Contabilidade de Custos surgiu para sanar uma necessidade do setor industrial na avaliação dos seus estoques. Sendo assim expressa,

A Contabilidade de Custos nasceu da contabilidade financeira, quando da necessidade de avaliar estoques nas indústrias, tarefa essa que era fácil na empresa típica da era do mercantilismo. Seus princípios deveriam dessa finalidade primeira e, por isso,

nem sempre conseguem atender completamente a suas outras duas mais recentes e provavelmente mais importantes tarefas: controle e decisão (MARTINS, 2006, p. 23).

Não se limitando unicamente a tarefa de avaliar os estoques das indústrias, a Contabilidade de Custos também apresenta como responsabilidade de ação, o controle e decisão, que por sua vez, segundo as ideias de Martins (2006), encontra-se encontra se defasagem de ocorrência, sob a justificativa de que o processo de avaliação de estoques ocupa uma dimensão maior de tempo e responsabilidades.

Para Koliver (2009) a Contabilidade de Custos é um ramo da Contabilidade na qual enfatiza como fundamento teórico aspectos doutrinários, técnicos, métodos, procedimentos, classificação e avaliação das mudanças de patrimônio ocorridas no ciclo operacional interno das indústrias sob determinado período de tempo.

De acordo com Leone (2009) a Contabilidade de Custos é desenvolvida primeiramente nos Estados Unidos como uma técnica independente e sistemática na produção industrial, subsidiando estudar os problemas relativos à mão-de-obra e repercussões no custo. Leone (2009) enfatiza o objetivo da Contabilidade de Custos, nas quais destaca a tomada de decisões e o planejamento de ações,

Ramo da função financeira que acumula, organiza, analisa e interpreta os custos dos produtos, dos estoques, dos serviços, dos componentes de organização, dos planos operacionais e das atividades de distribuição, para determinar o lucro, para controlar as operações e para auxiliar o administrador no processo de tomada de decisões e de planejamento (LEONE, 2009, p. 32).

A afirmativa expressa por Leone (2009) evidencia uma gama de ações nas quais a Contabilidade de Custos objetiva atuarem, porém em suma, a tomada de decisões e o planejamento são bases norteadoras nas quais levam esse importante setor da Contabilidade a exercer seu papel frente às indústrias. Pensando em todos conceitos, objetivos e apontamentos mencionados, acredita ser fundamental pontuar alguns conceitos básicos relativos à Contabilidade de Custos. Dentre esses conceitos, evidenciam-



se alguns aspectos como: gasto, custos, margem de contribuição, ponto de equilíbrio e principais formas de custeios.

De acordo com Oliveira et al (2008) e Martins (2006) o termo gasto refere-se à compra de um produto ou pela prestação de um serviço resultando em sacrifício financeiro. Para Bruni e Famá (2009) os gastos podem ser definidos como o sacrifício financeiro que a indústria ou empresa arca para a aquisição de um produto ou serviço. De acordo com Silva et al (2010) os gastos são estabelecidos quando,

O gasto é estabelecido quando há necessidade de produzir algum bem, ou seja, quando uma dívida é assumida e com isso há a redução do ativo dado em pagamento e são divididos em investimentos, podemos notar que surgirá a despesa e custo desse determinado produto a qual o gestor esteja disposto a produzir (SILVA ET AL, 2010, p. 3).

Para tanto, assim como evidencia Silva et al (2010) os gastos ocorrem quando é necessária a produção de um bem qualquer, conseqüentemente a esse fato, surgirá à despesa e o custo. De acordo com Oliveira et al (2008) e Martins (2006) os custos são gastos de serviço ou produtos utilizados em detrimento a confecção de outro. Silva et al (2010) faz uma ressalva afirmando que visando atingir os objetivos dentro da entidade, os gestores tem se preocupado com os gastos envolvidos na produção, sendo que as despesas está intimamente relacionadas aos gastos, porém não está diretamente relacionada ao processo de produção.

Os custos podem estar divididos em: custos diretos, custos indiretos, custos fixos e custos variáveis. Segundo Oliveira et al (2008) e Martins (2006) os custos diretos são os custos que podem ser diretamente apropriados ao produto ou serviço, sendo necessário apenas a ocorrência de medida de consumo. De acordo com Ferreira (2003) apud Silva et al (2010) os custos diretos são os custos ou despesas que podem diretamente ser identificados pelos seus portadores, sem necessidade de rateio ou estimativas para identificá-los. Ainda de acordo com Ferreira (2003) apud Silva et al (2010, p. 5) "nesse contexto, [...] exemplificando-lhe como a matéria-prima, a embalagem e não precisam de rateios para

serem destinados aos produtos seja matéria-prima ou mão-de-obra utilizada”.

Em contrapartida os custos indiretos conforme aponta Oliveira et al (2008) e Martins (2006) são os custos que não permitem a apropriação direta aos produtos produzidos, e a locação é realizada mediante estimativa, por meio de critérios atribuídos. Segundo Cruz (2010) os custos indiretos podem ser definidos como aqueles que indiretamente aplicados é necessário a realização de rateio a fim de identifica-los ao produto. Cruz (2010) cita ainda como exemplo de custos indiretos os salários dos funcionários de uma fábrica e a energia elétrica utilizada na produção da entidade. Silva (2007) também enfatiza que os custos indiretos também precisam do rateio para ser identificado, e assim como os exemplos dados por Cruz (2010) acrescenta como exemplo o aluguel e o seguro da entidade em questão.

Os custos fixos podem ser conceituados de acordo com Campelo et al (2008) como os custos que não variam independente do aumento ou diminuição da quantidade produzida. Campelo et al (2008) cita como exemplo prático às atividades referente a hotelaria, onde independente da ocupação os custos permanecem inalterados. Para Oliveira et al (2008) e Martins (2006) independentemente da quantidade de material produzido o custo fixo total não altera, porém com o aumento da produção o custo fixo unitário sofre redução.

Os custos variáveis assim como próprio nome afirma, há variação. Segundo Oliveira et al (2008) e Martins (2006) a variação está ligada a quantidade total de produção permanecendo fixos quanto à unidade, assim quando houver o aumento da produção os custos variáveis unitário é constante, mas o custo total variável aumentará. Sob a perspectiva de Leitão (2009) apud Silva et al (2010, p. 6) os custos variáveis “variam numa totalidade conforme o estágio proporcional em que se encontra o processo produtivo em um determinado período de tempo”.

A margem de contribuição pode ser dividida entre unidade e total. Deste modo, Oliveira et al (2008) e Martins (2006) conceituam a margem de contribuição por unidade como a diferença entre o preço de venda e os custos variáveis. A contribuição total é definida pelo resultado da multiplicação do número de unidades produzidas pela margem de contribuição por unidade (Oliveira et al, 2008; Martins, 2006).

Outro aspecto fundamental a ser considerada dentre os princípios da Contabilidade de Custos é o ponto de equilíbrio. Oliveira et al (2008) e Martins (2006) define o ponto de equilíbrio como o ponto no qual os custos totais igualam a receita total, tendo como resultado lucro zero. Tais aspecto é tão importante, pois ele determina o quanto as empresas precisam vender para que não ocorra prejuízos.

Os principais meios de custeio aqui destacados são: custeio por absorção, direto ou marginal, ABC e padrão. Segundo Rosa (2010, p. 5) o custeio por absorção “[...] é caracterizado pela apropriação da totalidade dos custos aos produtos”. Em consonância a ideia de Rosa (2010) Sato (2008) apud Silva et al (2010) o custeio por absorção baseia-se em todos os custos envolvidos na produção de produtos ou prestação de serviços, independentemente de serem fixos ou variáveis. Além dos custos de produção, os custos indiretos também devem ser considerados, como afirma Sato (2008) apud Silva et al (2010, p. 7) os custos de produção como “[...] matéria prima, mão-de-obra e outros, os custos indiretos como manutenção, planejamento, controle de qualidade entre outros, também são rateados dentro do custo do produto seguindo o critério estabelecido pela empresa.”.

Para Carneiro (2009) o custeio de absorção deve ocorrer mediante os seguintes passos:

- Separação dos gastos do período em custos e despesas;
- Classificação dos custos em diretos e indiretos;
- Apropriação dos custos diretos aos produtos; e.
- Apropriação, por rateio, dos custos indiretos de fabricação (CARNEIRO, 2009, p. 29-30).

O custeio direto ou marginal pode ser caracterizado segundo Rosa (2010, p. 5) como “parte do pressuposto que cada produto é responsável apenas pelos custos e despesas variáveis gerados por ele, não sendo dessa forma alocados os custos e despesas fixas, por se tratarem de custos estruturais.” Nesse sentido, entende-se que os custos estruturais não devem ser incorporados aos demais custos e despesas gerados pelo produto ou serviço realizado.

O Custeio Baseado em Atividades (Activity Based Costing – ABC) é conceituado por Maher (2001, p. 51) como “método de custeio que atribui os custos de fabricar um produto às atividades necessárias à fabricação e então soma o custo dessas atividades para determinar o custo de fabricar o produto”. Para Rosa (2010) o custeio ABC é um dos que viabiliza resultados mais próximos à realidade, proporcionando a visualização dos gastos nas áreas de apoio das empresas. Ainda de acordo com Rosa (2010) é um dos meios de custeio mais utilizado e importante para fins gerenciais, porém trata-se de um método que não é aceito fiscalmente e contábil no Brasil.

O custeio padrão é conceituado por Silva et al (2010) como,

Esse método de custeio constitui-se numa ferramenta que depende de outros sistemas para que sejam confrontadas as informações desse método que mostrará aos gestores uma maior visão dos gastos reais com os que foram pré-estabelecidos na organização, para que as empresas tenham resultados positivos dos seus negócios, pois atualmente o gestor deve da muita importância há esses métodos para que assim possa ter um posicionamento e posicionar-se estrategicamente para enfrentar a concorrência e buscar a excelência no que se refere a gestão de custos de uma organização (SILVA ET AL, 2010, p. 8).

O método de custeio padrão como apresentado por Silva et al (2010) evidencia que por si só o método não funciona, dependendo exclusivamente de outros sistemas capazes de oferecer informações. Em contrapartida, trata-se de um poderoso método na qual possibilita que o gestor planeje estrategicamente suas ações, viabilizando a gestão de

custos de forma qualitativa bem como avanços significativos frente à concorrência.

Tomando como base os princípios relacionados, percebe-se que a Contabilidade de Custos dentro do sistema contábil das entidades industriais e empresariais, viabilizar fornecer informações sobre as movimentações de produtos ou prestações de serviços, de modo a orientar seus administradores na busca por alternativas visando a gestão dos negócios (SILVA JR. ET AL, 2000).

Portanto, a Contabilidade de Custos é uma poderosa ferramenta que mediante suas atividades produz informações de custos para a efetivação de medidas estratégicas de planejamento, subsidiar qualidade e avanços no setor econômico da entidade.

### **A CONTABILIDADE DE CUSTOS COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO**

A Contabilidade muito tem contribuído para o setor financeiro empresarial, configurando estratégias de trabalho, viabilizando informações precisas para que o gestor administre a entidade sob a segurança financeira. Dentre os defensores da Contabilidade como ferramenta auxiliadora na administração das empresas, Pedrosa (2006) é um dos que merece atenção. Para Pedrosa (2006, p. 14) “[...] podemos dizer com justiça, que a contabilidade é a verdadeira alma do negócio. Com todos esses benefícios irrefutáveis, não se poderá dizer que a contabilidade é apenas burocracia, tudo é uma questão de visão, ou de oftalmologia”.

As considerações expressas por Pedrosa (2006) evidenciam muito mais do que a importante vertente na qual se baseia a Contabilidade como algo imprescindível para os negócios, porém também destaca que não se trata unicamente como um instrumento de exigências burocráticas.

As considerações de Munhão (2008) configura ainda mais a ideia de que a Contabilidade é primordial na gestão, afirmando,

A contabilidade se configura como o mais importante centro de informação útil e com o melhor coeficiente na relação: custo/benefício de qualquer entidade sejam quais forem os

objetivos sociais perquiridos pela entidade em questão. Neste sentido, o produto da operação contábil, quais sejam, as demonstrações contábeis no seu conjunto, corporificam um painel cujo operador, aquele que vai tomar às decisões, em sabendo operá-lo, disporá de um norte em céu de brigadeiro, para escolher as melhores condutas a serem implementadas (MUNHÃO, 2008, p. 01)

A Contabilidade assim como evidenciada por Munhão (2008) demonstra a importante vertente quanto a apresentação de informações, sendo extremamente úteis ao gestor, oferecendo relações quanto ao custo/benefício independente da objetividade expressa pela entidade. A relação estabelecida por Munhão (2008) ao comparar o trabalho do operador sob a disposição “de um norte em céu de brigadeiro”, evidencia os aspectos positivos que a Contabilidade pode oferecer.

Para Schmidt (2000) apud Silva (2008) a Contabilidade ao longo dos anos vem sofrendo uma evolução significativa evidenciando que existe a possibilidade de inovadoras e melhores formas de controlar o patrimônio por meio de um sistema de informações que favorecem na tomada de decisões racionais garantindo organização, carreira e sucesso para as empresas. Ainda segundo Schmidt (2000) apud Silva (2008, p. 24) a Contabilidade de Custos assume fundamentos ao proporcionar por meio de suas técnicas utilizadas no processo de gestão “[...] subsídio seguro ao usuário, pessoa física, na tomada de decisão quanto ao seu patrimônio da Contabilidade na gestão do patrimônio das pessoas físicas.”

Para Zanluca (2009) a Contabilidade é uma ferramenta indispensável para a gestão de negócios. Há anos profissionais como contadores, administradores e operadores responsáveis pela gestão das empresas, vêm destacando que as informações contábeis vão além de um simples cálculo de impostos e o cumprimento da legislação brasileira destinada as finanças.

De acordo com Ching (1995) existem alguns pontos essenciais para a gestão de custos de modo a contribuir para o gerenciamento das empresas, nas quais destaca:

Menor tempo a ser despendido no processamento de transações contábeis, através de automação e reengenharia dos processos contábeis e financeiros;  
Maior qualidade dos relatórios gerenciais, relevantes ao negócio; riqueza de informações; integração nos demais sistemas da companhia;  
Menor ênfase nos controles que não levam a nada e não agregam valor;  
Maior ênfase e recursos na questão de suporte para as decisões, fornecendo análises sofisticadas e informações a qualquer momento que forem solicitadas em vez de obedecer a ciclos rígidos de tempo;  
Olhar para frente, com atenção voltada para tomada de decisão, em vez de retroceder em busca de análises históricas (CHING, 1995, p. 20-21).

Os itens descritos por Ching (1995) demonstram estratégias que flexibilizam a ação do homem, de modo que seu trabalho garanta resultados satisfatórios, sob aproveitamento máximo de tempo. Complementando a ideia de Ching (1995) a Associação das Empresas de Serviços Contábeis de São José do Rio Preto – ASSESCRIP (2018) acreditam que a Contabilidade de Custo é uma poderosa ferramenta de gestão, que objetiva fornecer informações à administração, facilitando assim o gerenciamento das atividades produtivas, comerciais e financeiras, além, de não menos importante, cumprir as exigências fiscais. Ainda segundo a concepção da ASSESCRIP (2018) a Contabilidade de Custos atua a favor do gestor, principalmente no que tange a compreensão dos custos dos produtos e serviços prestados por sua empresa, além dos processos, atividades e outros aspectos sob períodos de tempo de curto à longo prazo.

Ainda de acordo com a ASSESCRIP (2018), o ponto fundamental para o sistema de Contabilidade de Custo é,

O ponto chave do sistema de contabilidade de custo é a sua flexibilidade, devendo ser capaz de fornecer informações diferentes para propósitos diferentes, servindo ao mesmo tempo o usuário interno e externo, possibilitando respostas diferentes e apropriadas à necessidade de cada usuário interessado. O sistema de contabilidade de custo deve moldar a empresa ao ponto que gestores e contadores estejam sintonizados e entendam as informações da contabilidade em tempo real (ASSESCRIP, 2018, p. 01).

O termo flexibilidade pontuado pelo ASSESCRIP (2018) define em um único termo o sistema de Contabilidade de Custos. A Contabilidade de Custos ao destinar-se à gestão deve criar condições reais e favoráveis para que a empresa, por meio de seus administradores e contadores observem as informações e por meio delas atuem de forma qualitativa agregando sucesso e crescimento à empresa.

Assim como afirma Martins (2003, p. 298) “para sobreviver nesses mercados cada vez mais competitivos, a empresa precisa perseguir e alcançar altos níveis de qualidade, eficiência e produtividade, eliminando desperdícios e reduzindo custos.” Portanto, a Contabilidade de Custos vem agregando valores essenciais para o planejamento de estratégias viabilizando o crescimento econômico nos setores industriais e empresariais.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Falar em Contabilidade de Custos é o mesmo que pensar em um sistema de organização financeira que subsidie criar estratégias mediante informações para o bom desenvolvimento de ações empresarias. A Contabilidade de Custos tem atuado a favor do gestor, sendo um alicerce fundamental na gestão.

As instituições que prezam pelo tempo de trabalho, a qualidade e eficiência na produção de seus produtos ou na execução de seus serviços, devem incorporar estrategicamente a gestão de sua empresa a Contabilidade de Custos, pois conseqüentemente a isto, estará atribuindo valores a seus produtos e clientes, e posteriormente uma vantagem competitiva relativamente diferenciada em relação a seus concorrentes. A efetivação de medidas e a implantação da Contabilidade de Custos não é uma tarefa fácil, exigindo assim a presença e atuação de um profissional devidamente capacitado, assim a administração de determinada empresa só obterá êxito frente aos negócios, quando mediante as informações contábeis, estiver vinculada ao planejamento



de ações, ao controle e a mensuração, resultando assim em boas escolhas frente às decisões.

Contudo, é evidente que um sistema de custos quando adequado deve corresponder às expectativas geradas pelos gestores da empresa ou indústria e assim, exercer influencias positivas nas etapas do processo de administração, seja elas vinculadas ao planejamento de ações e tomada de decisões, ou na busca de novas possibilidade de expansão e crescimento da organização.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ASSESCRIP. **A contabilidade de custos como ferramenta de gestão.** 2018. Disponível em:

<http://www.assescrrip.com.br/capa.asp?inford=4808> Acesso em: junho de 2018.

BRUNI, Adriano Leal; FAMÁ, Rubens. **Gestão de Custos e Formação de Preços:** com Aplicações na Calculadora Hp 12c e Excel. 5. ed. São Paulo: Scipione, 2009.

CAMPELO, K. S. et al. **Utilização da gestão de custos para tomada de decisão: um estudo em hotéis de porto de galinhas no município de Ipojuca-Pe.** 2008. Disponível em:

<[http://congressocfc.org.br/hotsite/trabalhos\\_1/531.pdf](http://congressocfc.org.br/hotsite/trabalhos_1/531.pdf)>. Acesso em: maio de 2018.

CARNEIRO, Claudete Derner. **Contabilidade de Custos como instrumento de gestão para micro e pequenas empresas.**

Faculdade de Ciências Contábeis e Administração do Vale do Juruena. Juína, 2009.

CHING, Hong Yuh, **Gestão Baseada em Custeio por Atividades.** Atlas, 1995.

CRUZ, J. A. W. **Métodos de custeio.** 2010. Disponível em:

<[http://www.junecruz.com/aulas\\_mp3/31141647ca5c5dd37b22feff5c0a5d9d.pdf](http://www.junecruz.com/aulas_mp3/31141647ca5c5dd37b22feff5c0a5d9d.pdf)>. Acesso em: junho de 2018.

HOOG, Wilson Alberto Zappa. **Metanoia contabilística e a teoria pura da Contabilidade.** 2007. Disponível em:

<http://www.contabeis.com.br/artigos/1065/metanoia-contabilistica-e-a-teoria-pura-da-contabilidade> Acesso em: junho de 2018.

KOLIVER, Olivio. **Contabilidade de Custos**. Curitiba: Juruá, 2009

LEONE, G. S. **Custos, Planejamento, Implantação e Controle**. São Paulo: Atlas. 2009.

MAHER, Michael. **Contabilidade de custos: criando valor para a administração**. São Paulo: Atlas, 2001.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**, 9 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

\_\_\_\_\_. **Contabilidade de Custos**. São Paulo: Atlas. 2006.

MUNHÃO, Aloízio. **Exata Contabilidade**. 2008. Disponível em: <http://www.exatacontabilidade.com.br/artigos/artigo1.htm> Acesso em: maio de 2018.

OLIVEIRA, A. A. et al. **Contabilidade de Custos**. Temas Atuais. Curitiba: Juruá. 2008.

PEDROSA, Carlos José. **Contabilidade como instrumento de gestão**. Revista Contábil & Empresarial Fiscolegis, 2006.

ROSA, Fernanda Flores. **A contabilidade de custos e sua relevância para a gestão**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade**: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SILVA, Janderson Dantas; COSTA, Wênyka Preston Leite Batista; SILVA, Sergio Luiz Pedrosa; OLIVEIRA, Leônidas Lamartine Fernandes. **Gestão de custos como ferramenta de planejamento e controle: um estudo no jornal Gazeta do Oeste em Mossoró/RN**. 2010. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/search/authors/view?firstName=Sergio&middleName=Luiz%20Pedrosa&lastName=Silva&affiliation=UERN&country=> Acesso em: junho de 2018.

SILVA JR, J. B. et al. **Custos: Ferramenta de Gestão**. Coleção Seminários CRC. São Paulo: Atlas. 2000.

ZANLUCA, Júlio César. **Portal da Contabilidade Gerencial**. 2009.

Disponível em:

<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/contabilidadeinstrumentodagestao.htm> Acesso em: maio de 2018.

## **A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO ESCOLAR PARA UMA BOA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO.**

Silva Júnior, Jorge Castanheira da

### **RESUMO**

O presente trabalho tem como principal objetivo discutir a importância de uma gestão escolar eficiente para que haja uma melhor qualidade no ensino, pois o gestor de uma escola além de ser responsável por ela é o mediador do vínculo entre escola, professores, alunos e comunidade. A Escola Nova será o objeto de estudo desse trabalho onde analisaremos qual o plano de gestão e o Projeto Político Pedagógico utilizado nessa escola e qual sua eficiência; faremos uma visita na referida escola para ver de perto como a mesma conseguiu melhorar a qualidade do ensino ofertado através de uma Gestão Participativa. Conforme a pesquisa realizada na Escola Nova e através da pesquisa feita com funcionários, alunos e com a comunidade escolar em geral, a nova gestão conseguiu colocar em prática o que estava disposto no PPP, conseguindo aproximar mais a escola da comunidade o que ajudou no crescimento não só intelectual dos alunos como também no crescimento social e cultural, tornando-os alunos mais conscientes, mais motivados e com uma melhor capacidade de aprendizado.

Palavras-chave: Gestão escolar. Qualidade no ensino. Gestão participativa.

### **INTRODUÇÃO**

Será abordado no decorrer do trabalho sobre o que é a gestão escolar e sua importância como fator determinante do desempenho de uma escola e também o perfil do gestor na formação da equipe e de um ambiente coletivo.

Para nos aprofundarmos mais no assunto usaremos como base a Escola Nova (fictícia), primeiramente fazendo um breve histórico da escola e de sua estrutura física e de seu corpo docente. Também analisaremos a estrutura da escola através de seu PPP (Projeto Político Pedagógico) e avaliaremos a atuação do gestor na mesma, avaliaremos qual o método de gestão utilizado na escola, se há ou não um planejamento e apontar quais os benefícios essa gestão traz para a escola como um todo, o método que utilizaremos para conseguir tais informações será entrevistas com os professores, alunos, pais e também a comunidade. E por fim será feita uma análise dos dados coletados nas entrevistas.

### **BASE TEÓRICA - GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA**

Em consonância com os princípios humanistas que regem a Carta Magna brasileira, a Escola democrática foi instituída como ícone do processo

76

educacional, transformadora da sociedade, promotora de cidadania, aptidões e competências, garantidora da qualidade de ensino que proveja ao indivíduo plena capacitação para vida pessoal, social e profissional. Segundo o Art. 205 da Constituição Federal de 1988:

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Em outras palavras, a Carta Magna estabeleceu a “educação para a cidadania”, a qual, para Araújo (2000), deve prover os indivíduos de instrumentos que permitam a plena realização da participação motivada e competente; visar a instrumentalização de pessoas para a participação motivada e competente na vida política e pública da sociedade; e o desenvolvimento de competências para “lidar com a diversidade e o conflito de ideias, com as influências da cultura, e com os sentimentos e emoções presentes nas relações do sujeito consigo mesmo e com o mundo a sua volta”. Em outro artigo da Constituição que nos remete a um dos princípios norteadores do nosso ensino é o Artigo 206, Inciso VI: Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei; Em consonância com a Constituição Federal o mesmo princípio aparece em evidência na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96 - LDB) em seu Art. 3º, inciso VII: O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;” E no Art. 14 da mesma lei: Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.”

Então vemos que tal princípio de suma importância para o pleno exercício da cidadania e para a democratização da gestão do ensino público, pois a gestão democrática nas escolas deverá obedecer tais princípios e buscar maneiras de incluir os profissionais da educação e comunidade na elaboração do projeto pedagógico da escola, bem como instigar, chamar a comunidade escolar como um todo para participar de tal processo, garantindo que os mesmos participem dos conselhos escolares e do cotidiano escolar como um todo.

**A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO ESCOLAR PARA UMA BOA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO**

Fonte: EduTECH Brasil

Nosso país vem de uma cultura em que o gestor deveria ser autoritário e que ele era o único responsável por tomar as decisões relacionadas à escola, mas atualmente essa cultura vem se desconstruindo e dando lugar a um gestor que respeita e garante a participação da comunidade interna e externa, tornando-os corresponsáveis na construção de um projeto pedagógico que vise ensino de qualidade para os sujeitos envolvidos nela, assumindo, primeiramente, sua condição de professor-educador, e destacando sua posição com clareza e com domínio dos requisitos que vão lhe possibilitar atuar a partir de critérios pedagógicos. O gestor possui uma importância fundamental na organização e no funcionamento da instituição escolar, em todos os aspectos: físico, sócio-político, relacional, material, financeiro e pedagógico.

#### A GESTÃO ESCOLAR NA "ESCOLA NOVA"

A Escola Nova será o objeto de estudo desse trabalho onde analisaremos qual o plano de gestão utilizado nessa escola e qual sua eficiência. A escolha desta escola se deu pelo seu desenvolvimento na nota do IDEB (Índice de Desenvolvimento na Educação Básica) que cresceu significativamente do ano de 2015 para o ano de 2016.

#### DADOS DA ESCOLA

NOME: Escola Nova

ESTRUTURA FÍSICA: 10 salas de aula, 01 sala da secretaria, 01 sala da direção, 01 sala dos professores, 01 biblioteca/brinquedoteca, 01 copa, 02 banheiros, 01 videoteca, 01 pátio coberto e 01 quadra poliesportiva.

FUNCIONÁRIOS: 01 diretoras, 01 vice-diretora, 01 supervisora, 01 secretária, 01 orientadora escolar, 01 coordenadora pedagógica, 15 professores regentes, 02 merendeiras, 03 auxiliares de limpeza, 04 vigilantes, 01 guarita e 1 área de recreação.

PÚBLICO ALVO: a escola possui um público diversificado em todos os aspectos: sociais, econômicos e culturais.

#### PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP) DA ESCOLA NOVA.

Segundo GADOTTI & BARCELLOS (1993), o Projeto Pedagógico é "um permanente processo de discussão das práticas, das preocupações (individuais e coletivas), dos obstáculos aos propósitos da escola e da educação e de seus pressupostos de atuação". Deste modo, não pretendemos considerar o PP (Projeto Pedagógico) enquanto trabalho acabado, mas sim contínuo e reflexível capaz de ser modificado de acordo com as necessidades coletivas e individuais de todos os que atuam nesse ambiente educacional, buscando assim o aperfeiçoamento da prática

educativa, a participação e envolvimento da família e a incansável luta por uma educação de qualidade.

Liderar de forma democrática, promovendo a coletividade e a interação da escola x comunidade é um dos objetivos maiores na elaboração do PPP da escola, que ainda tem como objetivos:

- Preparar o aluno para o exercício consciente da cidadania, desenvolvendo-o individual e coletivamente;
- Aplicar os conhecimentos adquiridos na solução dos problemas sociais, econômicos e políticos apresentados em sala de aula;
- Desenvolver o pensamento crítico e criativo do aluno através de análises, questionamentos, interpretações, julgamentos de atividades propostas;
- Criar espaço para discussão e construção do conhecimento individual e coletivo;
- Reavaliar o conteúdo programático, reformulando a metodologia e recursos didáticos utilizados pelo professor;
- Proporcionar espaço para atualização e formação continuada dos docentes;
- Realizar encontros com as famílias dos alunos;
- Levar os alunos a refletir acerca dos problemas cotidianos e sociais;
- Elaborar projetos de ensino com intuito de trabalhar os conteúdos de modo interdisciplinar;
- Buscar melhor qualidade da prática educativa;

#### PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO - AÇÕES:

- Convocar toda a comunidade para juntamente com a escola construir o Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE e o Projeto Político Pedagógico.

- Identificar carências e fomentar oportunidades de formação continuada em consonância com a equipe pedagógica;

- Assegurar o alcance das metas através do incentivo do gestor na realização das avaliações internas e externas, monitorando os indicadores de desempenho, tais como o SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica), IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) responsabilizando-se pelo resultado dos estudantes.

- Mobilizar os professores e a equipe gestora para cumprir a proposta curricular do planejamento pedagógico.

#### FORMAS DE OPERACIONALIZAÇÃO

- Junto com a equipe escolar e os órgãos do colegiado realizar um diagnóstico da escola, analisando as necessidades de melhoria do PDE (Plano de Desenvolvimento da Escola)

- Acompanhar e avaliar os indicadores de desempenho estabelecidos no PDE, na escola e pela secretaria de Educação, analisando os resultados alcançados e desenvolvendo estratégias adequadas para superar os desafios que se apresentam.

- Liderar a construção democrática e a implementação do PPP, com vistas à disseminação de práticas pedagógicas eficazes intervindo e atualizando quando necessário.
- Assegurar que o PPP expresse valores e princípios éticos compatíveis com a visão de sustentabilidade pela promoção do bem comum e do bem-estar da comunidade, visando favorecer a educação e a cidadania.
- Assegurar o desenvolvimento integral do currículo em consonância com as diretrizes da SEE, cumprindo o calendário escolar com o mínimo de 800 (oitocentas) horas anuais, distribuídas em 200 (duzentos) dias letivos, conforme dispõe a LDB.
- Estimular a participação dos estudantes e educadores nas avaliações internas e externas e na apuração dos indicadores da SEE, desenvolvendo estratégias para elevar o desempenho.
- Coordenar e acompanhar o monitoramento dos indicadores, junto a equipe técnica-administrativo, a partir da Sistemática de Acompanhamento.
- Identificar a necessidade de formação continuada dos educadores, fomentando oportunidades de capacitação, formação em serviço, intercâmbio de experiências e disseminação de métodos e procedimentos de ensino.
- Promover projetos educativos e viabilizar parcerias e trocas de experiências com instituições especializadas para aperfeiçoar métodos científicos, técnicas pedagógicas e somar esforços para a melhoria da qualidade do ensino.
- Acompanhar e avaliar os resultados das atividades pedagógicas, recomendando técnicas, metodologias e práticas docentes para a correção dos problemas observados.

ELEVAR O NÍVEL DE APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES ESTIMULANDO A EQUIPE A ALCANÇAR RESULTADOS.

#### AÇÕES

- Formar uma equipe comprometida e participativa, onde o gestor escolar é um líder focado em valores humanos e éticos.
- Fortalecer a gestão integrada, envolvendo toda a equipe nas decisões gerenciais e pedagógicas, compartilhando responsabilidade pelos resultados alcançados.
- Mobilizar e motivar a equipe escolar no desenvolvimento de projetos, eventos, avaliações externas, vestibulares e outras oportunidades de aprendizagem inovadoras focado na aprendizagem e numa educação de qualidade.
- Manter a escola dentro dos padrões de exigências da Secretaria, devendo o gestor escolar respeitar as leis e os instrumentos normativos.

#### FORMAS DE OPERACIONALIZAÇÃO

- Ter uma visão clara da escola enquanto sistema formador e disseminador de valores éticos, colocando-se como modelo e exemplo. Fortalecendo o espírito da equipe para o desenvolvimento do trabalho



integrado e para as tomadas de decisões mantendo bom relacionamento e compromisso

- Incentivar o desenvolvimento técnico, científico e pedagógico da equipe, visando a formação de agentes habilitados a transformar a própria realidade na busca do bem comum.

- Oportunizar vivências e trocas de experiências no âmbito interno à escola, na própria rede e junto a outras iniciativas exitosas, criando condições para o alcance das metas e, por conseguinte, a obtenção do BDE como estímulo aos servidores em exercício, lotados na unidade escolar.

- Praticar uma liderança baseada no desenvolvimento da comunidade escolar nos processos de tomada de decisão, com responsabilização pelos resultados e práticas de reconhecimento, respeito mútuo e postura profissional.

- Liderar a equipe a esforçar-se para o alcance das metas de melhorias da qualidade do ensino, pactuadas no Termo de Compromisso e Responsabilidade e aferidas por meio dos indicadores de desempenho.

FORTALECER A INTEGRAÇÃO ENTRE A COMUNIDADE, ESCOLA, FAMÍLIAS E OUTROS ATORES.

AÇÕES

- Envolver toda comunidade escolar nas decisões e eventos da Escola, mantendo bom relacionamento, parcerias e apoiando a comunidade. Administrando conflitos e negociando soluções entre os atores da escola.

FORMAS DE OPERACIONALIZAÇÃO

- Conhecer a situação sociocultural dos estudantes, familiares, o ambiente em que vivem, desenvolvendo estratégias para potencializar os impactos positivos da escola e da aprendizagem nas suas vidas.

- Realizar encontros e reuniões com educadores e familiares envolvendo-os nos processos e utilizando linguagem e técnicas de comunicação apropriadas.

- Fortalecer a atuação do Conselho Escolar na perspectiva da Gestão Participativa. E envolver a comunidade escolar na elaboração e revisões do Regimento Escolar.

- Fomentar, estimular e participar das atividades associativas, recreativas e culturais, especialmente dos Grêmios Estudantis e da Associação de Pais.

- Conhecer os recursos e serviços sociais existentes na comunidade e estabelecer parcerias e voluntariado para facilitar às ações da escola.

- Analisar evidências e informações, surgidas em conflitos, mediando com as partes envolvidas, tomando decisões, utilizando técnicas de negociação e o consenso.

GESTÃO COM O FOCO NOS VALORES HUMANOS, NA CULTURA DE PAZ E NA SUSTENTABILIDADE.

AÇÕES

- Consolidar o modelo de gestão focado em valores humanos, cultura de paz e sustentabilidade.

## FORMAS DE OPERACIONALIZAÇÃO

- Fortalecer a Política de Educação em Direitos Humanos, assegurando e estimulando a formação docente, a elaboração do plano de aula concernente aos eixos e ações propostas nas Diretrizes Curriculares da Educação em Direitos Humanos.

- Assegurar a implementação da legislação que trata da questão ético-racial e da cultura afrodescendente no âmbito escolar.

## ANÁLISE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Como vimos no Projeto Pedagógico da Escola Nova, a gestão busca sempre trabalhar em conjunto com a comunidade, professores e alunos para o melhor desenvolvimento do ensino. Ao conversar com uma professora (Lúcia – fictício) a mesma disse que a implantação desse Projeto Pedagógico trouxe vários benefícios, pois existe sim uma hierarquia a ser seguida, mas a gestão da escola deixa os funcionários a vontade para expor suas opiniões e as mesmas são analisadas e muitas vezes são implantadas como forma de melhoria, isso faz com que os funcionários se sintam parte do processo de evolução da escola.

Os alunos falaram que houve uma grande melhora no método utilizado dentro da sala de aula, os professores passaram a usar novas técnicas, o que facilitou no aprendizado dos alunos. A comunidade em geral está satisfeita com a atuação da escola, pois a mesma está sempre de portas abertas para a comunidade e sempre disponibiliza atividades que proporcionam a interação entre as mesmas.

Esse Plano Pedagógico foi o plano trabalhado no ano de 2016 e com a implantação desse plano e execução a escola obteve vários benefícios, um deles foi o aumento da sua classificação no IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, nos últimos anos a escola não vinha tendo uma boa classificação e por isso, no ano de 2017, a gestão da escola mudou. Segue abaixo a classificação desde o ano de 2015:

### IDEB

#### ANO META VALOR

2013 4,2 2,8

2014 4,5 2,9

2015 4,5 2,3

2016 7,0 7,9

Fonte: Fictícia

Acima ou igual à meta

Abaixo da meta

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme a pesquisa realizada na Escola Nova e através da pesquisa feita com funcionários, alunos e com a comunidade escolar em geral, a nova gestão conseguiu colocar em prática o que estava disposto no PPP, conseguindo aproximar mais a escola da comunidade o que ajudou no crescimento não só intelectual dos alunos como também no crescimento

social e cultural, tornando-os alunos mais conscientes, mais motivados e com uma melhor capacidade de aprendizado.

Como vimos na tabela do IDEB, a escola conseguiu ultrapassar a meta imposta pelo INEP, e isso mostra a eficiência da gestão escolar. Nos anos anteriores, a escola vinha tendo dificuldades para atingir a meta, isso só enfatiza cada vez mais a importância de uma boa gestão para o crescimento da instituição como um todo.

Concluímos que todos aqueles que fazem parte do ciclo escolar devem participar e contribuir com o crescimento da instituição para poder alcançar os resultados esperados. Sabemos também que é de suma importância que a gestão saiba liderar e desenvolver suas funções corretamente para que tenha no ambiente escolar, condições para que exista harmonia e práticas de ensino em que promovam aprendizados para os alunos. É preciso acionar todos os conhecimentos e habilidades, além de manter a persistência para despertar o interesse e a vontade de todos, e assim obter os resultados pretendidos e uma educação de qualidade e que desperte o interesse para os maiores interessados nesse processo de ensino-aprendizado, que são os alunos.

O Curso de GESTÃO ESCOLAR (ADMINISTRAÇÃO, SUPERVISÃO, ORIENTAÇÃO E INSPEÇÃO) proporcionou uma soma imensa nos conteúdos e nos conhecimentos adquiridos sobre a gestão escolar, pois ao analisarmos mais atentamente a função do gestor escolar, vemos que o mesmo tem um papel primordial na garantia de uma gestão transparente, responsável e que sabe da importância da participação de todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem na escola e em toda a comunidade escolar. Portanto o curso de GESTÃO ESCOLAR foi muito importante para que todos que queiram fazer diferente na gestão de um ambiente escolar, e que queira assumir sem medo e com responsabilidade essa tarefa, pois o curso dá um embasamento muito bom, mesmo sendo um curso a distância, não fiquei em nenhum momento sem uma resposta às minhas dúvidas ou aos questionamentos levantados por mim.

#### REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1989.

Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)

Acesso em 10/03/2018.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm) Acesso em 10/03/2018

.

BRASIL. Resolução CEB Nº 2, de 7 de abril de 1998, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.

Disponível

em:

[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb02\\_98.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb02_98.pdf)

Acesso em 10/03/2018.

BRASIL Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. 2007.

BRASIL. PPP da Escola Nova. Castanhal. 2018.

ARAUJO, Ulisses F. Escola, democracia e a construção de personalidades morais. Campinas, 2005. Disponível em:

<http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022000000200007> >.

Acesso em: 10/03/ 2018.

GADOTTI, M; BARCELLOS, G.S. Construindo a escola cidadã no Paraná. Brasília, DF: MEC, 1993 (Cadernos Educação Básica).

# O TRABALHO E A ALIENAÇÃO NA FILOSOFIA DE KARL MARX

Pacheco, Soraia Coelho<sup>4</sup>

## RESUMO

Considerando o trabalho e seus problemas, especialmente a alienação que gera desconforto e dominação ao trabalhador, numa perspectiva analítica, faz-se necessário orientá-lo numa organização político-partidária que elimine, definitivamente, esse mal da sociedade atual. A partir da ótica marxista seu conceito, seu materialismo histórico e outros exemplos presentes nesse contexto, o trabalho humano se efetiva em um paradoxo, extremamente associativo na forma de sociabilidade burguesa em que o mesmo trabalho que produz riqueza, produz ao mesmo tempo, alienação, dominação, exploração e miséria. Assim sendo, o trabalho não exige ser reconhecido na aquisição comercial, porém, no valor da mesma. O trabalho passou a ser uma mercadoria, a gerar a mais-valia, o lucro extraordinário para os capitalistas, a partir do momento em que o trabalhador a vende como única fonte de sua sobrevivência. O presente trabalho bibliográfico visa destacar o trabalho e a alienação presentes no cotidiano da classe trabalhadora, a partir da filosofia de Karl Marx.

**Palavras-Chave:** Trabalho. Capitalismo. Produção. Mais-valia. Alienação.

## INTRODUÇÃO

O trabalho é visto atualmente como uma das principais atividades que possibilita ao ser humano expandir suas energias, desenvolver suas habilidades e exercer sua criatividade. É exatamente a atividade trabalhista que o indivíduo cria, inventa, produz e conforme o que ele produziu se expressa e transforma a realidade sua e do mundo em que se acha inserido. Analisar o viés do trabalho na concepção do filósofo Marx, este dar ao ser humano uma clara visão de seu pensamento diante da realidade de modo claro consciente e crítico e até mesmo de sua condição existencial.

É necessário, portanto, um aprofundamento mais consistente desse tema, sobretudo porque os acessos aos instrumentos de empregabilidade estão cada vez mais difíceis.

---

<sup>4</sup> Graduada em LETRAS, pela UNIDERP/ANHANGUERA. Graduada em Licenciatura em Filosofia pelo Centro de Ensino Superior de Caxias-CESC/UEMA. E-mail: [soraiasoraia@hotmail.com](mailto:soraiasoraia@hotmail.com)

Então, o tema proposto o trabalho e a alienação que deles provém o mundo em que o ser humano se encontra inserido na historicidade na concepção marxista é significativa, haja vista que esse tema discursivo nunca se esgota, até mesmo para se entender as relações de produção e de consumo do homem nas sociedades.

O filósofo contemporâneo Sérgio Lessa, parte do princípio filosófico e científico da criação do homem enquanto ser social, ou seja, do “mundo dos homens”, a partir do trabalho. O Capital, obra literária marxista se encontra com a expressão: “O processo de trabalho e processo de valorização”. Ainda, o próprio filósofo dá o seu conceito:

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participa o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza... Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. (MARX, 2001, p. 211)

E com base nesta afirmação de Marx a respeito de trabalho é que o filósofo Sergio Lessa estabelece um critério rigoroso para definição das classes sociais.

No livro Trabalho e Proletariado de autoria de Sérgio Lessa, esse faz severas críticas a Marilda Iamamoto: “Se certa atividade produz a transformação dos elementos da natureza em coisas úteis e necessárias à vida material do homem, então esta é trabalho; caso contrário, quando não produz estes bens úteis a partir do intercâmbio material com a natureza”.

Se o trabalhador ao transformar a natureza “trabalha”, então, esse cumpre a função social de produzir valores de uso, o “conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social dela” (MARX, 2001, p. 58); E o filósofo Sergio Lessa afirma que somente o trabalho manual pode ser considerado efetivamente trabalho. Mais adiante afirma que quem cumpre esta função de produzir a riqueza material a partir de seu trabalho manual, faz parte da classe social do proletariado. E nesse sentido Marx diz que: “Apenas é

produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital” (MARX, 1984, p. 105).

No livro Trabalho e Proletariado de Sérgio Lessa, provada polêmica interpretação que este dá a categoria marxiana de trabalhador coletivo. Com a socialização do processo de trabalho produz-se, no interior da oficina, uma divisão técnica do trabalho produtivo. “O que passa a existir, a partir de então, é um coletivo de trabalhadores que cooperam entre si.” E Marx define trabalhador coletivo:

Enquanto o processo de trabalho é puramente individual, um único trabalhador exerce todas as funções que mais tarde se dissociam... O homem isolado não pode atuar sobre a natureza sem pôr em ação seus músculos sob o controle de seu cérebro. Fisiologicamente, cabeça e mãos são partes de um sistema; do mesmo modo, o processo de trabalho conjuga o trabalho do cérebro e o das mãos. Mais tarde, se separam e acabam por se tornar hostilmente contrários. O produto deixa de ser o resultado imediato da atividade do produtor individual para tornar-se produto social, comum, de um trabalhador coletivo, isto é, de uma combinação de trabalhadores, podendo ser direta ou indireta a participação de cada um deles na manipulação do objeto sobre que incide o trabalho (MARX, 2001, p. 577).

Os trabalhadores, a partir da manipulação do objeto por eles produzido, deduz-se que esse trabalho coletivo é integrante do grupo de trabalhador manual e intelectual. “E o filósofo Sérgio Lessa discorda prontamente entre “trabalhador intelectual” e trabalhador manual”, citados por ele (MARX, 1984, p. 105). Na interpretação feita por ele, este vê pontos diferentes. E Marx diz mais a respeito “A conceituação anterior de trabalho produtivo continua válida para o trabalhador coletivo, considerado em conjunto. Mas, não se aplica mais a cada um de seus membros, individualmente considerados” (MARX, 2001, p. 577).

A proposta do Artigo Científico, contribui para uma análise crítica acerca da ótica marxista a partir do entendimento de trabalho e a alienação econômica e social, a alienação que o trabalho provoca no ser humano, o produto feito pelos trabalhadores, modos de produção, capitalismo a mais-valia, enfim, tudo o que possa alienar o ser humano no cotidiano de sua história.

## **O TRABALHO E ALIENAÇÃO**

Karl Marx concebe a sociedade em duas classes: a dos capitalistas que detém a posse dos meios de produção e o proletariado (ou operariado, trabalhadores) cuja única posse é sua força de trabalho a qual vendem ao capital com retorno de uma remuneração justa ao trabalho realizado. Enfim, os trabalhadores querem um salário a altura de seu trabalho. Para ele, os interesses entre o capital e o trabalho são irreconciliáveis. Assim, os meios de produção resultam nas relações de produção, formas como os homens se organizam para executar a atividade produtiva, gerando graves desigualdades sociais e dando origem à luta de classes consideradas antagônicas: a burguesia, detentora dos meios de produção e o proletariado, os operários explorados, marginalizados em sua força de trabalho. Portanto, as relações entre essas duas classes sociais seriam de completa dominação, alienação e exploração por parte dos capitalistas sobre os operários.

Para Marx, as religiões pregavam uma submissão de regras e normas de vida e de trabalho e que todos deveriam aceitar como desígnio de Deus. Indignado com essa regra estabelecida pelas religiões, criticava abertamente os seus cultos e dogmas impostos por essas denominações religiosas, lançava outros olhares, pois, esses instrumentos da fé inibiam toda e qualquer ação revolucionária dos trabalhadores, os quais, frágeis, aceitavam, sem contestação, os baixos salários e as precárias condições de trabalho, como predestinação.

Os trabalhadores formados por camponeses, mineiros, artesãos (a pequena e a média burguesia), eram o motor que movimentava a economia, mas que se sentiam desvalorizados, desprestigiados, pois eram os únicos que pagavam tributos, em detrimento dos outros segmentos que compunham o Primeiro e o Segundo Estado que viviam de regalias oriundas do trabalho e dos impostos pagos pelo Terceiro Estado. Portanto, a Revolução Francesa, vista como um exemplo para o mundo se deu em decorrência ao



absolutismo das classes privilegiadas, à ausência de um sistema político democrático e de participação popular no governo. Os operários ingleses expressaram descrédito com relação à política e à religião “instrumentos de domínio” que se articulavam e se revezavam, simplesmente, pela manutenção do poder e dos benefícios econômicos. E, como exemplo dessa situação, foram estabelecidas parcerias cordial e de aceitação entre a Coroa Portuguesa e a Igreja Católica.

Marx foi um defensor do sistema político comunismo, pois essa seria a fase final da sociedade humana, alcançada a partir de uma revolução operária, com ideias de justiça, igualdade e socialista para todos.

A primeira visão de trabalho deu-se nos meandros da pré-história e teria acontecido entre homens e mulheres com tarefas tipicamente específicas, tais como caçar, guerrear e garantir a proteção dos grupos quando ameaçados. De acordo com COTRIM (2013, p.176): “Nas comunidades em que a sobrevivência dependia da caça e da coleta, ocorriam migrações quando as reservas naturais de uma região tornavam insuficientes para um grupo”.

O trabalho é um elemento fundamental na relação dialética entre o humano e a natureza, entre o saber e fazer, entre teoria e prática, possibilitando ao ser humano a sua ascensão e autonomia social e econômica.

A partir do momento em que os grupos humanos desenvolveram a criação de animais e a agricultura, isso lá no Período Neolítico surgiu às comunidades sedentárias com habitações fixas. Nesse sentido, com a organização das primeiras comunidades, viu-se a necessidade do homem desenvolver suas habilidades técnicas e sua força de trabalho.

Antiguidade o trabalho manual era considerado em várias sociedades como uma atividade insignificante, de caráter desprezível e que quase não se diferenciava da atividade animal. Enquanto isso valorizava-se mais o trabalho intelectual que o trabalho manual, mais o trabalho individual que o trabalho coletivo. E Aristóteles assim dizia: “a utilidade do homem sem

liberdade é semelhante a do animal, ambos prestam serviços corporais para atender às necessidades da vida”.

Ainda, os cidadãos não deviam ter uma vida de trabalho trivial ou de negócio. Há, portanto uma, explicação:

O trabalho nesse tempo, representava punição, submissão, dominação e exploração em que os trabalhadores eram os povos vencidos nas batalhas e estes perdiam a sua liberdade. Por isso o trabalho não era considerado uma atividade dignificante para o homem e, a escravidão era tida como coisa justa e necessária. Para ser culto, era necessário ser rico e ocioso (JORGE NETO e CAVALCANTE, 2005, p. 3).

Em muitas sociedades da Europa Ocidental, não houve uma concepção anterior de trabalho, pois este não se alterou nesse período histórico. Essa atividade laboral era considerada intelectual, e de grande valor nesse contexto. Enquanto isso, o trabalho feito por pessoas escravizadas na época medieval ainda era marca muito presente, reservado àqueles que eram considerados infiéis ou bárbaros, sendo estes escravos, inclusive existia o mercado destinado a compra e venda dessa casta social.

A partir daí, o trabalho passou a ser visto como uma forma de sofrimento que serviria de provação e fortalecimento do espírito, com o objetivo de se alcançar a santidade.

Cabe ressaltar aqui a revalorização do trabalho, o que passou a enfatizar o sucesso econômico interpretado como um agir de Deus na vida do ser humano.

Na obra de Marx Werber, *A Ética Protestante e o Espírito Capitalista* este afirmam que: “Haveria uma relação entre a ética que valoriza o trabalho e a busca da riqueza e o desenvolvimento do capitalismo”. O trabalho no tempo moderno ficou restrito às classes que conseguiram acumular capital e investir nas atividades produtivas.

Para Marx o trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão, o trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadoria cria. Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não

produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria.

A partir da ótica Marxista, o trabalho humano se efetiva em um paradoxo, extremamente relevante na forma de sociabilidade burguesa em que o mesmo trabalho que produz bens e riqueza, produz ao mesmo tempo miséria. Quanto mais mercadorias o trabalhador produz, mais ambos se desvalorizam.

Um dos elementos presentes no trabalho segundo Marx é o processo de alienação ou de estranhamento do trabalhador frente aos objetos do seu próprio trabalho, cuja dimensão do trabalho que produz se defronta então, com um ser estranho, com um poder independente do produtor.

O produto do trabalho é o que se fixou num objeto se coisificou. A efetivação do trabalho é a sua objetivação e perda e aparece ao estado racional e econômico como desefetivação (do trabalhador, a objetivação e perda do objeto e servidão ao objeto, a apropriação como estranhamento e alienação).

Em função da alienação de sua própria consciência, o homem não se dá conta de que Deus é um objeto ideal criado por ele mesmo. A alienação, então, é um processo em que um sujeito se torna objeto e o objeto se torna um sujeito independente e autônomo diante daquele sujeito que primeiro lhe deu origem.

Para Marx, todos os objetos que são feitos no processo de trabalho são frutos da atividade produtiva do operário, porém, todos os objetos que esta cria são, contudo, propriedade de outrem, isto é, o produto do trabalho e propriedade, exclusivamente, do capitalista.

Marx afirma que:

(...) quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando, tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, alheio ao que ele cria diante de si, tanto mais pobre se torna ele mesmo, seu mundo interior, tanto menos [o trabalhador] pertence a si próprio. Quanto mais o homem põe em Deus, tanto menos ele retém em si mesmo. O trabalhador encerra a sua vida no objeto; mas, agora ela não pertence mais a ele, mas sim ao objeto.

Se o trabalho é a essência do homem e o trabalho na forma de produção burguesa é a negação do próprio homem, logo o trabalho é a própria negação da sua essência. E mais ainda, o trabalho que era para ser a realização da essência humana é, não obstante, a sua própria negação.

O domínio que o produto do trabalho exerce sobre o trabalhador se dá na figura do capital, produto do trabalho estranhado. Marx diz que: “a apropriação do objeto aparece como estranhamento”. E, J. A. Giannotti afirma:

(..) O trabalho se fixa no objeto, o produto alcança sua materialidade e sua objetividade num êxtase do produtor; mas, em vez de o sujeito realizar-se na produção, no final, o produto lhe aparece como uma coisa estranha e hostil a fugir de seu controle.

O trabalho, enquanto trabalho estranhado ou alienado, é a forma através da qual o homem acaba por perder-se de si mesmo, aliena-se de sua própria essência, uma vez que a função e o resultado de seu trabalho são para o outro e nunca para si mesmo.

Nesse caso, a abolição do trabalho alienado, que só pode ocorrer numa forma de sociabilidade pós-capitalista, em que os homens terão o controle racional do processo de produção, é o meio pelo qual a essência e a existência poderão conviver juntas, já que com a extinção da propriedade privada se abre a possibilidade efetiva do homem de se apropriar de todas as coisas que lhe foram negadas, historicamente, e inclusive, a sua própria essência.

Para Marx, o trabalho é uma relação de intercâmbio do homem com a natureza, processo em que o homem, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla esse intercâmbio. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de todo seu corpo, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, dando-lhes, então, forma útil à vida humana.

## **O SER HUMANO E O TRABALHO**

Um dos aspectos importantes na filosofia marxista é a relação do ser humano e o trabalho, sobretudo no âmbito ontológico, que na concepção de Marx desenvolvia uma produção capitalista.

Nesse sentido o entendimento de trabalho para Marx era o conceito de sua divisão, sendo que essa divisão, paralelamente, surgiu no mesmo contexto da sociedade privada, ou seja, o processo de divisão do trabalho acompanha a realidade da perspectiva do mundo do trabalho. Eis uma afirmação sobre essa situação:

Os diferentes estágios de desenvolvimento da divisão do trabalho são, da mesma maneira, diferentes formas de propriedade; quer dizer, o estágio da divisão do trabalho em cada uma das fases determina também as relações dos indivíduos uns com os outros no que diz respeito ao material, ao instrumento e ao produto do trabalho. (MARX & ENGELS, 2007, p. 43)

No entanto, o desenvolvimento precede o capitalismo, necessário ao entendimento posterior da condição ontológica do ser humano, sobretudo no que se refere ao modo de produção capitalista. É, portanto, divisão do trabalho, que nascem as diferenças sociais quando conjugadas com a propriedade privada e onde se desenvolve, progressivamente, a subjugação da autonomia humana à práxis socializada.

Assim mediante o crescimento histórico do ser humano, encontra-se a distribuição geográfica do mesmo. As diversas intencionalidades se explicitam, mas, não por uma emanção autônoma do “espírito” ou da “consciência humana pura”, mas sim, com uma consequência do processo de divisão do trabalho natural, ante a distribuição da propriedade em um processo que se desenvolveu historicamente. Observa-se as diferenças não somente entre os seres da sociedade, mas, entre as outras sociedades organizadas, mediante ao processo de divisão social do trabalho, cada qual com uma identidade, e um grau de desenvolvimento diferente, e inclusive para cada nação.

O trabalho na ótica marxista promove no homem um processo de alienação, uma vez que seu produto é a propriedade de outro que não se configura

como o trabalhador. O homem não pode realizar a sua essência de forma prática e efetiva, abrindo assim um abismo entre a existência e a essência por meio de sua atuação pelo trabalho. Conforme de Marx, o processo de alienação da essência humana é também uma consequência da alienação do trabalho humano, que não apenas cria objetos concretos, efetivos, como dá origem, igualmente, ao conjunto das relações sociais. A alienação do trabalho humano aparece como efeito resultante da propriedade privada, que pressupõe a divisão do trabalho.

O conceito de *alienação* está associado ao trabalho na sociedade capitalista. Para Karl Marx a essência do homem é o trabalho, e que só através dessa atividade laboral o ser humano pode realizar plenamente suas habilidades. Sabe-se, porém, que no regime capitalista, o trabalho ao invés de realizar o homem, o escraviza; ao invés de humanizá-lo, o desumaniza.

As causas da *alienação* do homem, segundo Marx está no *fetichismo da mercadoria*, que por sua vez considera-se como a relação social entre pessoas mediatizadas por coisas. O homem, que devia ser considerado o autor do seu produto, passa, então, a ser comandado e dirigido pela coisa que fez. E o resultado é que a mercadoria se “humaniza” e o homem se desumaniza. E Marx diz que no sistema capitalista o homem se aliena pelo fetichismo da mercadoria. O homem se aliena no trabalho como máquina.

O trabalhador existe subjetivamente, pelo fato de que o capital é o homem totalmente perdido de si, assim, como existe no capital objetivamente (o fato de) que o trabalho é o homem totalmente perdido de si. Mas ele tem a infelicidade de ser um capital, e, portanto, carente que, a cada momento em que não trabalha, perde seus juro, e, com isto, sua existência. O trabalhador produz o capital; o capital produz o trabalhador. O trabalhador, portanto, produz a si mesmo, e o homem enquanto trabalhador, enquanto mercadoria é o produto do seu movimento total. O homem nada mais é do que trabalhador e, como trabalhador, suas propriedades humanas o são apenas na medida em que o são para o capital, que lhe é estranho. Mas, capital e trabalho são estranhos entre si e estão, por conseguinte, em uma

relação indiferente, exterior e acidental. Tão logo aconteça o capital – ocorrência necessária ou arbitrária – não mais para o trabalhador, que não é mais para si; ele não tem nem um trabalho e, por causa disto, nem um salário. O trabalhador só é enquanto trabalhador, assim que é para si como capital, e só é, como capital, assim que o capital é para ele. A existência do capital é sua existência, sua vida, tal qual determina o conteúdo da sua vida de um modo indiferente a ele.

A produção faz o homem não somente como uma mercadoria, ela o produz mercadoria humana, precisamente como o ser desumanizado tanto espiritual como corporalmente – imoralidade, deformação, embrutecimento de trabalhadores e capitalistas. Seu produto é a mercadoria consciente de si e auto ativa, a mercadoria humana (MARX, 2004, p. 91-93). Se de fato o homem, ou melhor, o trabalhador mais especificamente, está privado, em virtude das circunstâncias históricas nas quais o seu trabalho é efetivado, de realizar a sua própria essência, isso quer dizer que a existência e a essência do trabalhador não podem coincidir, já que justamente a forma como sua existência é engendrada, através do trabalho estranhado é a efetiva negação da sua essência.

A filosofia de Marx é também uma filosofia da atividade prático sensível do homem e que ficou conhecida como uma filosofia da práxis, uma filosofia que a partir do conceito de trabalho, tem como objetivo a transformação radical do atual estado de coisas. e se configura como uma filosofia propriamente da ação.

Na perspectiva de Marx o trabalho possibilita ao homem um verdadeiro e efetivo comprometimento com os aspectos relacionados ao mundo do trabalho tendo em vista agora, que a crítica que Marx faz à forma como o trabalho humano se efetiva numa forma de sociabilidade determinada, no que se refere ao modo de produção capitalista, em que o fenômeno do trabalho estranhado aparece como uma parte considerada constitutiva do mesmo.

O trabalho enquanto concepção universal estabelece uma condição de produto de valor de uso e independe de toda e qualquer formação social e econômica que se estabeleça, sendo, no entanto, a forma ou o modo como os valores de uso são produzidos e que é possível determinar uma formação social. O trabalho representa aqui uma atividade que na sua essência media o gênero humano de maneira que suas atividades laborais estabelecem e que buscam finalidades planejadas de forma previamente.

A teoria ontológica do trabalho para Marx é de que, o ser que trabalha e se distingue dos animais, pois o homem acaba por se objetivar com o trabalho, por se diferenciar e por fim por construir-se na história através dele.

Partindo deste viés é que a visão materialista dos fatos é identificada com o ponto de vista do trabalho, Marx separa o momento positivo da objetivação, quando o homem se reconhece como ser que produz, do momento negativo do trabalho quando ele é alienado.

A alienação significa para Marx que o homem não se vivencia como agente produtivo, mas que o mundo é estranho a ele. Alienado, o homem não se reconhece como ser da natureza, parece estar em um mundo estranho a ele.

O operário, não participando da direção do trabalho é transformado em parte por máquinas. Marx se volta à emancipação de todo ser humano através do retorno a uma atividade não alienada e, portanto, livre, de todos os homens.

Todo trabalho está ligado à sociedade, em que o homem realiza sua atividade produtiva em contato com outros qualquer que seja a forma histórica de produção, colaboração ou exploração. Afinal sua produção visa atender necessidades que não são só suas, mas de outros.

O trabalho está ainda no fundamento do desenvolvimento racional e intelectual do homem, pois ao produzir ele se depara com dificuldades que busca solucionar e essa busca o conduz a refletir sobre a prática de sua atividade atingindo assim o lado intelectual. O homem não produz apenas objetos, mas é capaz de uma produção de caráter mais amplo onde se



enquadram elementos, cuja religião, a moral, a arte e a ciência, que estas derivam-se das necessidades humanas ao longo da história, de forma que esses são modos particulares da produção humana que ao produzir algo, produz seu mundo humanizado e constrói assim a si mesmo, sendo pois o progresso histórico, o progresso da atividade produtiva do homem.

Marx concentra sua concepção de homem em torno do conceito de trabalho. Hegel afirma que o único trabalho que realmente importa é o trabalho da consciência, ou seja, atividade abstrata do espírito. É o próprio Hegel que dá ao trabalho uma dimensão ontologicamente universal, e ainda segundo ele, o trabalho é o meio pelo qual o homem se autoproduziu.

A proposta de Marx é, pois libertar o homem da alienação trabalhista que inverte a finalidade do trabalho para o homem: ao invés de ser instrumento de edificação, torna-se estranhamento e não contribui para sua autoafirmação na natureza, e, portanto conclui-se que o trabalho dá ao homem o status de ser digno, ativo, e produtivo, capaz de satisfazer as suas necessidades e as dos outros enquanto ser social na história. Ainda segundo Marx é exatamente o homem como ser que trabalha e que assume seu papel de verdadeiro homem enquanto produz.

### **DINHEIRO E PRODUÇÃO**

Para os trabalhadores e os empresários ao referirem-se à situação patrimonial de sua empresa principalmente no que diz respeito ao valor e volume da produção, estes aumentam de ano para ano. Percebe-se que as forças de trabalho crescem e que a quantidade de dinheiro necessária para por em circulação esta crescente produção, varia sem parar. Vale destacar que o aumento de salário, os seus resultados não alterariam, logo, a quantidade de produção, e que esta produção nacional antes da elevação dos salários era variável e não fixa, como se imaginava, ela continuava a ser mesmo de alta. E Marx afirma: "Se o volume dos salários representa uma quantidade constante, não poderá aumentar, nem diminuir". Então, os trabalhadores, devem em algumas ocasiões, unir-se e lutar pelo aumento de salários.

Em relação ao sistema capitalista de algumas nações consideradas desenvolvidas, Karl Marx na sua obra O Capital afirma que “sem sombras de dúvidas a vontade do capitalista consiste em encher os bolsos o mais que possa. E que temos que fazer não é devagar acerca da sua vontade, mas investigar o seu poder, os limites e o caráter desses limites”.

Consta ainda, na sua obra referindo-se aos valores recebidos pelos operários que a soma de salários efetivamente pagos em cada momento dado, corresponde sempre, exatamente à soma necessária dos salários e nunca se desvia dela. Em compensação, se o limite dado da soma de salários depende da simples vontade do capitalista ou das proporções da sua avareza, trata-se de um limite arbitrário que nada tem si de necessário. Tanto pode ser modificado pela vontade do capitalista, como também pode fazê-lo variar contra a sua vontade.

Com relação aos seus salários, os trabalhadores, agregados no seu coletivo, gasta e, às vezes, é obrigado a gastar os valores que recebem de seu salário em produtos considerados essenciais para atender às suas necessidades. E, um aumento nos salários desses operários provocaria um aumento nos produtos de primeira necessidade e, nos seus preços. Para se obter um bom salário, faz-se necessário aumentar os preços das mercadorias. Essa é, portanto, a lógica dos capitalistas.

E a consequência da diferença entre as taxas de lucros dos capitais é a mesma dos setores produtivos. O capital e o trabalho sairiam dos setores menos valorizados economicamente para o lado que o fossem mais, cuja duração ocorreria na medida em que oferta e procura apresentasse nivelamento. E essa mudança nesses dois níveis nas mercadorias, cessariam a causa e seus efeitos. A partir daí os preços voltariam conseqüentemente, ao mesmo nível e equilíbrio antigos. Depois de provocar grandes transtornos, temporariamente, nos preços dos produtos colocados nos mercados consumidores, a elevação da taxa de salários, só atingiria uma baixa na taxa de lucro e tudo isso sem nenhuma alteração permanente nos preços dos produtos.

Na sua obra *O Capital*, Karl Marx assim se expressou em relação ao aumento de salários: "Se o aumento dos salários fosse aplicado em objetos que antes não entrava no consumo dos trabalhadores, seria inútil que nos detivéssemos a demonstrar que seu poder aquisitivo havia experimentado um aumento real". Sendo, porém, mera consequência da elevação de salários, este aumento do poder aquisitivo dos operários terá de corresponder exatamente à diminuição do poder aquisitivo dos capitalistas. Portanto, a procura global de mercadoria não aumentaria e, apenas mudaria os elementos integrantes dessa procura.

Assim, o aumento da taxa de lucro em alguns setores da indústria e a consequente baixa da taxa de lucro em outros, provocarão uma mudança significativa na distribuição do capital e do trabalho, que persiste até que a oferta se tenha ajustado à maior procura em alguns ramos da indústria e à menor procura nos outros.

E o resultado de toda essa situação é que os salários em espécie dos trabalhadores fabris cresceram, apesar da redução da jornada de trabalho; cresceu consideravelmente o número de operários em atividade nas fábricas e o preço de seus produtos baixaram e deu-se o desenvolvimento das forças produtivas e a expansão para outros mercados.

Ainda, segundo Marx, as lutas de classe ocorreram no âmbito das *relações de produção* de determinado modo de produção, principalmente entre burgueses e proletários. E foram essas relações de produção convertidas em obstáculos ao desenvolvimento das forças produtivas (força de trabalho humano e "os meios de produção" considerados instrumentos e meios de trabalho: tecnologia, infraestrutura, ferramentas, máquinas, técnicas, materiais, conhecimento técnico; a terra e demais recursos naturais) que Marx afirma:

De forma de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações se convertem em obstáculos a elas. E se abre, assim, uma época de revolução social. Ao mudar a base econômica, revoluciona-se mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura erguida sobre ela... E do mesmo modo que não podemos julgar o indivíduo pelo que ele pensa de si mesmo, não podemos tão pouco julgar essas

épocas de revolução pela sua consciência, mas, pelo contrário é necessário explicar essa consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. (Marx, 1999, p.52).

Considerando uma nova perspectiva em relação ao trabalho, Marx percebe no interior do contexto interesses mesquinhos, sobretudo na área de capitalismo burguês que pretendem controlar, criar obstáculos ao processo de desenvolvimento das forças produtivas (trabalho humano e tecnologia. Integram o conjunto das relações de produção *a estrutura econômica da sociedade* a superestrutura jurídica e política, ambas consideradas formas de consciência social). Portanto, o *modo de produção* da vida material condiciona a vida política, social e espiritual em geral:

Não é a consciência do homem que determina seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência. Ao chegar a uma determinada fase de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade se chocam com as relações de produção existentes ou que não é se não a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais se desenvolveram até ali. (MARX 1999, P.52)

Assim, sendo o ser humano determina o modo pelo qual a sociedade produz, conforme suas necessidades, seus bens e serviços, como se dá a sua utilização e distribuição. E a nova sociedade socialista proposta por Marx possibilita que a humanidade desfrute dos benefícios e garantias sociais oriundas das forças produtivas: trabalho de técnicas avançadas. Karl Marx diz:

As forças produtivas, porém, que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam, ao mesmo tempo, as condições materiais para a solução desse antagonismo. Com esta formação social se encerra, portanto, a pré-história da sociedade humana. (MARX, 1999, p. 53)

Ele atribui ainda às forças produtivas o trabalho humano e a tecnologia, uma capacidade de crescimento permanente, um processo dinâmico e autônomo que elimine tudo que é benéfico ao desenvolvimento. As relações de produção do sistema capitalista impedem o crescimento da sociedade humana, não a técnica.

As relações entre a oferta e a procura de trabalho são reguladas por lei e acham-se sujeitas a constantes modificações. Se, contudo, a procura excede a oferta, sobem os salários; se a oferta supera a procura, os salários baixam. Mesmo que em algumas circunstâncias se comprove estes dois tipos por uma greve. Conforme as leis que regulam a oferta e a procura de trabalho, seria inútil clamar por contra uma elevação de salários, dado as suas necessidades e as suas baixas. Para isso, tentavam prová-la apresentando o lucro e a renda do solo como simples percentagem adicional sobre os lucros.

Marx diz que “como o salário não é mais do que uma denominação do preço do trabalho, queremos dizer com isso que os preços das mercadorias se regulam pelo preço do trabalho”. E como “preço” e valor de troca – e quando falo de valor refiro-me sempre ao valor de troca – a saber: valor de troca expresso em dinheiro, àquela afirmativa equivale a esta outra: “o valor das mercadorias é determinado pelo valor do trabalho”, ou o que vem a dar no mesmo, “o valor do trabalho é a medida geral do valor”.

Partindo dessa afirmação de Marx, o dogma de que “os salários determinam os preços das mercadorias” equivale a dizer que “o valor se determina pelo valor” e isto demonstra realidade, que nada sabemos a respeito do valor.

Um produto tem um valor por ser fruto de um trabalho social. E o seu valor relativo depende da maior ou menor quantidade dos ingredientes que ele contém. Assim, os valores das mercadorias são determinados pela soma de trabalho empregado e essas mercadorias produzidas são iguais. Em outras palavras, o valor de uma mercadoria está para o valor de outra, bem como a quantidade de trabalho empregado numa está também em outra.

O salário dos operários não pode exercer os valores das mercadorias por eles produzidos. Contudo, podem ser inferiores. Ainda, os seus salários são limitados pelos valores das mercadorias, o que não ocorre ao contrário.

Quanto maiores são as forças produtivas do trabalho, mais mercadorias se preparam num tempo do trabalho dado; ao contrário, menos se produzem na mesma unidade de tempo. Os valores das mercadorias estão, assim, na

razão direta do tempo de trabalho investido em sua produção e na razão inversa das forças produtivas do trabalho empregado.

Desse modo a oferta e a procura se equilibram, os preços dos produtos no mercado corresponderão a seus preços naturais e são determinados os trabalhos para a sua produção. Tanto a oferta quanto a procura devem entender, de vez em quando, para o equilíbrio, compensando uma flutuação com outra, uma alta como uma baixa e vice-versa.

O preço de um produto é determinado pela quantidade total de trabalho que encerra e que apenas uma pequena parte desse montante de trabalho representa um valor pelo qual se pagou um equivalente em forma de salário; a outra parte está envolvida num material em que nenhum equivalente foi pago. Em outras palavras uma parte do trabalho foi paga; a outra parte é trabalho não remunerado. Quando o empresário vende o seu produto, o faz pelo seu valor e, sem dúvida, deseja obter lucro.

O operário vende a sua força de trabalho, cedendo os direitos de disposição dela ao capitalismo. Nesse sentido, Thomas Hobbes, filósofo e economista inglês, assim, se expressou na sua obra Leviathan: "O valor do homem é, como para todas as coisas, o seu preço; quer dizer, o que se pagaria pelo uso de sua força".

E aqui se pode acrescentar que a força de trabalho consiste, no seu existir, na sua individualidade. Para crescer, desenvolver-se, o homem precisa consumir uma determinada quantidade dos meios de subsistência.

O valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos produtos de primeira necessidade exigidos para produzir, desenvolver, manter e eternizar a força de trabalho.

Sabe-se perfeitamente, que o valor nada mais é que o da força de trabalho, pesado pelos valores dos produtos necessários à sua manutenção. O operário só recebe o seu salário após executar o seu trabalho que, aliás, é o que entrega ao capitalismo. Aí, então, se chega a dois resultados:

I. O valor da força de trabalho adquire significados ainda que as palavras "valor" e "preço" do trabalho necessite de sentido.

II. Apenas uma parte do trabalho diário do operário é pago. A outra parte não tem remuneração e é exatamente essa parte que forma a mais-valia ou lucro e que dá a entender que todo trabalho é pago.

### **A MAIS-VALIA**

Para esclarecer melhor o processo sobre trabalho é necessário citar um dos conceitos principais do materialismo marxista que ressalta a importância do contexto histórico não só na vida do ser humano, como na própria filosofia: a alienação. O operário explorado torna-se um ser humano, em vários sentidos.

No ato da produção ele se aliena de seu produto: não o produziu, não pode modificá-lo, ele lhe é exterior. O trabalho não é próprio, mas de um outro; não lhe pertence, mas a um outro; não é a sua auto atividade é a perda de si mesmo.

Segundo Karl Marx: A relação com o produto do trabalho é a relação com um objeto alheio, que tem poder sobre ele “alienação da coisa” e a relação com o ato de produto e a relação com a atividade alheia, que não pertence a ele (auto alienação). (1970; 1994.)

Agora, é preciso estabelecer as três partes em que está dividido a mais-valia: A renda territorial, o juro e o lucro industrial ou comercial.

Para explicar melhor esse assunto, Karl Marx diz o seguinte: “A renda territorial”, o juro e o lucro industrial nada mais são que nomes diferentes para exprimir as diferentes partes da mais-valia de uma mercadoria ou do trabalho não remunerado, que nela se materializa e tudo provém por igual desta fonte e só desta fonte. Não provêm do solo e capital em si; mas o solo e o capital permitem aos seus possuidores obterem a sua parte correspondente na mais-valia que o empregador capitalista extorque. Para o operário mesmo é uma questão de importância secundária que esta mais-valia, fruto de seu sobre trabalho, ou trabalho não remunerado, seja exclusivamente embolsada pelo empregador capitalista ou que este se veja obrigado a ceder parte a terceiros, com o nome de renda do solo, ou juro.

Supõe-se que o empregador utiliza apenas capital próprio e seja ele mesmo o proprietário do solo; neste caso, toda mais-valia irá parar no seu bolso. O trabalhador, portanto, está simplesmente, alienado. O ser humano é escravizado mentalmente e materialmente. E Marx percebe nesse ínterim que não são as forças externas, consideradas, todo-poderosas, natural (o sistema econômico) ou metafísico (Deus) que faz o sofrimento do trabalhador: A alienação é o 'resultado de um tipo determinado de desenvolvimento histórico, que pode ser positivamente alterado pela intervenção consciente no processo histórico para transcender a auto alienação do trabalho' (MÉSZAROS, 2007, p. 14).

Após 1850, Marx escreve o seu livro O Capital e tem a participação ativa e integral na vida política. Eis os principais conceitos sobre o capitalismo:

- A mais-valia é a fração do trabalho não remunerada. É o lucro obtido pelo capitalista, oriundo da diferença entre o valor que ele paga pelo trabalho realizado e o valor que ele cobra pelo produto feito por essa força de trabalho.

A origem da mais-valia absoluta, segundo Marx:

Em vez das 6 horas, que bastam para isso, o processo dura, por exemplo, 12 horas. Mediante a atividade da força de trabalho, reproduz-se, portanto, não só seu próprio valor, mas produz-se também valor excedente. Essa mais-valia forma o excedente do valor do produto sobre o valor dos constituintes consumidos do produto, isto é, dos meios de produção e da força de trabalho (MARX, 1996, p. 325).

- Fetichismo da mercadoria é o fenômeno social e psicológico onde os produtos colocados à disposição dos compradores, aparentam ter uma vontade considerada independente de seus produtores. Adquirem mais valor que seus criadores. É o culto que é feito a essas mercadorias, no sentido de que sejam consumidas. Veja o que Marx diz em relação aos fenômenos religiosos.

Por isso, para encontrar uma analogia, temos de nos deslocar à região nebulosa do mundo da religião. Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas, que mantêm relações entre si e com os homens. Assim, no mundo das mercadorias, acontece com os produtos da mão de obra humana. Isso eu chamo o fetichismo que adere aos produtos de trabalho, tão logo são produzidos como mercadorias, e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias (MARX, 1996, p. 188-189).



Marx diz que o processo da mais-valia está associado ao de exploração e alienação. Só se paga uma parte física do trabalho, a outra parte não é remunerada. Há uma aparência enganadora de que todo trabalho é trabalho pago; entretanto, além do trabalho remunerado, ou sobre trabalhado, a jornada é dilatada no máximo de sua possibilidade física.

Marx se expressou:

A taxa de mais-valia dependerá, se todas as outras circunstâncias permanecerem invariáveis, da proporção existente entre a parte da jornada que o operário tem que trabalhar para reproduzir o valor da força de trabalho e o sobre tempo ou sobre trabalho realizado para o capitalista. "Dependerá por isso, da proporção em que a jornada de trabalho se prolongue além do tempo durante o qual o operário, com o seu trabalho, se limita a reproduzir o valor de sua força de trabalho a repor o seu salário". (MARX, 1996, p. 15).

O empresário ao comprar a força de trabalho do operário e ao pagá-la pelo seu valor, diário ou semanal, adquire todos os direitos, inclusive o de consumir ou usar o produto comprado. Diz-se ainda que a força de trabalho de um homem é usada, consumida, exigindo que o operário trabalhe, obedecendo a certos limites.

### **CLASSES SOCIAIS: BURGUESIA E PROLETÁRIA**

A classe social poderosa, isto é, a burguesia é composta pelos empresários (proprietários) dos meios de produção e capitalistas modernos que usam o trabalho assalariado; vendem a sua força de trabalho para garantir a sua sobrevivência e sustento de sua família.

Também, a burguesia revolucionou a idade antiga, bem como as relações sociais dessa época:

Historicamente, a burguesia desempenhou um papel revolucionário. Onde quer que tenha assumido o poder, a burguesia pôs fim a todas as relações feudais, patriarcais e idílicas. Destruiu impiedosamente os vários laços feudais que ligavam o homem e seus 'superiores naturais', deixando como única forma de relação de homem a homem o laço do frio interesse, o insensível 'pagamento à vista'. Afogou os êxtases sagrados do fervor religioso, do entusiasmo cavalheiresco, do sentimentalismo pequeno-burguês nas águas gélidas do cálculo egoísta. Fez da dignidade pessoal um simples valor de troca e em nome das numerosas liberdades conquistadas estabeleceu a implacável liberdade de comércio. Em suma, substituiu

a exploração, encoberta pelas ilusões religiosas e políticas, pela exploração aberta, única, direta e brutal (MARX, 2003, p. 28).

No entanto, a burguesa não conseguiu manter o controle do sistema que originou. No desencontro do sistema que criou, originaram constantes crises comerciais que afetam o capitalismo. Pois este tem a tendência de desaparecer: “A burguesia, porém, não forjou apenas as armas que representam sua morte; produziu também os homens que manejarão essas armas – o operariado moderno – os proletários” (MARX, 2003, p. 32).

Mas, mesmo assim, a situação precária da classe proletária, a despeito dos homens e máquinas, não demonstra fraqueza para a posteridade:

De todas as classes que hoje se defrontam com a burguesia, apenas o proletariado é uma classe realmente revolucionária. As outras classes decaem e por fim desaparecem com o desenvolvimento da indústria moderna, mas o proletariado é seu produto mais autêntico (MARX, 2003, p. 35).

Para enfrentar os obstáculos e percalços do dia-a-dia, é necessário o incentivo à classe trabalhadora, considerada para prosseguir na luta por melhores dias. Então, o papel do Partido Comunista é o de conscientizar a classe proletária de sua situação real, da crueldade e do poder dominador das outras classes sociais, e que, organizados politicamente, farão a revolução e o progresso. Os trabalhadores, unidos, tem um mundo a ganhar, a conquistar.

Após verificar a resistência periódica dos trabalhadores, à sua redução dos salários e a busca incessante por um aumento de salários, percebe-se que, estes fazem parte do sistema assalariado de acordo com a equiparação das mercadorias, por conseguinte submetido ao regime legal que regula o movimento geral dos preços. Portanto, o aumento geral de salários acarretaria numa diminuição da taxa geral de lucro, sem, contudo, afetar os valores médios das mercadorias.

O preço do trabalho e o das mercadorias tem que se adaptar, no decorrer do tempo, ao seu valor; e o trabalhador acabará, portanto a despeito de todas as altas e baixas do que possa fazer, o operário acabará recebendo

sempre, somente o valor de seu trabalho, reduzido ao valor da sua força de trabalho, para a sua subsistência, manutenção e reprodução, valor esse regulado, em última análise, pela quantidade de trabalho necessária para produzi-los.

O valor da força de trabalho é formado por dois elementos: o físico e o de caráter histórico e social. Sabe-se que seu limite mínimo é determinado pelo físico, com o objetivo de manter-se e reproduzir-se. Já o seu limite máximo é dado pela força física do trabalhador.

Na determinação do valor do trabalho entra o padrão de vida considerada tradicional, da satisfação de certas necessidades que se originam das situações sociais em que vivem e se criam os homens.

O elemento histórico e social, que entra no valor do trabalho, pode aumentar ou diminuir e, até mesmo, ser eliminado, de modo que permaneça o limite físico.

Quanto ao lucro, não existe nenhum amparo legal que lhe fixe o mínimo. Não há limite extremo de sua baixa. Mesmo fixando o salário mínimo, não se pode estabelecer o salário máximo. A partir dos limites da jornada de trabalho, o máximo de lucro corresponde ao mínimo físico dos salários e que, partindo de dados salários, o máximo de lucro se refere a jornada de trabalho na medida em que seja combinado com as forças físicas do trabalhador. Assim o máximo de lucro é limitado pelo mínimo físico dos salários e pelo máximo físico da jornada de trabalho.

No que se refere à limitação da jornada de trabalho, ela nunca foi regulamentada senão por intervenção legislativa, sob a pressão dos trabalhadores atuando fora das dependências fabris. E sem a constante pressão dos operários agindo por fora, nunca essa intervenção se daria. E os operários sentem a necessidade de uma ação política geral na luta puramente econômica, pois o capital é a parte considerada mais forte.

Quanto aos limites do valor do trabalho, sua fixação efetiva depende sempre da oferta e da procura, e refere-se à procura de trabalho por parte do capitalista e à oferta de trabalho pelos operários.

O operário na sua luta de classe, diária, não deve jamais esquecer de que luta contra os efeitos, mas não contra as causas dos efeitos do sistema assalariado. A classe operária precisa saber que o sistema atual mesmo com suas opressões, arrojos e misérias que lhe impõe, proporciona sustentação material e as formas sociais adequadas para uma reconstrução econômica da sociedade.

Segundo Marx (1985, p. 50), a empresa mecanizada leva a divisão social do trabalho incomparavelmente mais avante do que a manufatura, pois amplia a força produtiva dos setores de que se apodera em grau incomparavelmente mais elevado [...] a multiplicação dos meios de produção e de subsistência com decréscimo relativo do número de trabalhadores leva à expansão do trabalho em ramos da indústria [...] ramos totalmente novos da produção e, portanto, novos campos de trabalho.

O trabalho no capitalismo se tornou uma mercadoria denominada por Marx como força de trabalho. Em sentido figurado, mas nem tanto, o capitalista também se apropria de todos os outros membros do seu corpo e mente o que possibilita retirar desta força o mais valor necessário para a manutenção de um sistema social que congrega dentro de si diferentes classes sociais, em que uma reprime e explora a outra para manter seu padrão de consumo e riqueza. Aquilo que distingue força de trabalho humana é de modo geral, nesse processo, se um trabalhador tem mais disposição, habilidade ou força que outro, na soma haverá uma jornada global que irá satisfazer as “necessidades” da produção. Esta jornada em si supera as limitações individuais de cada trabalhador, bem como potencializa o resultado global viabilizado pelo que Marx denomina trabalhador coletivo.

### **TERCEIRIZAÇÃO**

O trabalhador coletivo e as mediações contemporâneas se comparado à manufatura com as formas contemporâneas de organização do trabalho, como a terceirização, encontra-se permanências e discordâncias. As

mediações presentes nas relações de trabalho e emprego que envolve o trabalhador coletivo são relevantes diante da intenção de refletir sobre o tema. A manufatura destaca-se como um método que propicia aos proprietários dos meios de produção extrair mais valor da força de trabalho; na contemporaneidade, a *terceirização* assume papel similar. A novidade estaria em quem realiza e onde se realiza o trabalho coletivo, pois, em qualquer um dos métodos de organização do trabalho, os ganhos com a redução de custos e oriundos da intensificação da produtividade nunca foram esquecidos.

A noção de complementaridade ou “cooperação” presente na manufatura é válida até os dias atuais nas cadeias produtivas de diversos setores da economia.

### **SONSIDERAÇÕES FINAIS**

Segundo a concepção marxista o trabalho é o meio que permite ao ser humano o desenvolvimento de suas capacidades humanas, o trabalho alienado, ao contrário, se coloca como um obstáculo a esse desenvolvimento. A partir das críticas de Marx, despontava que o trabalho alienado tem como consequência, para o trabalhador, o fato de que ele não se reconhece no produto do seu trabalho e, portanto, não o vê como criação sua; de que ele está alienado em relação ao ato de produção, haja vista que a sua participação no processo produtivo é semelhante ao valor do produto que está alienado em relação à sua própria espécie, ao seu ser genérico, já que não desenvolve suas características sociais, e trabalha apenas para suprir suas necessidades vitais; e de que está alienado em relação aos demais seres humanos, pois não vê humanidade neles, nem si mesmo. É pelo trabalho alienado que surge a propriedade capitalista, onde a riqueza produzida pelo trabalhador não pertence a ele, mas ao proprietário dos meios de produção.

Assim sendo, toda a riqueza produzida pelo trabalhador, ao invés de contribuir para amenizar a sua pobreza, torna-o muito mais pobre. Portanto, quanto mais o ser humano trabalhar, maior será a sua

desumanização e menor a sua possibilidade de desenvolver as suas capacidades. Logo, somente a superação do trabalho alienado é que pode permitir ao conjunto dos seres humanos o desenvolvimento das suas capacidades e o resgate do trabalho como instrumento de mediação da relação dialética entre ser humano e natureza.

Compreendi, porém, que na época de Karl Marx o trabalho está perdendo a sua posição de principal categoria de mediação das relações sociais e de elemento central na articulação das diversas formas de necessidades humanas, pois, com os avanços tecnológicos, e com a consequente perda de demanda do trabalho humano, os seres humanos deslocam seus interesses para outras atividades, que permitem uma maior satisfação pessoal. No entanto, o trabalho estaria comprometido com uma estrutura de dominação que impede o desenvolvimento da sociabilidade humana. Por conseguinte, essa forma de conceber o trabalho e a sua função na sociedade seria consistente, se o único modo possível de existência do trabalho fosse como trabalho alienado.

Os enganos ocorreram historicamente, enquanto regime socialista. O primeiro foi confundir o "socialismo real" com o socialismo que tem como princípio e fim, o ser humano. O outro engano é uma decorrência do primeiro, pois, muitos estudiosos passaram a entender que o capitalismo é um sistema de produção, ainda com características por grandes problemas estruturais, melhor que o socialismo, e, o único viável.

Enfim, considerando que a sociedade tem uma ideia do capitalismo como setor produtivo, a partir do trabalho, estes continua sendo o meio que permite o alcance do desenvolvimento pleno das potencialidades humanas, reforçando a necessidade de transformação do atual sistema de produção econômica para outro que valorize o ser humano. O efeito de desconforto e descontentamento, que muitas pessoas sentem no dia a dia, no contexto capitalista, não é gratuita. E que algo está errado, nesse sistema, que não sentem a menor satisfação com o resultado alcançado pelo seu trabalho. A atual sociedade está ficando cada vez mais complexa, a partir do

desenvolvimento científico e tecnológico a qual vem propiciando a ocorrência de grandes transformações nas relações sociais existentes.

Portanto, enquanto a humanidade estiver sob o domínio de um sistema de produção econômica, que visa tão somente o aumento constante da produção de riquezas, e a sua acumulação de bens, e enquanto o ser humano for visto apenas como um meio para a consecução de seus propósitos, não haverá como o trabalhador, no âmbito do seu trabalho, sentir que está realizando plenamente as suas potencialidades, e muito menos, de fato, conseguir realizá-la.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

COTRIM, Gilberto. **Fundamentos da Filosofia**. 2. Ed. São Paulo. Saraiva, 2013.

ENGELS, Friedrich. **Princípios do Comunismo** In: MARX, K.; ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Vozes, 2001. (Anexo). LESSA, Sérgio. Trabalho e Proletariado no Capitalismo Contemporâneo. São Paulo: Cortez, 2007.

LAKATOS. Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamento de metodologia científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e Proletariado no Capitalismo Contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.

MARX, Carlos. **El Capital: crítica de la economía política**. Vol. 1. 7. Ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1973.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo, Escrivam, 1968.

MARX, Karl. **O 18 Brimário de Luís Bonaparte** In: MARX, Karl; ENGELS,

F. Textos. São Paulo: Alfa-Omega, s/d, Vol. III. MARX, Karl. Capital: a critique of political economy. Orlando: The Modern Library, s/d. MARX,

Karl. Das Kapital: kritik der politischen ökonomie. Germany: Alfred Kröner Verlag Stuttgart, 1957. MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. São Paulo: Civilização Brasileira, 2001.

MARX, Karl. **O Capital**, Vol. 1/1. 22. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I. Vol. I. Trad. Reginaldo Sant'Anna. 27ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã** (I – Feuerbach). 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1987.

SAKAMOTO, Bernardo Alfredo Mayta **Filosofia política contemporânea** /. São Luís: UemaNet, 2013.



# DEPENDÊNCIA QUÍMICA E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Ribeiro, Fernanda Christina Barreto

## RESUMO

O presente trabalho buscou os conceitos e definições sobre a dependência química, suas origens, por meios de bibliografias e literatura para contextualizar todas essas definições, além disso, o texto apresenta diferentes modelos de dependência química. Como forma de análise foram citadas algumas formas de tratamento e consequência do uso de substâncias que causam a dependência química. O objetivo do trabalho é conhecer as substâncias que podem causar algum tipo de dependência e identificar as suas consequências. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, a partir de textos de outros pesquisadores e estudiosos do assunto, além de livros. Os resultados demonstrados no trabalho são a respeito das consequências do uso de substâncias químicas, destacando a sua prevenção e os tratamentos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Dependência química. Tratamento. Saúde mental.

## INTRODUÇÃO

O atual conceito de dependência química é resultado de uma evolução de ideias cujas primeiras tentativas de abordagem científica têm menos de 300 anos, e as definições mais próximas da atual, pouco mais de um século. Em comparação ao consumo de substâncias, que ocorre há milhares de anos, é um conceito muito recente.

Os problemas relacionados ao consumo de álcool e outras substâncias foram encarados como desvios morais até o século XVIII, quando dois médicos, caracterizaram pela primeira vez, a embriaguez como resultado da perda do autocontrole, o modo de consumo era, até certo ponto, uma escolha pessoal, mas a substância passava a "dominar" o controle e a vontade do usuário.

Enquanto, apesar de a embriaguez ser identificada como uma doença mental, não foram definidos critérios diagnósticos. Apenas em meados do século XIX, Magnus Huss utilizou o termo alcoolismo pela primeira vez, na tentativa de definir o conjunto de complicações clínicas decorrentes do uso

abusivo e crônico de álcool. Quase no final do referido século, outros pesquisadores formularam conceitos que se aproximaram do que hoje é denominado dependência, isto é, uma doença com prováveis causas biológicas e genéticas. Essa definição, aos poucos, estendeu-se para as outras substâncias, com a criação de entidade nosológica como morfinismo, narcomania e cocainomania, segundo Zanelatto e Laranjeira (2013).

Nos anos 1960, as classificações começaram a considerar os diferentes padrões de consumo de álcool, sendo caracterizado dentro destes o uso contínuo, periódico e irregular. Ainda na década de 1960, surgiram os termos dependência física e dependência psicológica, hoje em desuso, mas ainda utilizados de maneira inadequada. Esse tipo de distinção originou duas classes de substâncias psicoativas: as leves e as pesadas, representando um retrocesso no conceito moralista, com dois vieses dentro desse conceito. O primeiro viés caracteriza o usuário como sem disposição e caráter para tornar-se abstinente de uma dependência apenas psíquica. O segundo considera a substância que produz apenas dependência psíquica, sobretudo quando comparada com substâncias pesadas, como álcool, benzodiazepínicos e opiáceos.

## **DESENVOLVIMENTO**

Um dos grandes desafios para a humanidade tem sido a compreensão das características heterogêneas do ser humano. Exatamente pela sua individualidade, quando se volta para um assunto tão complexo, como o da relação do homem com as substâncias psicoativas, o desafio torna-se ainda maior.

Conforme Pulcherio, Bicca e Silva (2011), os transtornos decorrentes do consumo de Substâncias Psicoativas (SPA) têm sido motivo de atenção há pelo menos cem anos. De início, o foco eram os problemas decorrentes do álcool, reconhecida substância causadora de alterações do comportamento e de ordem física. No entanto, o espectro de preocupações tem aumentado na mesma proporção em que se verifica o uso e abuso de SPA com diferentes finalidades, até mesmo médicas, como, por exemplo, o uso de

opioides ou de substâncias desenvolvidas com o propósito de causar alterações mentais e de comportamento, como o alucinógeno *ecstasy* (TABORDA; LIMA; BUSNELLO, 1996).

Por muito tempo os conceitos de psicopatologia e abuso ou dependência de SPA foram sustentados pela ideia de que o comportamento aditivo era consequente a uma psicopatologia preexistente.

Vários estudos longitudinais e estudos clínicos sobre intoxicação crônica por álcool indicavam que sintomas de depressão e ansiedade são produzidos ao longo do uso crônico e elevado de álcool. Já outros autores identificaram abuso e desenvolvimento de dependência de álcool como a existência de sintomas psiquiátricos prévios, segundo Pulcherio, Bicca e Silva (2011).

Na evolução da busca pelo melhor entendimento do problema, dividiu-se o alcoolismo em dois grupos: um caracterizado pela síndrome psiquiátrica anterior ao início do alcoolismo, chamado de alcoolismo secundário; e o outro, cuja síndrome psiquiátrica desenvolve-se após o início da síndrome de dependência, chamado de alcoolismo primário.

A importância de reconhecer essas diferenças diagnósticas consiste na decisão terapêutica e na avaliação do prognóstico. Um paciente com alcoolismo secundário tem melhor prognóstico se o seu transtorno psiquiátrico for tratado. Essa é uma forma unidimensional de avaliar o paciente, o que se tem mostrado deficiente por desconsiderar aspectos indiscutivelmente importantes, como genética, fatores ambientais e saúde física, limitando, assim, a diferenciação do problema segundo a etiologia, o estado clínico e as repercussões sociofamiliares, permitindo, dessa forma, planejar o tratamento.

Para Marques (2001), no esforço para melhorar os resultados terapêuticos com a individualização das decisões, fez-se necessário ampliar a evolução, observando os diferentes vértices do problema, como efeitos independentes e interativos da predisposição genética, características da personalidade, comorbidades, padrões de comportamento e consumo de SPA e, até mesmo, diferenças inerentes ao sexo.

Essa visão mais ampla se desenvolveu em um contexto histórico de evolução do conceito de uso, abuso e dependência de SPA, a partir da primeira Classificação Internacional de Doenças elaborada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), atualmente em sua décima revisão (CID – 10) (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2005) e, posteriormente, no Manual Diagnóstico e Estático de Transtornos Mentais, da Associação Norte-Americana de Psiquiatria, atualmente em sua quarta revisão (DSM-IV). Os sistemas diferem por alguns detalhes de organização, mas os conceitos básicos de ambos são semelhantes.

Avanços em áreas como Medicina, Química, Tecnologia e Telecomunicações têm levado à produção de novas drogas ou possibilitado o aumento de sua manufatura, tornando maior a oferta no mercado (cocaína, heroína, opioides, etc). A descoberta de novas vias de administração para antigas substâncias contribui para a grande oferta de drogas dos tipos mais variados.

De acordo com Pulcherio, Bicca e Silva (2011), os laboratórios cada vez mais equipados (drogas sintéticas), as substâncias de fácil acesso (voláteis), o controle débil das medicações (benzodiazepínicos), a desinformação da população e a escassez de medidas preventivas são situações que contribuem para a manutenção e aumento do uso de drogas. É sabido que quanto mais pessoas experimentarem substâncias psicoativas, maior a probabilidade de que algumas apresentem problemas decorrentes de seu uso.

Segundo Silva (2011), as substâncias estimulantes do sistema nervoso central aceleram a atividade deste, causando aceleração da atividade psicomotora. Essa hiperexcitabilidade aumenta o estado de alerta e o poder de concentração, diminui o sono e o apetite, gera sensação de euforia e provoca irritabilidade. São apresentadas, a seguir, as substâncias que fazem parte dessa classe.

Cocaína e crack – o efeito da cocaína ocorre por meio do bloqueio abrupto e agudo da recaptação de dopamina das fendas sinápticas no sistema de

recompensa cerebral, com o conseqüente aumento repentino de sua quantidade, o que gera a sensação de intenso prazer. Além desse efeito psicoestimulante, a cocaína também tem propriedades anestésicas e vasoconstritoras;

Anfetaminas – assim como acontece com a cocaína, o efeito das anfetaminas ocorre pelo bloqueio da recaptação de dopamina das fendas sinápticas no sistema de recompensa cerebral. As anfetaminas inibem a monoaminoxidase, enzima que metaboliza a dopamina da fenda sináptica, esta característica confere às anfetaminas o efeito mais duradouro quando comparadas à cocaína;

Tabaco – a nicotina é a substância presente na folha de tabaco capaz de gerar dependência por conta de suas propriedades farmacológicas. Esse efeito ocorre porque a nicotina pode agir em diversos neurotransmissores, como a dopamina, a noradrenalina, a serotonina e a acetilcolina. Observam-se aumento do estado de alerta e melhora da atenção, concentração e memória.

Cafeína – é a substância psicoativa mais utilizada no mundo e está presente no café, nos refrigerantes, chocolates e chás. Pertence à classe dos estimulantes do SNC com propriedade de aumentar a atividade tanto no SNC quanto no sistema nervoso autonômico. Os efeitos do uso da cafeína observados com mais frequência são leve elevação do humor, redução da sonolência, tensão e inquietude. Em doses mais altas, os efeitos podem ocorrer associados com irritabilidade, elevação da frequência cardíaca, insônia, agitação psicomotora e batimentos cardíacos irregulares.

Drogas depressoras do Sistema Nervoso Central: os agentes depressores do sistema nervoso central (SNC) diminuem a atividade do sistema, lenteando seu funcionamento. Em termos de efeito, as conseqüências desse fenômeno são sonolência, diminuição da concentração, lentidão psicomotora, diminuição dos reflexos e sensação de relaxamento e tranquilidade. Fazem parte dessa classe as seguintes substâncias:

Álcool: o termo “álcool”, utilizado no cotidiano, corresponde, na verdade, ao álcool etílico, obtido pela fermentação de açúcares ou carboidratos presentes em vegetais. Trata-se de uma substância lícita, cuja venda é permitida para indivíduos maiores de 18 anos e de consumo incentivado no contexto social, fato evidenciado pelas propagandas na mídia. Essas características modificam o enfoque terapêutico e de prevenção do uso dessa substância.

Inalantes: o uso de inalante pode resultar em supressão medular, levando a leucopenia, anemia, trombocitopenia e hemólise. No entanto, as alterações crônicas mais reconhecidas pelo uso dessas substâncias são neurológicas.

Opiáceos: o ópio é obtido a partir de uma planta chamada *Papaversomniferum*, popularmente denominada papoula-do-oriental. Desse preparado inicial, é possível extrair a morfina, principal substância opioide natural, e a codeína, utilizada como medicamento de ação antitussígena. Uma pequena modificação na estrutura química da morfina dá origem à heroína, importante opiáceo considerado semissintético por conta da forma como é obtido. Há, ainda, substâncias de efeito semelhante ao dos opiáceos, mas totalmente obtidas em laboratório e, portanto, consideradas sintéticas, como metadona, meperidina e propoxifeno.

Benzodiazepínicos: são medicamentos cuja propriedade é a redução do estado de tensão e de ansiedade; são chamados também de ansiolíticos. No Brasil, os benzodiazepínicos à venda no mercado são: diazepam, bromazepam, clobazam, clonazepam, estazolam, flurazepam, flunitrazepam, lorazepam, nitrazepam e clordiazepóxido.

Maconha: trata-se de uma mistura de folhas, sementes, caules e flores secas da *Cannabis sativa*, a planta da maconha, e é a concentração de tetra-hidrocanabinol (THC) que determina sua potência. O efeito do THC no cérebro ocorre por meio dos receptores específicos no SNC (córtex, hipocampo, hipotálamo, cerebelo, amígdala, giro do cíngulo anterior e gânglios da base) com a ocorrência de alterações cognitivas (afrouxamento

das associações e fragmentação do pensamento; prejuízo da memória de fixação e da atenção).

LSD: é o mais clássico e potente dos alucinógenos, e sua obtenção acontece exclusivamente em laboratório. Seu efeito ocorre pelo bloqueio da ação da serotonina, responsável pela inibição sobre a dopamina no SRC, gerando, dessa forma, a sensação de euforia. As alucinações visuais (paisagens, pessoas, objetos simbólicos, padrões geométricos, etc), são muito comuns, mais pode haver mistura de sentidos (sons podem ser vistos, e objetos, ouvidos). Pode haver perda ou dificuldade na distinção dos limites do corpo (alteração da autoimagem corporal) e sensação de que o tempo parou.

Ecstasy: o nome popular ecstasy refere-se ao MDMA, cujo nome químico é 3,4-metilenodioximetanfetamina. O MDMA é um composto derivado da metanfetamina que apresenta propriedades estimulantes, derivadas das anfetaminas, e alucinógenas, derivadas da mescalina. Ele é comercializado como comprimido ou cápsula de diversas cores e tamanhos; portanto, sua via de administração é a oral. Por ser uma droga ilícita, sua composição química é muito variável.

A dependência é a necessidade física ou psicológica da substância psicoativa que, pelo uso continuado, leva ao hábito. A compulsão é também uma das características da dependência. Com a evolução da neuropsiquiatria, percebeu-se que algumas drogas que, até pouco tempo, se pensava que causassem apenas dependência psicológica também tem um componente biológico.

## **METODOLOGIA**

Para realizar um trabalho com o intuito teórico, é necessário, primeiramente, escolher o tema a ser pesquisado, de preferência, um assunto atual que precise de conclusões a respeito, no qual vários estudiosos respeitados tenham dado as suas contribuições à literatura.

Para Marconi e Lakatos (2003), a pesquisa é um mecanismo para refletir sobre o sistema, que é equilibrado e analítico, que assente na descoberta de fatos ou dados contemporâneos, relações ou leis, em inúmeras áreas do

conhecimento. A pesquisa, por conseguinte, é uma metodologia formal, com ferramentas do saber reflexivo, que exige uma titulação científica e se organiza no caminho para compreender a existência ou para encontrar verdades fragmentadas.

Para alcançar as informações são necessários empregar três ferramentas: pesquisa documental, pesquisa bibliográfica e contatos diretos. A pesquisa documental precede a pesquisa bibliográfica, pois deve haver a junção dos autores que serão pesquisados, leituras para saber os pensamentos dos autores e as informações necessárias para que a parte teórica do trabalho seja bem elaborada (Marconi e Lakatos, 2003, p. 59).

A pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema. A investigação preliminar – estudos exploratórios – devem ser realizados através de dois aspectos: documentos e contatos diretos. Os contatos diretos, pesquisa de campo ou de laboratório são realizados com pessoas que podem fornecer dados ou sugerir possíveis fontes de informações úteis.

## **DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

A dependência química caracteriza-se por um padrão de consumo compulsivo da substância psicoativa, estando presentes pelo menos três dos sete critérios diagnósticos elaborados por Edwards e colaboradores.

QUADRO 1.1 – CRITÉRIOS DIAGNÓSTICOS DE DEPENDÊNCIA DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS



Compulsão para o consumo	A experiência de um desejo incontrolável de consumir uma substância. O indivíduo imagina-se incapaz de colocar barreiras a tal desejo e sempre acaba consumindo.
Aumento da tolerância	A necessidade de doses crescentes de uma determinada substância psicoativa para alcançar efeitos originalmente obtidos com doses mais baixas.
Síndrome de abstinência	O surgimento de sinais e sintomas de intensidade variável quando o consumo de substância psicoativa cessou ou foi reduzido.
Alívio ou evitação da abstinência pelo aumento do consumo	O consumo de substâncias psicoativas visando o alívio dos sintomas de abstinência. Como o indivíduo aprende a detectar os intervalos que separam a manifestação de tais sintomas, passa a consumir a substância preventivamente, a fim de evitá-los.
Relevância do consumo	O consumo de uma substância torna-se prioridade, mais importante do que coisas que outrora eram valorizadas pelo indivíduo.
Estreitamento ou empobrecimento do repertório	A perda das referências internas e externas que norteiam o consumo. Conforme a dependência avança, as referências voltam-se exclusivamente para o alívio dos sintomas de abstinência, em detrimento do consumo ligado a eventos sociais. Além disso, o uso passa a ocorrer em locais onde sua presença é incompatível, como, por exemplo, o local de trabalho.

**Fonte:** Ribeiro e Laranjeira (2012, p. 36).

Conforme Ribeiro e Laranjeira (2012), tal padrão de consumo, em geral, está voltado para o alívio ou a evitação de sintomas provocados pela abstinência, interferindo na execução de atividades e compromissos sociais realizados pelo indivíduo, que passa a abandoná-los ou negligenciá-los em função do uso. Além disso, esse padrão de consumo resulta em tolerância e síndrome de abstinência. Segundo a OMS, pode ser aplicado a qualquer classe de substância, exceto cafeína, porém, há descrições de sintomas de abstinência em usuários pesados dessa substância.

Os indícios de abstinência são a mais elevada evidência da existência do vício. Eles se representam por indicações físicas e psíquicas de incômodo após a diminuição ou pausada utilização. Quase todas as substâncias são capazes de desencadear indícios de abstinência, e a intensidade destes é progressiva.

À medida que o vício amplia, expande-se a relevância dos sinais, podendo aparecer indícios físicos, como tremores, suor difuso, palpitações cardíacas,

o que pode levar a condições de confusão mental. A síndrome de abstinência é um prenúncio de ajuste do cérebro à existência permanente da substância no corpo.

Para Edwards, Marshall e Cook (2011), o álcool é uma substância lícita encontrada em uma variedade incontável de bebidas ao redor do mundo, obtidas por fermentação ou destilação da glicose presente em cereais, raízes e frutas. É ingerido exclusivamente por via oral, e seu consumo é medido por unidades: uma unidade equivale a 10 g de álcool.

As complicações decorrentes do consumo de álcool não estão necessariamente relacionadas ao uso crônico. Intoxicações agudas, além de trazerem riscos diretos à saúde, deixam os indivíduos mais propensos a acidentes, gerando um problema de saúde e segurança pública.

A dependência de álcool acomete de 10 a 12% da população mundial e 11,2% dos brasileiros que vivem nas 107 maiores cidades do país, segundo um levantamento domiciliar sobre o uso de substâncias. É portanto, ao lado do tabagismo, a forma de dependência que recebe mais atenção dos pesquisadores. A incidência de alcoolismo é maior entre os homens do que entre as mulheres, o que se repete entre os mais jovens, sobretudo na faixa dos 18 aos 29 anos, declinando com a idade (EDWARDS; MARSHALL; COOK, 2011).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

De modo geral, acredita-se que todas – ou quase todas – as substâncias psicoativas podem produzir os quadros citados no trabalho. Um dos maiores estigmas do diagnóstico de dependência química está na impossibilidade de “cura” ou mesmo na dificuldade em lidar com os pacientes. Entender a doença e suas características é essencial para que o profissional diminua frustrações e aumente as expectativas dos pacientes e familiares acerca do tratamento.

As classificações diagnósticas são importantes por auxiliarem o profissional a diagnosticar a dependência de modo objetivo. Elas ajudam a identificar o problema e sua gravidade, além de auxiliar o profissional no mapeamento

dos fatores de proteção e de risco, capazes de interferir na evolução do quadro diagnosticado. A dependência é considerada, portanto, não apenas a partir de suas características biológicas, pois valorizam-se igualmente os aspectos psicossociais envolvidos.

A prevenção de recaída vem se mostrando uma abordagem muito útil no manejo de casos de dependência química. Identificar situações de risco, aprender a enfrentá-las e mudar o estilo de vida são atitudes que podem contribuir para a manutenção da mudança de comportamento.

Para prevenir o consumo de drogas é preciso admitir que o fenômeno do seu uso é um problema relacionado não somente à natureza da substância ou a uma conduta individual, mas também, a uma questão social e, ainda mais, que tem lugar em um momento e em um contexto histórico determinado.

Em ciências sociais, desde o aparecimento da teoria dos sistemas, é sabido que as condutas dos indivíduos, suas crenças e inter-relações não se sucedem isoladamente. Os efeitos sociais constituem-se a partir de uma série de elementos interconectados, e as modificações em alguns deles, ou na relação que mantêm, repercutem, de uma forma ou de outra, em todo o restante.

Dessa forma, falar em prevenção ao uso de drogas, propor programas ou simplesmente aplicá-los sem considerar o consumo delas como um fenômeno multidimensional, é completamente inadequado.

A prevenção consiste na utilização de métodos e técnicas para evitar que alguma coisa aconteça. Os pais, como educadores naturais, devem praticar a prevenção por meio de suas atitudes, mudanças de paradigmas e diálogos, orientando seus filhos desde a infância para os riscos que correm quando fazem uso inadequado de drogas.

Além disso, é importante que expliquem a necessidade de determinadas substâncias para a preservação da vida e o tratamento de doenças e que estimulem a valorização da saúde e a busca de prazeres no esporte, nas relações humanas e no convívio com a natureza.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

EDWARDS, G.; MARSHALL, E. J.; COOK, C.C.H. **O tratamento do alcoolismo: um guia para profissionais da saúde.** 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

MARCONI, M. A., LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARQUES, A. C. P. R. **O uso do álcool e a evolução do conceito de dependência de álcool e outras drogas e o tratamento.** Rev IMESQ, 2001.

PULCHERIO, G.; BICCA, C.; SILVA, F. A. (org). **Álcool, outras drogas, informação:** o que cada profissional precisa saber. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

RIBEIRO, M.; LARANJEIRA, R. O. **O tratamento do usuário de crack.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

SILVA, C. J. **Critérios de diagnóstico e classificação.** In: Dichl A, Cordeiro DC, Laranjeira R, organizadores. Dependência química: prevenção, tratamento e políticas públicas. Porto Alegre: Artmed, 2011.

TABORDA, J. G. V.; LIMA, P. P.; BUSNELLO, E. D. **Rotinas em psiquiatria.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Promoting mental health: concepts, emerging evidence and practice.** Genebra: WHO, 2005.

ZANELATTO, N. A.; LARANJEIRA, R. (org). **O tratamento da dependência química e as terapias cognitivo-comportamentais: um guia para terapeutas.** Porto Alegre: Artmed, 2013.

# DEPENDÊNCIA QUÍMICA INCIDÊNCIA ENTRE OS JOVENS

Gaiotti, Elda Letícia Seabra

## RESUMO

O presente artigo trata dos conceitos, definições e como as drogas de modo geral estão presentes na vida das pessoas, não só no Brasil como no mundo, e como a sociedade deve lidar com isso para que essas pessoas procurem ajuda, e como encontrar profissionais qualificados para que os tratamentos tenham êxito. Como o país trabalha suas políticas públicas para que o setor da saúde tenha infraestrutura para atender toda a demanda existente. Com o passar dos anos, as doenças mentais e a dependência química só tem aumentado, e suas consequências têm sido cada vez pior, mais não atinge somente o dependente, mas a sua família, comunidade em geral. O objetivo do trabalho é analisar a existência de tratamentos à respeito da saúde mental no Brasil e no mundo. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica com acesso a livros e artigos de outros pesquisadores sobre o assunto, e os resultados obtidos foram que há uma grande incidência de uso de substâncias químicas dentre os jovens e isso é algo prejudicial ao seu convívio social e familiar, cujas famílias devem buscar um acompanhamento médico especializado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Dependência química. Substâncias psicoativas. Tratamento. Diagnóstico.

## INTRODUÇÃO

Chama-se de saúde mental um período de desenvolvimento das psiquiatrias características dos últimos cinquenta anos, no qual linhas sequenciais de desenvolvimento se reorganizaram, resultando em um modo especial de observar a relação saúde-doença do indivíduo inserido na sociedade. É marcante na saúde mental a possibilidade de manter em atividade muito do que a fundamentou, baseado nos períodos que a antecederam, segundo Amarante (2007).

A saúde mental surge como tentativa de se buscar pontos de encontro dos diversos momentos, bem como de se adequar uma linguagem capaz de

reunir modos de conhecimento a respeito do funcionamento mental do ser humano, muitas vezes tão difícil de ser compreendido.

A saúde mental toma a definição de saúde proposta pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e postula que a etiologia da doença mental é biopsicossocial, ou seja, composta pela união dos enfoques biológicos, psicológicos e sociais. Acrescente-se que a psicanálise traz aqui uma contribuição importante ao estruturar uma teoria do inconsciente que lança nova luz sobre as forças que interferem no funcionamento mental.

Para Cohen, Segre e Ferraz (2006), ainda que o uso de substâncias psicoativas permeie todas as épocas e culturas da história da humanidade, a ideia da dependência química se constitui como conceito e técnica de precisão particulares da modernidade. No esforço de estabilizar os subjetivos limites precários entre uso, abuso e dependência, o conceito de dependência química surge como instrumento para o diagnóstico de um processo complexo, reconstruído a partir da experimentação de dada substância psicoativa.

Entre o evento de uma primeira experimentação até o diagnóstico psiquiátrico da dependência, existem situações diversas de uso esporádico, uso regular, abuso e toxicomania – não determinantes entre si.

Conforme Guimarães (2007), a dependência química não trata simplesmente de um dado fisiológico, já que é preciso reconhecer um conjunto de interações sociais e agenciamentos complexos que facilitam e estimulam o abuso, a recorrência e a continuidade da relação de um indivíduo com uma substância. A disponibilidade e os usos de substâncias que carregam riscos de dependência química são sempre parte de contextos geográficos, econômicos, sociais, culturais e históricos.

## **DESENVOLVIMENTO**

A Organização Mundial da Saúde (OMS), desde o seu estabelecimento em 1946, tem considerado o bem-estar mental como parte integral da definição geral de saúde. Entre os conceitos de saúde mental, o *Psychiatry Dictionary de Campbell* define esta condição como “bem-estar psicológico ou

ajustamento adequado, particularmente estando o ajuste de acordo com os padrões de relacionamento humano pela sociedade”.

É importante assinalar que poucos campos de conhecimento e atuação na saúde são tão vigorosamente complexos, plurais, intersetoriais com tanta transversalidade de saberes. Ao contrário da psiquiatria, a saúde mental não se baseia em apenas um tipo de conhecimento, a psiquiatria, e muito menos é exercida por apenas, ou fundamentalmente, um profissional, o psiquiatra (DIEHL, 2011, p. 146).

Quando se refere à saúde mental, ampliamos o aspecto dos conhecimentos envolvidos, de uma forma tão rica e polissêmica que se encontra dificuldades de delimitar suas fronteiras, de saber onde começam ou terminam seus limites.

A natureza do campo da saúde mental vem contribuindo para que se comece a pensar de forma diferente, não mais com este paradigma da verdade única e definitiva, mas sim em termos de complexidade, de simultaneidade, de transversalidade de saberes, de “construcionismo”, de “reflexividade” (SPINK, 2004 apud AMARANTE, 2007, p. 35).

Mas, o que é a “doença mental”? É o oposto de saúde mental? É o desequilíbrio mental? Deparamo-nos agora com um outro sentido da expressão saúde mental, ou seja, com a ideia de que saúde mental seja um estado mental sadio, portanto, pode-se concluir, um estado normal. Ou, dito de outra forma, de um estado de bem-estar mental, ou de sanidade mental, ou ainda de não existir nenhuma forma de desordem mental.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) considera que a saúde é o “estado de completo bem-estar físico, mental e social”, e não apenas a ausência de doenças. Com esta definição pode-se admitir que evoluiu-se um pouco, mas que continua-se com muitas dificuldades e com o mesmo problema anterior, pois é muito difícil estabelecer o que é estado de completo bem-estar (MESSAS; VALLADA, 2004, p. 59).

Saúde mental é um campo bastante polissêmico e plural na medida em que diz respeito ao estado mental dos sujeitos e das coletividades que, do mesmo modo, são condições altamente complexas.

Segundo Messas e Vallada, (2004), algumas características de saúde mental são: sendo de autonomia, auto realização, tomada de decisão, habilidade para realizar uma tarefa, habilidade para assumir responsabilidades, confiança, persistência, habilidade para se relacionar bem no trabalho e com outras pessoas, cooperação, habilidade para trabalhar sob orientações, regras e dificuldades, habilidade de mostrar-se amigável e amar, habilidade para dar e receber, tolerância com os outros, tolerância à frustração, habilidade para contribuir, senso de humor, altruísmo, habilidade para encontrar atividades de lazer.

Já Guimarães (2007), destaca que a saúde mental “é um estado relativamente duradouro no qual a pessoa está bem ajustada, tem alegria de viver e consegue a auto realização”.

A saúde mental, um fenômeno complexo, é determinada por múltiplos fatores sociais, ambientais, biológicos e psicológicos.

A dependência de substâncias psicoativas é um fenômeno complexo e tem sido considerado tanto na prática clínica quanto na pesquisa clínica por meio de inúmeras visões, muitas vezes contraditoras em seu veredicto final. O clínico dessa área, ao observar os vários contextos que circundam tal fenômeno, deve ter em mente que seu papel fundamental é auxiliar os indivíduos que buscam assistência a modificar seus comportamentos dependentes da forma mais eficaz possível, diante dos resultados que dispõem.

O trabalho com dependentes químicos é árduo, dadas as características desse transtorno e consideradas as limitações dos vários modelos de tratamento. O trabalho do terapeuta, por exemplo, é compreender e tratar o indivíduo como um todo, vendo além de seu problema de dependência, mas sem perder o foco clínico do tratamento (EDWARDS; MARSHALL; COOK, 2003, p. 259).



Tratar das questões econômicas envolvidas na dependência química ainda é uma tarefa um tanto difícil em nosso país. Não só pela pouca disponibilidade de dados, como também pela complexidade das metodologias adequadas a esse tipo de estudo. Ao serem analisados os custos relacionados a determinada doença, pode-se pensar inicialmente apenas nos gastos referentes a seu tratamento. No entanto, uma visão mais ampla pode ser necessária, incluindo vários outros custos relacionados a ela.

## **METODOLOGIA**

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, do tipo levantamento bibliográfico.

“O levantamento bibliográfico é um apanhado geral sobre os principais documentos e trabalhos realizados a respeito do tema escolhido, abordados anteriormente por outros pesquisadores para a obtenção de dados para a pesquisa”, conforme Prodanov e Freitas (2013, p. 80). Essa bibliografia deve ser capaz de fornecer informações e contribuir com a pesquisa.

A pesquisa é um mecanismo para refletir sobre o sistema, que é equilibrado e analítico, que assente na descoberta de fatos ou dados contemporâneos, relações ou leis, em inúmeras áreas do conhecimento. A pesquisa, por conseguinte, é uma metodologia formal, com ferramentas do saber reflexivo, que exige uma titulação científica e se organiza no caminho para compreender a existência ou para encontrar verdades fragmentadas conforme Marconi e Lakatos (2003).

Para alcançar as informações são necessários empregar três ferramentas: pesquisa documental, pesquisa bibliográfica e contatos diretos. A pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema. A investigação preliminar – estudos exploratórios – devem ser realizados através de dois aspectos: documentos e contatos diretos. Os contatos diretos, pesquisa de campo ou de laboratório são realizados com pessoas que podem fornecer dados ou sugerir possíveis fontes de informações úteis.

Para Cervo, Berviane Silva (2007), a pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los. Procura descobrir, com a maior precisão possível, a frequência com que determinado fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e suas características.

## **DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Segundo Fonseca (2006), na década de 1970, surgiu o movimento de restauração psiquiátrica, que pretendia extinguir a hospitalização dos doentes mentais em manicômios e remediar por uma rede de serviços psicossociais, aspirando à inclusão dos portadores de transtornos mentais à sociedade. Dentro dessas infraestruturas existem os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), os cursos de geração de renda, as cooperativas de trabalhos dirigidos, as residências terapêuticas e os centros de convivência e cultura.

As atuais políticas públicas brasileiras de saúde mental tornam a família à principal responsável pelo cuidado do doente. Os pacientes recebem o acompanhamento médico que necessitam, em regime ambulatorial, e permanecem com suas famílias. A família vai garantir as necessidades básicas do doente mental, coordenar suas atividades diárias, administrar sua medicação, acompanhar aos serviços de saúde, lidar com seus comportamentos problemáticos e episódios de crise, fornecer-lhes suporte social, arcar com seus gastos. Isto obviamente gera um impacto na vida social e profissional do familiar envolvido.

Este modelo pode gerar obstáculos na convivência, aflições e, por vezes, internações do paciente. Portanto, a família também deve ser atendida pelos serviços de saúde, possibilitando maior conhecimento ligado ao transtorno mental e as possíveis formas de cuidado. Deve também disponibilizar auxílio ao cuidador na ambientação do novo estilo de vida que vai enfrentar.

Há evidências que demonstram a eficácia das intervenções familiares em promover melhora do quadro clínico, diminuição de

recaídas e do número de intervenções psiquiátricas nos pacientes com transtorno mental. Um ambiente familiar muito crítico, estressante e superprotetivo é desfavorável para o tratamento da doença mental (FIGLIE; BORDIN; LARANJEIRA, 2010, p, 89).

É importante que os serviços de saúde ofereçam respostas satisfatórias aos questionamentos e dúvidas dos familiares. Os médicos devem prestar informações detalhadas com relação aos medicamentos e seus possíveis efeitos colaterais, além de oferecer precisão no diagnóstico e a razão dos procedimentos terapêuticos indicados.

Para Guimarães (2007), a fim de enfatizar a inter-relação entre os processos biológicos, culturais e subjetivos envolvidos no consumo de substâncias psicoativas, as ciências humanas debruçam-se sobre as influências não farmacológicas na delimitação da dependência química. Os efeitos provocados pelas substâncias são vistos sob a perspectiva das experiências corporais e psicológicas vividas pelos sujeitos, que, por sua vez, se articulam mediante valores, noções e saberes específicos de cada sociedade humana.

As conexões entre fatores socioculturais e dependência podem ser traçadas em diversas direções e justificadas por diferentes perspectivas. Há recortes de dimensões bem diferentes entre os aspectos transculturais, sociais e ritualísticos da dependência química. Cada um desses recortes sugere diferentes aproximações e abordagens, metodologias de pesquisa específicas e informações qualitativamente diversas.

Sabe-se que 20 a 30% da população global tem uma doença mental a cada ano, sendo que infelizmente mais de dois terços das pessoas com doença mental não recebem tratamento. Essa insuficiência de tratamento não é primazia de países pobres, uma vez que, nos Estados Unidos e na Europa, 67 e 74% dos indivíduos com doença mental, nessa ordem, não recebem tratamento (DIEHL, 2011, p. 65).

Apesar do extremo impacto social das doenças mentais em geral, sobretudo da dependência química, existe uma insuficiência de tratamento em todo o mundo, sendo o investimento e os recursos alocados de modo impróprio.

No Brasil, parece mais razoável que cada estado assuma a política assistencial para dependência química melhor ajustada a sua localidade, para enfrentar a epidemia de várias drogas que acarretam enormes repercussões econômicas e sociais, deixando milhões de pessoas vivendo sob constante risco de morte todos os dias.

Conforme Fonseca (2006), certamente no Brasil ainda nos encontramos longe de uma realidade ideal das políticas públicas com relação à saúde mental e um melhor apoio às famílias de portadores nos cuidados com seus doentes. As famílias normalmente se sentem desprotegidas e abandonadas à própria sorte.

Falar sobre saúde mental no Brasil nos dias de hoje é tarefa difícil e complexa, pois não se pode vinculá-la de um contexto maior que engloba a situação socioeconômica da população, a política governamental para a área de Saúde, a formação dos profissionais que irão atuar no setor e as condições de trabalho destes profissionais.

Segundo Cohen, Segre e Ferraz (2006), a dependência química recebe uma abordagem diferenciada quando avaliada sob a ótica forense. É provável que todo psiquiatra que trabalhe em perícia judicial, principalmente na esfera criminal, já tenha tido oportunidade de perceber a dificuldade peculiar de precisar o diagnóstico de dependência química devido a alguns fatores complicadores, que são:

- A dependência química é um fenômeno essencialmente clínico, e não há exame complementar que possa comprová-lo de forma inequívoca para fins periciais;
- A clínica fundamenta-se em especial na história e no exame do periciando. O periciando, na maioria das vezes, tenta induzir o perito ao diagnóstico de dependência para se beneficiar;
- Apesar de o perito ter em mãos os autos, nos quais se encontram depoimentos de autoridades policiais sobre o flagrante e as circunstâncias nos quais ocorreu, é imprescindível lembrar que esse relatório simplesmente faz parte também da história, em outras palavras, tal documento deve ser valorizado, mas não supervalorizado.

Para Amarante (2007), a organização de serviços de tratamento para dependência química tem se tornado um paradigma atual para profissionais e gerenciadores de saúde que atuam nessa área, uma vez que tal atividade

se mostra uma tarefa extremamente complexa e que envolve um grande número de variáveis. Observa-se que grande parte dos programas de tratamento para abuso e dependência de substâncias psicoativas, tanto nacionais quanto internacionais, está organizada de forma empírica a partir do empenho e da experiência pessoal de seus profissionais, havendo ainda uma grande lacuna entre o que tem eficácia comprovada por pesquisa e o que se faz na prática clínica.

Nas últimas décadas, houve um crescimento do interesse de pesquisadores pela forma como o contexto organizacional dos serviços para usuários de álcool e drogas é planejado e executado tanto em setores públicos quanto privados.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os portadores de doença mental possuem as funções necessárias para compreender e interagir com seu meio, porém estão comprometidas por fenômenos psíquicos aumentados ou anormais. Causa alteração de humor, bom senso e concentração, que afetam a capacidade dos portadores perceberem a realidade como ela realmente é.

A doença mental é expressa por ansiedade, medos, alucinações (alteração da percepção da realidade), delírios (alteração do pensamento), perseguição e confusão mental.

Entender os procedimentos que estabelecem a ação das drogas de abuso sobre o indivíduo não é bastante para tratar a adicção, logo que a dependência química não depende apenas da droga. Encontra-se a possibilidade da viabilidade intensa dos enfermos em relação aos fármacos existentes, impossibilitando que se atribuam a obrigação na atuação do tratamento e fazendo com que outorguem, como nas convicções de usar drogas, sua vida a substâncias químicas. Esse é um comportamento mais fácil, que espelha a da sociedade, a qual busca resultados rápidos para suas tensões. Essa conduta também ocorre com outros pacientes. Como hipertensos e diabéticos, que têm dificuldade em adotar medidas não farmacológicas.

A perspectiva interdisciplinar no contexto da assistência ao dependente químico possibilita aprimorar as relações de trabalho entre os profissionais da saúde e entre eles e os pacientes, os familiares e a comunidade.

## **REFERÊNCIAS**

AMARANTE, P. **Saúde mental e atenção psicossocial**. Rio de Janeiro> Editora Fiocruz, 2007.

COHEN, C.; SEGRE, M.; FERRAZ, F. C. **Saúde mental, crime e justiça**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2. ed. 2006.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia científica**. 6.ed. São Paulo: Pearson, 2007.

DIEHL, A et. al. **Dependência química: prevenção, tratamento e políticas públicas**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

EDWARDS, G.; MARSHALL, E.J.; COOK, C.C.H. **O álcool como droga**. In: O tratamento do alcoolismo. Porto Alegre: Artmed, 2003.

FIGLIE, N. B.; BORDIN, S; LARANJEIRA, R. **Aconselhamento em dependência química**. 2. ed. São Paulo: Roca, 2010.

FONSECA, V. A. S. **A vulnerabilidade ao ambiente do cérebro jovem: e sua importância na gênese e tratamento da dependência química**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2006.

GUIMARÃES, K. B. S. **Saúde mental do médico e do estudante de medicina**. São Paulo: Casa do psicólogo, 2007.

MARCONI, M. A., LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MESSAS, G. P.; VALLADA, H.P. **O papel da genética na dependência do álcool**. Rev. Bras. Psiquiatr. 2004.

# **PERFORMANCE DO EDUCADOR MUSICAL E SEU DESCOMPASSO NA REALIDADE DAS ESCOLAS REGULARES**

Pachón, Ana Cláudia Machado Salum<sup>5</sup>

## **RESUMO**

A educação musical está presente no ensino básico conforme previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº9394/96). Essa educação é articulada com o ensino de Artes e visa desenvolver nos alunos a criatividade, socialização e uma formação sólida. No entanto, alguns críticos, acreditam que a educação musical vai além disso, sendo partidários da música como um componente curricular separado da Artes. O educador musical nesse contexto encontra algumas dificuldades em suas práticas dentro da escola regular, o que torna o ensino um pouco inconsistente, visto que esse profissional nem sempre está preparado para atender à demanda da escola. Dito isso, esse artigo teve por objetivo reconhecer esses descompassos encontrados pelo educador musical, analisando de forma crítica o que acontece nessa realidade. A metodologia utilizada é qualitativa e bibliográfica. Ao final dos estudos, foi possível compreender que o educador musical enfrenta algumas dificuldades dentre elas a desvalorização profissional, o vínculo da música com o ensino de artes e o pouco contato professor-aluno. Nesse sentido, torna-se necessário uma reorganização curricular para assim, diminuir os descompassos encontrados no percurso da educação musical.

**Palavras-chave:** Educação Musical. Educador Musical. Ensino Básico.

## **INTRODUÇÃO**

Sons e silêncio fazem parte da vida de todo indivíduo e está presente em todos os momentos. Existem diferentes definições para sons e silêncios. Segundo Brito (2003, p. 17) "SOM é tudo o que soa! Tudo o que o ouvido percebe sob a forma de movimentos vibratórios", a autora ainda define sons e silêncios como "portadores de informações e significados" (p. 19). Já Alencar ainda define que o silêncio não é a ausência de sim, mas sim a ausência de movimentos vibratórios perceptíveis ao ouvido humano. Para

---

<sup>5</sup> Pós-Graduanda em Educação Música. Instituto Souza.

Sekeff (2007), ela vai além de combinações e explorações de ruídos, sons e silêncios. É uma forma de expressividade e comunicação.

Sendo assim, pode-se supor que tudo que possui som ou silêncio possui um significado. Esses significados permitem que seja feita diferentes leituras de mundo. Cada som ou cada silêncio possui um significado próprio e carrega consigo um sentimento ou uma emoção capaz de exprimir algum desejo, como, por exemplo, o choro de um bebê que pode ser dor, fome, saudade.

Percebe-se então que a música está presente em todos os lugares que possuem qualquer tipo de som ou silêncio e está presente na sociedade desde sempre, permitindo ao homem expressar diferentes sentimentos através de diferentes usos da música. Compreendendo que a música tem um forte potencial de expressão de sentimentos, é possível que ela seja um recurso educacional bastante satisfatório.

O ensino musical é garantido nas escolas por Leis como a LDB 9394/96 e os PCN's que propõem que a linguagem musical inserida na escola contribua para o desenvolvimento de habilidades e deve ser trabalhada junto com outras competências como movimento, expressão cênica, artes visuais. Assim é possível propor atividades integradoras que permitam o desenvolvimento de habilidades como expressão, equilíbrio, autoestima.

No entanto, o ensino musical nas escolas de ensino regular nem sempre são ministradas por profissionais licenciados em música, ficando muitas vezes a cargo de outros profissionais ou de músicos sem a devida formação, o que pode comprometer o verdadeiro significado do ensino musical.

Sendo assim, este artigo tem por objetivo estudar a trajetória da educação musical no ensino básico, e quais os descompassos encontrados pelos educadores musicais nesse ensino. O estudo é de natureza qualitativa, pois buscou compreender o ensino musical na educação básica, além de entender as dificuldades encontradas pelos educadores musicais nesse



espaço. Para isso, foi realizada uma pesquisa de cunho bibliográfico, com leituras de obras pertinentes e documentos oficiais.

O desenvolvimento do artigo é dividido em três tópicos. O primeiro aborda a trajetória da educação musical no ensino básico a partir de 1930 até hoje. O segundo aborda a questão do professor de música nessas escolas, qual o papel desses professores na formação do cidadão, e o último tópico, é apresentado os descompassos encontrados pelos educadores musicais nas escolas.

### **A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO MUSICAL NO ENSINO BÁSICO**

A música está presente em todos os lugares seja em forma de sons da natureza, de carros, de movimentos humanos, ou em forma de silêncios. Na vida das pessoas é corriqueiro a presença da música, seja como forma de expressão de sentimento, de imposição de rotinas, ou simplesmente por gostar de ouvir.

Na educação, a música é um importante recurso que contribui para o desenvolvimento humano. Feliciano (2012) afirma que o silêncio, os diferentes sons e ruídos e suas diversas combinações, “despertam sentidos e significados no início da vida quando o bebê está assimilando tudo ao seu redor, quando começa a aprender a falar, ordenando-se no tempo e espaço” (p. 11).

Nesse sentido, compreende-se que a música é fundamental para o desenvolvimento da criança desde o início da vida. Ela é capaz de auxiliar o aluno a assimilar etapas de seu desenvolvimento, bem como desenvolver habilidades importantes para seu crescimento como coordenação motora, noções de ritmo, espaço-tempo e também contribui para o conhecimento de diferentes culturas.

Além disso, a música faz parte da cultura da sociedade divulgada pelos meios de comunicação como TV, rádio, internet. O reflexo dessa divulgação constante é vista em todos os setores da sociedade e também nas escolas,

onde percebem alunos de todas as idades entonando músicas como funks, sertanejos, internacionais que são as “tops do momento”.

Sendo assim, torna-se fundamental a música na escola, visto que a mesma está presente em todos os lugares e momentos da sociedade.

No entanto, a música na escola passou por diversas transformações ao longo da história do Brasil, de modo a tentar acompanhar as modificações do cenário político do País.

Em 1930, o ensino da música assumiu um importante papel de formar uma consciência musical brasileira, e por isso, o Canto Orfeônico, proposto por Heitor Villa-Lobos tornou-se obrigatório nas séries 1, 2 e 3 do ensino secundário. Esse tipo de canto despertava a cidadania e era um tipo de educação para as massas, o que se assemelhava muito à política proposta por Vargas (JÚNIOR, 2011). Porém, com a queda do Estado Novo e de Getúlio Vargas, o Canto Orfeônico foi substituído pela Educação Musical (GASQUES e PALAFOX, 2013).

Com o Golpe Militar de 1964, a Educação Musical é rebaixada para o status de atividade musical nas escolas e foi incluída na Educação Artística. Nessa época, o número de profissionais com formação específica para atuar na área de Educação Artística era reduzido, o que contribuiu para o empobrecimento dessa educação nas escolas públicas (GASQUES e PALAFOX, 2013). Ainda nessa época, a música foi usada como um poderoso meio de luta contra a repressão.

A partir da abertura econômica e o fim da Ditadura Militar, o Brasil passou por reformas políticas e educacionais, porém o ensino de artes e de música, mais especificamente, continuou em segundo plano. Somente em 2008, com a promulgação da Lei 11.769, pelo presidente da época, Luiz Inácio Lula da Silva, a Educação Musical ganhou novo destaque na sociedade e passou a ser obrigatória na rede de ensino (GASQUES e PALAFOX, 2013). Conforme afirma Fonterrada (2008): “no contexto educacional, surgiram propostas de natureza artística, capazes de atuar nos âmbitos individuais e

coletivos, buscando aperfeiçoar as qualidades e a sensibilidade humana, graças à aproximação com a arte”.

Devido a esses esforços, atualmente, a música é componente curricular indispensável nas escolas, pois provado está que favorece, nas palavras greco-romanas, na “formação do caráter e da cidadania” (FONTERRADA, 2008, p. 26).

A música nas escolas é utilizada como recurso lúdico, para auxiliar o aluno na aquisição do conhecimento ou é dada como Educação Musical, em que os alunos aprendem harmonias, ritmos, altura, fabricam instrumentos, participam de bandinhas rítmicas.

Musicalizar é criar o senso de musicalidade no aluno, a sensibilidade, a noção de ritmo, é despertar o gosto por todos os estilos musicais (OLIVEIRA, 2001). A educação musical deve começar já na educação infantil de forma a contribuir para o desenvolvimento da criança em cada estágio de desenvolvimento. Além disso, a música deve estar presente para auxiliar as crianças nas rotinas diárias como as músicas de ninar, de escovar os dentes, de lanchar (BRITO, 2003).

Outro fator importante da Educação Musical é que os professores trabalhem com as crianças as músicas presentes no seu dia-a-dia, como também as músicas do universo infantil, de forma a contribuir para a manutenção da infância (OLIVEIRA, 2001). Então, é necessário que seja trabalhado com as crianças as músicas de todas as eras, pois assim, a criança terá o conhecimento sobre os diversos tipos de músicas que existem e conhecerá as demais culturas que compõem a sociedade.

### **O PROFESSOR DE MÚSICA NAS ESCOLAS REGULARES**

É fato que a criança está inserida em uma cultura infantil em que ela busca novas descobertas. Conforme afirma Hortélio (2006) e já discutido anteriormente a música está presente na vida das crianças desde muito cedo. Para que o processo de musicalização seja efetivo, o professor deve exercer seu papel com maestria. Primeiro, é preciso que ele ofereça aos

alunos um ambiente seguro. A sensação de segurança, de confiança ficará a cargo do educador que é responsável pela sala e pelos alunos. São eles que encaminham as crianças para o futuro, ou seja, eles são os responsáveis pelas transformações do mundo.

O professor, no exercício de sua função, está trabalhando para transformar as coisas, ensinar as pessoas. Os alunos enxergam nos professores exemplos para seguirem e que estão sempre lá para ajudá-los nas suas dificuldades, para apoiá-los na hora do aprendizado. Cabe a eles guiarem e apoiarem a criança em seu desenvolvimento.

Na escola, o professor tem o importante papel de orientar os alunos e contribuir para o desenvolvimento da criança em cada estágio. Para que isso ocorra de maneira adequada o professor tem o auxílio dos documentos de ensino como Referencial Curricular, Parâmetros Curriculares. Através dos procedimentos de ensinos o professor também contribui para o desenvolvimento do aluno, visto que esses procedimentos são ações planejadas para que o aluno esteja em contato direto com o objeto de aprendizagem e proporcione um ambiente de ensino dinâmico (HAIDT, 2001).

Para que o educador seja um modelo para os alunos ele deve antes, se capacitar nessa tarefa.

O ensino de música na escola é de grande importância, pois é dever da escola contribuir para a formação integral dos alunos. Por isso, os professores devem ser capacitados a realizar a educação musical. A atuação e a formação deles são o diferencial para toda a sociedade e, principalmente, para as crianças envolvidas nesse processo. Cabe a cada professor entender e compreender a área em que está atuando, sabendo desenvolver atividades, condutas e reflexões acerca do objeto estudado, pois como afirma Sacristán (1999, p.31):

O agente pedagógico que é o professor, quando exerce sua função, é um ser humano que age e esse papel não pode ser entendido à

margem da condição humana, por mais técnico que se queria, seja esse ofício. Por meio das ações que realizam em educação, os professores manifestam-se e transformam o que acontece no mundo.

O indivíduo que tem uma clara noção dos objetivos e metas de sua profissão, e que esteja convencido de sua importância, é um forte elo na cadeia dos indivíduos que também a abraçam; (...) (REIMER, 1970, apud FONTERRADA, 2008, p. 12).

Conforme determina a Lei nº 11.769 de 2008, em 2012 a educação musical deveria constar como conteúdo obrigatório na grade curricular de todas as escolas de ensino básico, com o objetivo não de formar músicos, mas sim de desenvolver habilidades importantes para seu desenvolvimento como criatividade, socialização, sensibilidade sonora, conhecimentos de outras culturas. Porém, o que não ficou definido em nenhum documento é qual o professor mais adequado para ministrar educação musical nessas escolas. O que fica claro no artigo 62 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, é o que o professor que for aplicar a educação musical nas escolas regulares deve possuir formação em licenciatura.

O RCNEI orienta que a musicalização deve ser ministrada por professores pedagogos no contexto da sala de aula. Logo, quando não há a presença do professor licenciado em música, o pedagogo é o responsável pela musicalização na educação infantil (DUARTE, 2010).

No entanto, Silva (2012) critica a função da educação musical proposta pelos documentos como uma educação para o entretenimento ou como uma prática de caráter classificatório, ou que se resume apenas ao preparo de canções para datas comemorativas. O ensino da música ainda é visto como um ensino de suporte para aquisição de hábitos, atitudes e disciplinas e isso, segundo Brito (2003) contribui para a automatização dos alunos e diminuição da expressão artística que pode vir acompanhada com prática musical.

Dessa forma, a falta de preparo dos professores generalistas ou especialistas pode ocasionar problemas com a expressão criativa do aluno e conseqüentemente, problemas em sua aprendizagem.

### **DESCOMPASSOS NA ATUAÇÃO DO EDUCADOR MUSICAL NO ENSINO REGULAR**

Segundo Duarte (2010), a falta de preparo dos professores pedagogos para o ensino musical, contribui para que esse ensino não seja administrado. Ainda, Zagonel (2013) em seu livro "Metodologia do ensino de arte" aponta algumas justificativas que contribuem para a falta de interesse do ensino de música como: a falta de valorização dos professores especialistas que muitas vezes apenas organizam festas e homenagens, o número elevado de alunos por sala que dificulta a aprendizagem, e a imagem teórica da música.

Dessa forma, entende-se que existem obstáculos para um ensino de música eficaz no ensino básico.

Segundo estudos de Zagonel (2013) nas escolas brasileiras, geralmente quem ministra aulas de música são professores que não tem formação específica e que possuem mais disponibilidade de horário. Às vezes um professor que diz gostar de música e tem facilidade para cantar e tocar violão também ministra essas aulas.

A falta de formação em licenciatura impede que educadores musicais estejam presentes no dia-a-dia dos alunos. A formação musical possibilita ao educador musical propor a seus alunos um ensino musical pautado em construção de conhecimentos musicais, com critérios de avaliação, e também sensibilização sonora frente às demandas musicais da sociedade. No entanto, não é essa realidade que esse educador encontra no ensino básico. O ensino musical é atrelado ao ensino das artes, não sendo um componente curricular próprio, muitas vezes sendo ensinado junto com dança e teatro. Quando há a presença desse educador dentro do contexto

escolar, ele se depara com inúmeras adversidades que dificultam seu trabalho e conseqüentemente a aprendizagem musical de seus alunos.

Nesse contexto, o educador musical não tem apenas a função de ensinar a música (teoria e prática), mas seu papel inclui ministrar outros conteúdos relacionados a artes, distanciando assim, do objetivo do ensino musical. O ensino de artes e música passam a ser um ensinamento generalizado, sem as particularidades de cada um.

Além disso, a prática musical nas escolas, reduzidas um horário de 50min por semana para cada turma dificulta o ensino, que já dividido com outras práticas artísticas. O educador musical, segundo Siqueira (2014), precisa conhecer o seu público, e trabalhar com ele a cultura musical determinante, sem, contudo, deixar de trabalhar outras culturas e práticas musicais.

E isso, torna-se complicado visto que, os encontros são curtos, e as vezes o educador fica impossibilitado de ministrar uma aula, pois o mesmo está responsável por ensaiar uma apresentação musical para alguma comemoração escolar.

Siqueira (2014) recomenda que a educação musical seja feita por um profissional, pois:

embora qualquer um possa fazer descobertas musicais, a música não se limita a isso, sendo que as questões teóricas e práticas de um instrumento específico devem e só podem ser repassadas por um profissional da música, sob pena, entre outras coisas, de danos irreparáveis no corpo do aprendiz (pregas vocais do cantor, mãos do pianista, e assim por diante) (p. 7).

O profissional licenciado em música encontra na realidade das escolas básicas uma concretização diferente do que aprende na graduação. E isso, dificulta o seu trabalho nesse ensino, pois este profissional não se encontra preparado para atuar como um "multiprofessor". Sendo assim, Gainza (1988) diz que um bom educador será aquele que incorporando a pedagogia como uma arte, terá condições de contribuir com a construção de um conhecimento musical sólido, contribuindo com a formação dos alunos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente artigo é fruto de pesquisa de pós-graduação em Educação Musical, baseada na performance dos educadores musicais no Brasil, atuantes nas escolas regulares. A partir das considerações realizadas para a elaboração do presente estudo, foi possível compreender que existem realmente alguns descompassos que interferem na prática educativa do educador musical no ensino básico, isso quando o mesmo está presente nesse ambiente. Pois, como estudado, em alguns casos, quem ministra a educação musical são professores sem capacitação, ou músicos sem licenciatura.

Ficou claro, que essa desvalorização do profissional licenciado em música pode afetar o ensino e o desenvolvimento dos alunos. Além disso, o ensino musical nas escolas está articulado com o ensino de artes, dança e teatro, sendo que muitas vezes o professor que ministra um conteúdo é o responsável por ministrar os outros. Quando esse profissional é o educador musical, todo o ensino fica comprometido, pois o mesmo não tem proficiência para ensinar as demais expressões artísticas e o tempo para a educação musical deve ser dividido.

Foi importante abordar a questão da trajetória histórica do ensino de música na educação brasileira, para compreender o cenário atual, em que a música é um componente do ensino de artes. Dessa forma, ela é usada para desenvolver habilidades nos alunos como concentração, socialização, criatividade entre outras.

Porém, a educação musical não se restringe apenas ao desenvolvimento de tais habilidades. Ela também é um importante componente difusor de culturas e de conhecimentos, e por isso, deve ser ministrada por um profissional que saiba o que está ensinando para seus alunos.

Não obstante a isso, o ensino básico ainda impõe outros obstáculos para o educador musical, pois este possui pouco tempo de contato com seus alunos, dificultando o conhecimento da realidade de cada aluno, para propor



uma prática de ensino eficiente e também, esse educador é responsabilizado por apresentações artísticas.

Logo, entende-se que é necessária uma mudança na reorganização curricular, tornando a educação musical curricular próprio e garantindo que esse ensino seja realizado por um educador musical capacitado profissionalmente.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei no 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRITO, Teca Alencar de. **Música na educação infantil**: propostas para a formação integral da criança. São Paulo, SP: Editora Peirópolis, 2003.

DUARTE, Rosangela. **A construção da musicalidade do professor da Educação Infantil**: Um estudo em Roraima. Tese de Pós-graduação em Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Porto Alegre, 2010. p. 2012. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/26297/000757411.pdf?sequence=1>>

FELCIANO, sarynna Ziretta. **A música na educação infantil**. Trabalho de Conclusão de Curso, Pedagogia. UNISALESIANO. Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium. Lins, SP, 2012. Disponível em: <[https://azslide.com/a-musica-na-educacao-infantil\\_59eb6b061723dda8690ee657.html](https://azslide.com/a-musica-na-educacao-infantil_59eb6b061723dda8690ee657.html)>

FONTEERRADA, Marisa Trench de Oliveira. **De tramas e fios**: um ensaio sobre a música e a educação. 2ª ed. São Paulo, Editora UNESP, 2008.

GAINZA, Violeta Hemsy. **Estudos de Psicopedagogia Musical**. 3. ed. São Paulo: Summus, 1988.

GASQUES, Silvana de Oliveira; PALAFOX, Gabriel Humberto Muñoz. **A música como conteúdo obrigatório na educação básica**: da lei à realidade escolar de Uberlândia – MG. Universidade Federal de Uberlândia – Faculdade de Educação. Revista da Fundarte. Ano 13, nº 25. 2013.

HAIDT, J. **The emotional dog and its rational tail: A social intuitionism approach to moral judgment.** Psychological Review 108 (4), pp. 814-834, 2001.

HORTÉLIO, Lydia. **Música da cultura infantil no Brasil**, 2006. Disponível em:  
<[http://casaamarelaafestas.com.br/proposta/textos/musica\\_da\\_cultura\\_infantil\\_no\\_brasil.pdf](http://casaamarelaafestas.com.br/proposta/textos/musica_da_cultura_infantil_no_brasil.pdf)>

JÚNIOR, Wilson Lemos. **O ensino do canto orfeônico na escola secundária brasileira (décadas de 1930 e 1940).** Instituto Federal Catarinense (IFC). Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.42, p. 279-295, jun2011 - ISSN: 1676-2584. Disponível em:  
<[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/42/art18\\_42.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/42/art18_42.pdf)>

MARCONI, Marina de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica.** 4ª ed. São Paulo. Atlas, 2006.

OLIVEIRA, Débora Alves de. **Musicalização na Educação Infantil.** Campinas, 2001.

SACRISTÁN, J. G. **Poderes instáveis em educação.** Porto Alegre: ArtMed, 1999.

SEKEFF, Maria de Lourdes. **Da Música:** seus usos e recursos. 2.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

SILVA, Wander Lourenço. **Música na Educação Básica:** Desafios e Possibilidades de formação de professores não especializados. REVISTA ELETRÔNICA PRÓ-DOCÊNCIA. UEL. Edição Nº. 2, Vol. 1, jul-dez. 2012. Disponível em:  
<<http://www.uel.br/revistas/prodocenciafope/pages/arquivos/WANDER%20-%20MUSICA.pdf>>

SIQUEIRA, Cristina Marques da Silva Turriani. **O novo educador sonoro e o ensino de música em escolas públicas.** Anais do I Seminário PIBID/FPA 2014. FPA. Vol I, nº 1. São Paulo, 2014. Disponível em:  
<<http://fpa.art.br/web/wp-content/uploads/2015/10/6-O-novo-educador-sonoro-e-o-ensino-de-m%C3%BAsica-em-escolas-p%C3%BAblicas.pdf>>

ZAGONEL, Bernadette (Org.). **Metodologia do ensino de arte.** Curitiba: Intersaberes, 2013.